

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

**ALFABETIZAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA PÚBLICA:
FORTALECENDO SUA FUNÇÃO SOCIAL PARA MITIGAR A EXCLUSÃO
DIGITAL**

Mariana Silva Moura

São Carlos/SP
2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Mariana Silva Moura

**Alfabetização Digital na Biblioteca Pública:
fortalecendo sua função social para mitigar a exclusão digital.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, para obtenção do título de mestre em Ciência da Informação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Márcia Regina da Silva.

São Carlos/SP

2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Mariana Silva Moura, realizada em 22/03/2024.

Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Márcia Regina da Silva (USP)

Profa. Dra. Luciana de Souza Gracioso (UFSCar)

Profa. Dra. Daniele Achilles Dutra da Rosa (UNIRIO)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação.

AGRADECIMENTOS

Este é um breve agradecimento a todas as pessoas e instituições que contribuíram para a realização desta dissertação, que de modo direto ou indireto, permitiram que este trabalho fosse possível.

Primeiramente, agradeço à minha orientadora, Márcia, pela instrução cuidadosa. Seu suporte, não só neste projeto, mas ao longo dos últimos anos foram fundamentais para meu aprendizado e cruciais para a conclusão desta pesquisa.

Aos membros da banca examinadora, Daniele e Luciana, agradeço pela avaliação e pelas sugestões que contribuíram significativamente ao longo do processo. Gostaria de destacar meu orgulho em contar com uma banca 100% feminina, de mulheres que me inspiram a fazer parte do universo da Ciência todos os dias.

Expresso meu reconhecimento à Universidade Federal de São Carlos, aos colegas e professores que compartilharam seus conhecimentos e, também, à Universidade de São Paulo, onde minha mente se abriu para a Ciência da Informação e para discussões que fazem tanto sentido na minha visão de mundo.

Um obrigada especial ao meu companheiro, André, pelo apoio incondicional e pela paciência em ouvir minhas confabulações. Cada reflexão presente nas próximas páginas foram ouvidas primeiro por ele, com muito carinho, mesmo que ainda fossem meros devaneios sem sentido.

Por fim, sabendo que nada dito até aqui seria possível sem eles, agradeço aos meus pais por aquele primeiro computador no começo dos anos 2000. Vocês foram visionários ao prever que, para lidar com a tecnologia digital, muita humanidade seria necessária. Agradeço por me darem, entre tantas outras, as primeiras aulas de Alfabetização Digital da minha vida.

Muito obrigada,

Mariana.

Lei Um

A informação, a comunicação, as bibliotecas, os meios de comunicação social, a tecnologia, a Internet, bem como outras formas de prover informação, devem ser utilizadas no envolvimento cívico crítico e no desenvolvimento sustentável. Elas são iguais em estatura e nenhuma é mais relevante que a outra ou deveria ser tratada como tal.

(UNESCO, 2023a)

RESUMO

A pesquisa investiga o papel das bibliotecas públicas na promoção da Alfabetização Digital para enfrentar a exclusão digital, enfatizando sua responsabilidade social e alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. O objetivo é avaliar a implementação das diretrizes teóricas e a consistência global do progresso na Alfabetização Digital. Utilizando uma abordagem multimétodo, a pesquisa inclui uma dimensão qualitativa e bibliográfica com a realização de uma revisão sistematizada; e uma dimensão exploratória com a investigação de iniciativas de Alfabetização Digital em bibliotecas ao redor do mundo. Também adota uma perspectiva quantitativa ao desenvolver indicadores bibliométricos para analisar a produção científica, visando uma compreensão abrangente e multifacetada do estado atual da Alfabetização Digital no contexto bibliotecário. A revisão sistematizada sobre 43 artigos científicos revela desafios como a falta de capacitação dos profissionais de informação e a necessidade de investimentos adequados nas bibliotecas públicas, porém destaca o papel crucial dessas instituições na promoção da inclusão digital. Os estudos analisados abordam o futuro do letramento digital e a aplicação de quadros teóricos para lidar com questões sociais emergentes, como a exclusão do mercado de trabalho digital e a desigualdade digital. Em países desenvolvidos, há um aumento notável de estudos sobre a aprendizagem digital entre idosos e adultos de meia-idade. Em países com dificuldades de investimento público, as ações se voltam à práticas comunitárias. Diversas formas de letramento digital são identificadas, refletindo uma crescente preocupação com a exclusão digital de grupos marginalizados. As atividades práticas em bibliotecas de destaque mundial incluem oficinas para uso de dispositivos, orientação para configuração e uso de ferramentas, *workshops* de segurança *web*, cursos de ferramentas de trabalho e programas de inclusão digital para diferentes grupos demográficos. No geral, os programas identificados são voltados para informática básica, com um enfoque especial para educação continuada, segurança e conscientização digital, inclusão e acessibilidade, e uma preocupação com o futuro do trabalho. As ações mostram uma intersecção significativa entre a literatura e a prática, comprovando um compromisso com a inclusão e a acessibilidade digitais, especialmente em contextos marcados por obstáculos tecnológicos e vulnerabilidades informacionais. Três fatores são identificados: a alfabetização digital é mais comum em bibliotecas bem financiadas; a maioria das atividades concentra-se em habilidades digitais básicas, mas há uma demanda por programas mais avançados; e os planos digitais das nações estão avançando, impulsionados por motivações econômicas. Conclui-se que, embora haja esforços para reduzir a exclusão digital promovendo competências digitais básicas, é essencial expandir o acesso à alfabetização digital avançada para abordar questões complexas, como pensamento crítico sobre tecnologia e impacto da inteligência artificial. Tal medida é crucial para prevenir que os países menos desenvolvidos enfrentem um cenário de analfabetismo digital, que poderia levar a um aumento significativo no subemprego ou até mesmo no desemprego absoluto. Avançar além da capacitação para o mercado de trabalho, explorando a cidadania digital e a evolução social em um mundo influenciado pela inteligência artificial, é essencial.

Palavras-chave: Alfabetização Digital. Exclusão Digital. Biblioteca Pública. Alfabetização Midiática e Informacional. Agenda 2030.

ABSTRACT

The research investigates the role of public libraries in promoting Digital Literacy to address digital exclusion, emphasizing their social responsibility and alignment with the UN Sustainable Development Goals (SDGs). The objective is to evaluate the implementation of theoretical guidelines and the global consistency of progress in Digital Literacy. Using a multi-method approach, the research includes a qualitative and bibliographic dimension with a systematic review; and an exploratory dimension with the investigation of Digital Literacy initiatives in libraries worldwide. It also adopts a quantitative perspective when developing bibliometric indicators to analyze scientific production, aiming for a comprehensive and multifaceted understanding of the current state of Digital Literacy in the library context. The systematic review of 43 scientific articles reveals challenges such as the lack of training of information professionals and the need for adequate investment in public libraries. Still, it highlights the crucial role of these institutions in promoting digital inclusion. The studies analyzed address the future of digital literacy and the application of theoretical frameworks to deal with emerging social issues, such as exclusion from the digital labor market and digital inequality. In developed countries, there is a notable increase in studies on digital learning among elderly and middle-aged adults. In countries with public investment difficulties, actions focus on community practices. Various forms of digital literacy are identified, reflecting a growing concern about the digital exclusion of marginalized groups. Practical activities in world-leading libraries include workshops on device use, guidance on configuration and use of tools, web security workshops, work tools courses, and digital inclusion programs for different demographic groups. In general, the programs identified are aimed at basic computing, with a special focus on continuing education, digital security, awareness, inclusion, accessibility, and a concern for the future of work. The actions show a significant intersection between literature and practice, proving a commitment to digital inclusion and accessibility, especially in contexts marked by technological obstacles and informational vulnerabilities. Three factors are identified: digital literacy is more common in well-funded libraries; most activities focus on basic digital skills, but there is a demand for more advanced programs; and nations' digital plans are advancing, driven by economic motivations. It is concluded that, although there are efforts to reduce the digital divide by promoting basic digital skills, it is essential to expand access to advanced digital literacy to address complex issues such as critical thinking about technology and the impact of artificial intelligence. Such a measure is crucial to prevent less developed countries from facing a scenario of digital illiteracy, which could lead to a significant increase in underemployment or even absolute unemployment. Moving beyond training for the job market, exploring digital citizenship and social evolution in a world influenced by artificial intelligence, is essential.

Keywords: Digital Literacy. Digital Divide. Public Library. Media and Information Literacy. 2030 Agenda.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| Sigla | Significado |
|---------|---|
| AMI | Alfabetização Midiática e Informacional |
| ANCIB | Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação |
| BNE | Biblioteca Nacional da Espanha |
| BSP | Biblioteca de São Paulo |
| BVL | Biblioteca Parque Villa-Lobos |
| CC.AA. | Comunidades Autônomas |
| CCB | Conselho de Cooperação Bibliotecária |
| CI | Ciência da Informação |
| CNODS | Comissão Nacional para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável |
| CoInfo | Competência em Informação |
| CTC | Comissões Técnicas de Cooperação |
| DigComp | <i>Digital Competence Framework for Citizen</i> |
| DLTP | <i>Digital Literacy Training Programs</i> |
| ENANCIB | Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação |
| FBN | Fundação Biblioteca Nacional |
| FEBAB | Federal Brasileira de Associações de Bibliotecários e Instituições |
| FESABID | Federação Espanhola de Sociedades de Arquivística, Biblioteconomia, Documentação e Museologia |
| GT | Grupo de Trabalho |
| IAP | <i>Internacional Advocacy Program</i> |
| IFLA | Federação Internacional de Associações e Instituições de Bibliotecas |
| LAPES | Laboratório de Pesquisa em Engenharia de <i>Software</i> |
| MIL | <i>Media and Information Literacy</i> |
| ODS | Objetivos de Desenvolvimento Sustentável |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| SisEB | Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas de São Paulo |
| SNBP | Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas |
| StArt | <i>State of the Art Through Systematic Review</i> |
| TIC | Tecnologia de Informação e Comunicação |
| UNESCO | Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| 1. INTRODUÇÃO..... | 9 |
| 2. ALFABETIZAÇÃO DIGITAL E COMPETÊNCIAS DIGITAIS NO ÂMBITO DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS..... | 18 |
| 2.1. UMA BREVE HISTÓRIA TERMINOLÓGICA..... | 18 |
| 2.1.1. ALFABETIZAÇÃO DIGITAL E COMPETÊNCIAS DIGITAIS: CONCEITUAÇÃO.. | 20 |
| 2.2. BIBLIOTECA PÚBLICA..... | 24 |
| 2.2.1. BIBLIOTECA PÚBLICA NO BRASIL : FUNÇÃO SOCIAL E ALFABETIZAÇÃO DIGITAL..... | 27 |
| 2.2.2. BIBLIOTECA E AGENDA 2030 : RESPONSABILIDADES E CONTRIBUIÇÕES... | 34 |
| 3. CAMINHOS METODOLÓGICOS..... | 38 |
| 3.1. PROTOCOLO DE REVISÃO SISTEMATIZADA..... | 40 |
| 3.2. MÉTODO DE COLETA DE AÇÕES DE ALFABETIZAÇÃO DIGITAL EM BIBLIOTECAS..... | 43 |
| 4. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SISTEMATIZADA: ESTADO DA ARTE DA ALFABETIZAÇÃO DIGITAL..... | 45 |
| 4.1. MAPEAMENTO BIBLIOMÉTRICO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA..... | 55 |
| 4.2. CATEGORIAS DE ANÁLISE E REFLEXÕES SOBRE A PRODUÇÃO CIENTÍFICA. | 61 |
| 4.2.1. REVISÕES SISTEMATIZADAS E LEVANTAMENTOS BIBLIOGRÁFICOS..... | 61 |
| 4.2.1.1. CONCEITOS GERAIS DE ALFABETIZAÇÃO MUDIÁTICA E INFORMACIONAL, COMPETÊNCIA DIGITAL E TRANSLITERACIAS..... | 62 |
| 4.2.1.2. PROJETOS, PROGRAMAS E QUESTÕES SOCIAIS..... | 66 |
| 4.2.2. PESQUISAS DE CAMPO COM COLETAS DE DADOS..... | 69 |
| 4.2.2.1. AMI NA COMUNIDADE..... | 69 |
| 4.2.2.2. AMI E BIBLIOTECAS..... | 76 |
| 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 98 |
| REFERÊNCIAS..... | 104 |

1. INTRODUÇÃO

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO cunhou e advoga a favor de um conceito emergente na sociedade da informação: a Alfabetização Midiática e Informacional - AMI. Trata-se de uma alfabetização que vai além do processo de aprender a ler e a escrever e que se entrelaçou com os estudos da Ciência da Informação - CI nas últimas décadas, em especial no campo do estudo de usuário. O conceito também está vinculado a campos limítrofes à Educação e à Comunicação, como aqueles que tratam de investigar o papel das bibliotecas, a mediação ou “desintermediação”¹ da informação e a maneira como a informação é manipulada nas mídias e no ambiente digital. O avanço desses estudos permitiu o surgimento de termos como Competência em Informação - CoInfo (*Information Literacy*), Competência e letramento digital (*Digital Competence e Digital Literacy*), Competência Midiática (*Media Literacy*), entre outros, e que eles ganhassem relevância e passassem a ser objeto de análise de diferentes estudos e áreas de conhecimento.

Tais conceitos suscitam o levantamento de questões sociais, o desenvolvimento de modelos e quadros teóricos para guiar governos em suas políticas públicas e, talvez o mais complexo, a necessidade da formação do indivíduo para o desenvolvimento de competências necessárias para lidar com a informação de forma íntegra no ambiente digital, onde todos são produtores. Segundo a própria UNESCO (2016):

O objetivo principal da AMI é empoderar as pessoas para que exerçam seus direitos universais e suas liberdades fundamentais, como a liberdade de opinião e de expressão, e, também, para que busquem transmitir e receber informações, aproveitando as oportunidades emergentes da forma mais eficaz, ética e eficiente, para o benefício de todos os indivíduos (p. 31).

Assim como outros órgãos e Estados, a UNESCO explicita o direito do ser humano de ser capacitado digital, midiática e informacionalmente e, entende que para que esse objetivo seja atingido, um conjunto de habilidades precisam ser trabalhadas no cidadão a fim de que ele desenvolva uma visão mais ampla sobre o conteúdo das informações que recebe e sobre a intenção de seus interlocutores e dos canais pelos quais elas são disseminadas, fazendo com que a propagação seja feita com mais consciência e responsabilidade. Essas habilidades a

¹ A desintermediação geralmente refere-se ao processo de eliminação ou redução de intermediários na transmissão de informações. Conforme Lévy (1998, p. 45), “[...] o espaço público de comunicação era controlado através de intermediários institucionais que preenchiam uma função de filtragem e de difusão entre os autores e os consumidores de informação: estações de televisão, de rádio, jornais, editoras, gravadoras, escolas, etc.”, mas o ciberespaço modificou essa estrutura. Na Ciência da Informação, o fenômeno é comumente vinculado às Tecnologias de Informação e Comunicação e a eliminação de agentes intermediários no processo de busca e manipulação da informação online.

serem aprendidas são letramentos que em alguma instância seguem os objetivos da AMI e podem ser agrupadas em nichos como: competências técnicas e para o uso de ferramentas; competências informacionais e para a manipulação da informação; competências para as mídias, para uso e propagação responsável; competências éticas e culturais para formação de cidadãos mais conscientes, entre outras. Juntas, elas permitem ao cidadão, algo similar ao pensamento de Farias e Belluzzo (2015) sobre a Competência em Informação: “[...] o reconhecimento social sobre a capacidade de alguém de se pronunciar a respeito de um assunto específico.” (p. 37).

As terminologias utilizadas pela UNESCO (WILSON *et al.*, 2013) para exemplificar os espaços onde são aplicados esses letramentos e as principais noções de alfabetização possíveis, são as seguintes:

- Alfabetização midiática (*Media literacy*)
- Alfabetização informacional (*Information literacy*)
- Liberdade de expressão e alfabetização informacional (*Freedom of expression and information literacy*)
- Alfabetização no uso de bibliotecas (*Library literacy*)
- Alfabetização no acesso a notícias (*News literacy*)
- Alfabetização computacional (*Computer literacy*)
- Alfabetização no uso da internet (*Internet literacy*)
- **Alfabetização digital (*Digital Literacy*)**
- Alfabetização cinematográfica (*Cinema literacy*)
- Alfabetização no uso de jogos (*Games literacy*)
- Alfabetização televisiva e publicitária (*Television literacy, advertising literacy*) (2013, p. 19).

A necessidade dessas competências são consequência do avanço da “sociedade em rede”² que trouxe uma cultura participativa em que as pessoas são agentes ativos. A *web 2.0*³ “[...] trouxe os *blogs*, *wikis*, *chats*, as mídias sociais colaborativas, as redes sociais e o conteúdo produzido pelos próprios internautas no conceito de inteligência coletiva, na qual os usuários passam a ser também produtores de conteúdos midiáticos [...]” (Passarelli, 2020, p. 262). Hoje, o usuário é entendido como consumidor e produtor de seus próprios conteúdos, ou seja, um agente ativo de seu próprio processo de apropriação da informação. A *web 2.0* permitiu um processo majoritariamente sem mediadores, um conceito cunhado por Pierre Lévy de “desintermediação”, que segundo o autor “[...] levanta imediatamente questões relativas à pertinência e à garantia de autenticidade das informações.” (Lévy, 1998, p. 45).

² Conceito que se refere à transformação das estruturas sociais devido à crescente interconexão proporcionada pelas tecnologias de informação e comunicação. Nesse contexto, as relações sociais são moldadas por redes de comunicação, colaboração e interação online. Manuel Castells ("A Sociedade em Rede", 1996) é um dos principais autores dessa teoria e em sua obra explora como as redes de comunicação digital têm um papel fundamental na organização e funcionamento da sociedade contemporânea.

³ O conceito de Web 2.0 refere-se a uma segunda geração de serviços e aplicações na internet que se caracteriza pela participação ativa dos usuários, colaboração e interatividade. Diferentemente da Web 1.0, que era mais estática, a Web 2.0 permite aos usuários criar, compartilhar e interagir de maneira mais dinâmica.

Neste contexto, a preocupação se volta não só para os conteúdos compartilhados, como também para os canais de comunicação onde são propagadas e para os próprios produtores. Com todos os indivíduos se apropriando dos meios de comunicação fica mais fácil duvidar da procedência das mensagens e cresce a dificuldade em compreendê-las e avaliá-las. Primeiramente, consequência do dinamismo proporcionado por redes digitais cada vez mais velozes e, por outro lado, pela falta de alfabetização do usuário para lidar com esse novo cenário de multiplataformas e narrativas transmidiáticas imposto nas últimas décadas.

Essas narrativas são muitas vezes criadas em redes sociais digitais e até produzidas por algoritmos de inteligência artificial, permitidas graças à nova onda informacional que está se iniciando com a chegada da *web 3.0*⁴, onde a conectividade é constante e as máquinas são assistentes no comportamento informacional do usuário, criando e personalizando cada vez mais seus conteúdos. Nesse contexto, talvez se faça necessário ir além do uso dos letramentos avulsos e se valer das transliteracias, que como explica Passarelli (2020), seria “[...] a habilidade de ler, escrever e interagir entre diferentes plataformas digitais, artefatos e meios de comunicação, utilizando desde a oralidade ao desenho, linguagem escrita, mídia impressa, rádio, Tv, vídeos, filmes e redes sociais.” (p. 269).

O termo “transliteracia” é proposto pela UNESCO em substituição ao termo literacia, a fim de que se possa entender que a alfabetização para informação e mídia não é só realizada em uma plataforma ou um ambiente, mas sim, entre eles. O termo destaca a importância de ir além da “literacia” tradicional, que muitas vezes está associada apenas à habilidade de ler e escrever em um meio específico, como o texto impresso. Desenvolver habilidades de transliteracia significa estar apto a navegar, avaliar criticamente e participar ativamente em diversas formas de expressão e espaços de troca de informação. Essa abordagem reconhece a natureza complexa e multifacetada da comunicação contemporânea.

Na área da Comunicação, o especialista em narrativa transmídia, Henry Jenkins, disserta sobre uma ecologia de mídia fluida similar à abordagem da transliteracia, onde o acesso não se limita a uma ferramenta ou a um único espaço. Em vez de ver os meios como entidades isoladas, a ecologia de mídia fluida de Jenkins promove uma compreensão mais integrada e dinâmica do ecossistema de mídia contemporâneo. Essa abordagem reconhece a fluidez das fronteiras entre diferentes meios de comunicação e destaca a importância de uma participação ativa dos usuários na produção de conteúdo. Jenkins (2013) ressalta em seu livro

⁴ Diferentemente da Web 2.0, que se concentra na interação entre usuários, a Web 3.0, também conhecida como “Web Semântica”, é uma evolução da internet que visa tornar as informações mais compreensíveis para as máquinas, permitindo uma interconexão mais inteligente e significativa dos dados.

Cultura de Convergência, que “[...] enquanto o foco permanecer no acesso, à reforma permanecerá concentrada nas tecnologias; assim que começarmos a falar em participação, a ênfase se deslocará para os protocolos e práticas culturais” (n.p). Essa discussão, além de abranger aspectos sociais, também adentra ao campo das transliteracias, que envolvem mais que ensinar aos sujeitos as técnicas e as tecnologias, mas sim permitir que o cidadão seja participativo na sociedade, que tenha pensamento crítico necessário e o apoio ideal por parte do Estado. Esse pensamento encontra apoio em Passarelli (2020) que avalia que as transliteracias “[...] demandam políticas públicas que garantam a inclusão, a produção e fruição dessa cultura digital, e que estejam pautadas nos direitos à educação, ao conhecimento e à informação” (p. 272).

Assumindo que vivemos em um mundo transmidiático, ou seja, em que comunicamos uma mensagem através de múltiplos meios de comunicação e, considerando que as diferentes sociedades não têm as mesmas oportunidades de acesso e investimentos em políticas públicas, esta pesquisa vê coerência nas transliteracias como forma de Alfabetização Digital, informacional e midiática a fim de suprir as carências que sejam fruto desses sistemas. Entende-se que o processo de Alfabetização Digital possui as ferramentas necessárias para uma contribuição efetiva dos segmentos da Ciência da Informação, contando com a biblioteca pública como o local apropriado para essas práticas de alfabetização.

Este trabalho dá ênfase na Alfabetização Digital, tratando-a como conceito global que abrange outras competências e alfabetizações como a midiática e a informacional. O conceito global tido como o processo, é ainda dividido em dois momentos distintos, porém complementares: o letramento digital propriamente dito e as competências digitais. Resumidamente, entende-se que o letramento é uma situação a ser alcançada em sua totalidade e que as competências são um conjunto de habilidades que permitem o alcance do letramento e que incluem o aprendizado técnico, mas vão muito além disso.

Este tema foi escolhido como uma continuação e aprofundamento de estudos previamente realizados pela autora, interessada particularmente nos campos da Competência em Informação e da Educação Midiática direcionados a crianças e jovens. Essa escolha foi influenciada pela participação em grupos de pesquisa na Faculdade de Informação e Mídias Audiovisuais da Universidade de Barcelona, Espanha, onde surgiu o interesse em investigar como as diferenças sociais influenciam a eficácia das ações de alfabetização informacional e midiática em diferentes sociedades. Um aspecto adicional que enriqueceu o estudo foi a observação do papel das bibliotecas públicas e comunitárias de Barcelona no fomento à

competência digital, uma prática que contrasta com a realidade das instituições similares no Brasil, onde tais iniciativas são quase inexistentes.

A relevância do termo Alfabetização Digital e suas implicações advém de sua congruência com a Alfabetização Midiática e Informacional - AMI da UNESCO, abraçando harmoniosamente conceitos como alfabetização transmidiática e transliteracias. Isso se deve à natureza compartilhada desses conceitos dentro de um ecossistema multiplataforma, além da experiência descentralizada que o usuário atravessa ao navegar e aprender no ambiente digital. Conforme argumentado por Becker (2018) e Boyd (2014), a noção de Alfabetização Digital desafia a ideia equivocada de que os chamados nativos digitais — indivíduos nascidos na era da digitalização global — possuem, por *default*, competências digitais plenas, com total domínio e discernimento sobre o ambiente digital. Boyd (2014) critica essa suposição, observando que "[...] embora muitos adolescentes estejam intensamente engajados com as mídias sociais, isso não implica automaticamente em possuírem o conhecimento ou habilidades necessárias para otimizar suas experiências online" (p. 176). Becker reforça essa visão ao afirmar que "Ninguém nasce alfabetizado digitalmente e a idade não é um determinante direto das competências digitais de uma pessoa" (2018, p. 2).

A **hipótese levantada neste trabalho** é de que a biblioteca pública é a instituição adequada para colocar em prática os quadros teóricos de Alfabetização Digital que ajudam a suprir a exclusão digital cada vez mais presente em nações do mundo todo, mas que barreiras como a falta de investimento em políticas públicas, de treinamento profissionalizante e falta de planos específicos, são algumas das causas que impedem que alguns planos se concretizem.

Jenkins nos encoraja a expandir nossa visão sobre o acesso para além de sua dimensão tecnológica, enquanto Vitorino (2018, p. 82), ao introduzir o conceito de “vulnerabilidade em informação”, destaca a existência de grupos que enfrentam barreiras significativas ao acesso à informação, em contraste com segmentos mais favorecidos da sociedade. Isso ressalta a necessidade de considerar as especificidades de cada contexto social. Este aspecto ilumina a **problemática primária** de pesquisa deste estudo: enquanto algumas nações podem avançar na discussão sobre Alfabetização Digital para além do simples acesso, será que tal progresso reflete a realidade global? Reflexões sobre a acessibilidade são fundamentais para o desenvolvimento de estratégias inclusivas que alcancem integralmente a comunidade, sobretudo aqueles indivíduos que são privados da Alfabetização Midiática e Informacional devido a fatores sociais. Estes fatores transcendem as esferas político-econômicas e abarcam também desigualdades de gênero, exclusão de populações em áreas rurais e remotas, entre

outros mecanismos de exclusão que culminam na marginalização, discriminação ou restrição de acesso a oportunidades, recursos e direitos para certos grupos.

É sabido que a biblioteca tem papel fundamental no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030, conforme Silva e Borges (2021) destacam:

[...] a biblioteca contribui fundamentalmente no alcance de 12 dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ao promover a implementação de ações culturais que são compatíveis com as indicações da IFLA (*International Federation of Library Associations*) para o alcance desses Objetivos.” (p. 19).

E podemos encontrar quadros teóricos que direcionam as nações para o ensino e compartilhamento de competências digitais, como é o caso dos projetos europeus *Digital Competence Framework* (DigiComp) e do Plano de Competências Digitais da Espanha. Mas esses fatores, trazem à tona os **problemas de pesquisa secundários** deste trabalho: a biblioteca pública, considerando sua função social, tem demonstrado interesse no tema e assumido o seu papel na contribuição da capacitação digital da população, desenvolvendo pesquisas, aplicando as ações propostas ou desenvolvendo novas práticas? E ainda, quais as diferenças entre as barreiras existentes para os países em desenvolvimento como o Brasil e os ditos de primeiro mundo, no caminho para pôr em prática tais projetos?

Sob a ótica da Alfabetização Midiática e Informacional - AMI e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS da UNESCO, este estudo visa investigar o papel das bibliotecas públicas na promoção da Alfabetização Digital entre a população. **O objetivo é diagnosticar até que ponto estas instituições estão implementando, na prática, os princípios e diretrizes estabelecidos pela literatura acadêmica e pelos planos teóricos estratégicos, desde que a Competência Digital foi reconhecida como uma habilidade fundamental para o aprendizado contínuo e para o alcance dos objetivos da Agenda 2030.** Adicionalmente, o trabalho pretende explorar os desafios e oportunidades enfrentados pelas bibliotecas públicas e pelos profissionais da informação no que tange à contribuição para a Alfabetização Digital da sociedade.

Os objetivos específicos se configuram em:

- realizar um levantamento bibliográfico das terminologias e dos conceitos apresentados, visto que muitos deles podem parecer sinônimos, mas possuem propriedades muito específicas;
- levantar os objetivos e responsabilidades da biblioteca pública na sociedade atual, a fim de traçar um paralelo com as contribuições possíveis dentro das camadas da Alfabetização Midiática e Informacional;

- realizar revisão sistematizada e bibliométrica da literatura, com intuito de respaldar a fundamentação teórica da pesquisa e apresentar a o mapeamento da produção científica sobre a temática;
- levantar modelos e *cases* de bibliotecas públicas ao redor do mundo, com o objetivo de quantificar e qualificar o fomento às competências digitais dentro de cenários sociais distintos, e por fim;
- investigar as discrepâncias entre os diversos cenários estudados, com o objetivo de compreender as exigências dos projetos de Alfabetização Digital em contraste com as práticas efetivamente implementadas pelas bibliotecas públicas e identificar as principais barreiras que impedem a concretização dos planos teóricos.

Para alcançar os objetivos desta pesquisa, algumas considerações devem ser pontuadas. O ecossistema da Alfabetização Midiática e Informacional, onde habitam os letramentos digitais, é formado por grandes conjuntos de discussões que abordam assuntos comumente convergentes, mas que em seus objetivos buscam atender necessidades específicas competentes às suas próprias áreas de conhecimento. Os estudos que discorrem sobre os novos letramentos, em particular os digitais, são relativamente recentes e por serem tratados em âmbitos interdisciplinares, podem apresentar conceitos muitas vezes similares, mas sob nomenclaturas diferentes e o contrário também se faz verdadeiro, apresentando nomenclaturas semanticamente parecidas, mas que abordam conceitos sensivelmente diferentes.

O interesse social e acadêmico crescente pelo tema resultou em uma notável expansão da literatura científica sobre Alfabetização Digital na última década, enriquecendo o campo com estudos significativos. Entretanto, essa proliferação também acarretou divergências conceituais e uma falta de uniformidade nos termos utilizados. Diante dessa realidade, optou-se por uma abordagem de pesquisa multimétodo para alcançar os objetivos propostos. Esta abordagem engloba uma dimensão qualitativa e bibliográfica, por meio da realização de uma revisão sistematizada da literatura sobre o tema, e uma dimensão exploratória, ao investigar as iniciativas de alfabetização transmidiática e digital em bibliotecas ao redor do globo. Além disso, adota uma perspectiva quantitativa ao desenvolver indicadores bibliométricos para analisar a produção científica identificada, visando uma compreensão abrangente e multifacetada do estado atual da Alfabetização Digital no contexto bibliotecário global.

O desenvolvimento deste estudo se justifica tanto pela lacuna de pesquisas com esse direcionamento na literatura como pela necessidade latente de absorção dos conceitos no

campo da Ciência da Informação. O tema abordado está atrelado a Linha 1 - Conhecimento e Informação para Inovação do Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação - PPGCI, da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, que “Compreende os estudos sobre gestão, organização, mediação, visibilidade e acesso à informação e ao conhecimento considerando-os como elementos estratégicos para a inovação. [...]” (PPGCI, 2023), considerando inovação em seu aspecto mais amplo, que envolve até mesmo novos arranjos sociais.

Como a CI, a Alfabetização Midiática e Informacional, ultrapassa barreiras disciplinares e possui questões epistemológicas compartilhadas por diversas áreas. O estudo de usuário em si, que busca a compreensão sobre o comportamento de quem manipula a informação, não é uma área de investigação nova, inclusive Belluzzo (2020) aponta que “[...] historicamente, as bibliotecas sempre tiveram preocupação com o consumo e a disseminação consciente da informação. O que mudou foram as diferentes origens pelo qual hoje o assunto vem sendo discutido” (p. 4). Os canais e tecnologias que foram surgindo, como a internet e as redes sociais digitais, por exemplo, além do paradigma dos algoritmos que vivemos hoje, criaram a necessidade de se estudar o comportamento informacional do usuário por novos ângulos e a partir de suas idades mais primárias, e seu consumo massivo sem precedentes, permitiu uma transdisciplinaridade ainda maior ao envolver as plataformas midiáticas e tratar da educação para a informação de jovens e crianças.

Dentro dos grupos de trabalho da Ciência da Informação no Brasil (ANCIB), essas temáticas podem ser enquadradas no grupo 3, relativo à Mediação, Circulação e Apropriação da Informação, por estudar o processo de apropriação da informação e seus desdobramentos através da mediação, “[...] bem como [dos estudos] relacionados à construção e ao avanço do campo científico da Ciência da Informação, compreendido em dimensões inter e transdisciplinares [...]” (ENANCIB, 2022).

No que se refere à organização desta pesquisa, ela está estruturada nas seguintes seções:

Seção 1 – Trata-se desta introdução e teve como objetivo contextualizar e respaldar a pesquisa;

Seção 2 – Conceitos de Alfabetização Digital e Biblioteca Públicas, entendendo a função social da biblioteca e apresentando algumas diferenças entre as políticas brasileiras e as encontradas em países com política nacional de Alfabetização Digital já instalada, como é o caso da cidade de Barcelona (Espanha);

Seção 3 – Caminhos metodológicos, que explicita todos os passos e escolhas realizadas para o cumprimento da pesquisa;

Seção 4 – Revisão sistematizada e revisão bibliométrica;

Seção 5 – Ações das Bibliotecas Públicas – levantamento e análise;

Seção 6 – Considerações Finais.

2. ALFABETIZAÇÃO DIGITAL E COMPETÊNCIAS DIGITAIS NO ÂMBITO DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS

Na subseção 1 deste capítulo buscou-se alinhar a terminologia e os conceitos sobre Alfabetização Digital e competências digitais. A intenção foi apresentar os direcionamentos quanto aos conceitos utilizados, de forma a embasar os resultados obtidos. Na subseção 2, também com a intenção de trazer o posicionamento sobre a definição e papel das bibliotecas públicas, apresentam-se os principais documentos basilares que hoje respaldam nosso entendimento sobre o que é e qual o papel das bibliotecas públicas. De forma pouco aprofundada buscou-se trazer tanto aspectos históricos e conceituais das bibliotecas públicas brasileiras como referenciar países com sólidas políticas públicas de apoio à biblioteca e de Alfabetização Digital. Vale destacar, que a opção por apresentar uma revisão sistematizada na seção 4 permite, de certa forma, utilizar também a produção científica analisada para respaldar os resultados da pesquisa. Justamente por essa razão, na seção 2, não houve esgotamento sobre as pesquisas já desenvolvidas sobre a temática.

2.1. Uma breve história terminológica

O termo *Digital Literacy* aparece em 1995 em um texto de Richard A. Lanham intitulado “Letramento Digital : A multimídia exigirá facilidades equivalentes em palavras, imagens e sons”, que traz uma visão sobre o letramento digital, também chamado de letramento multimídia à época, sob uma perspectiva cognitiva: as diferenças entre o letramento convencional da cultura impressa e o letramento digital, em uma cultura multimídia. Em um contexto ainda sem redes sociais digitais e sem perspectiva do que viria a ser o comportamento independente e “prossumidor” do usuário dos anos 20 do século XXI, ele embasa a sua definição de letramento digital na diferença da leitura convencional física e na leitura do complexo ambiente virtual de palavras, sons e imagens dinâmicos.

Segundo Lanham (1995), “[...] ser profundamente alfabetizado no mundo digital significa ser hábil em decifrar imagens e sons complexos, bem como as sutilezas sintáticas das palavras” (p. 198-199). Esta definição pode parecer básica e até ingênua quase 30 anos depois, ao observarmos os avanços de suportes tecnológicos, inteligência artificial e automação virtual, que nos exigem mais do que apenas decifrar os códigos desse novo tipo de leitura, mas também nos situar como cidadãos em um universo onde exercemos a nossa

cidadania de maneira diferente do mundo “real”. Podemos entender superficialmente essa diferença, ao observarmos as bolhas políticas virtuais, onde são encontrados discursos de ódio muitas vezes não revelados em grupos de discussão físicos. Lanham (1995) ainda é otimista ao descrever o ambiente no processo de aprendizado digital, tratando-o como um local democrático às diferentes formas como o ser humano aprende:

Todos nós conhecemos pessoas que aprendem bem com os livros e outras que aprendem na prática; outros, como dizemos na música, ‘aprendem de ouvido’. O letramento digital aumenta muito nossa capacidade de adequar o meio tanto à informação oferecida quanto ao público.” (1995, p. 200).

Teoricamente, o ambiente digital na visão de Lanham favorece as diferentes formas de aprendizagem e permite um ambiente democrático não visto há muito tempo: onde todos têm acesso ao mesmo conteúdo e possibilidade de se desenvolver nos mesmos tópicos, sem distinção de classes ou níveis de poder. Atualmente, temos fenômenos como a Exclusão Digital e a pós-verdade⁵ para contestar a positividade de Lanham.

Em 1997, o escritor e educador americano Paul Gilster publica o livro *Digital Literacy* e se torna um dos principais disseminadores do termo. No livro, Gilster define o conceito de forma bastante específica, como sendo “[...] a capacidade de compreender e usar informações em vários formatos de uma ampla variedade de fontes quando apresentadas por meio de computadores” (1997, p. 1). Uma vez que sua conceituação é ambientada no cenário inicial da globalização da internet, Gilster ressalta a importância de competências focadas no domínio da ferramenta e elenca habilidades essenciais ao comportamento do leitor na internet como o pensamento crítico sobre o conteúdo online, o aprendizado das novas formas de leitura dos conteúdos eletrônicos e a importância de estratégias e mecanismos para o novo cenário de busca de informação que se estabelecia (1997, p. 2-3).

Mais de duas décadas após a publicação do livro, novas barreiras do mundo digital apareceram e faz-se necessário uma redistribuição dos letramentos, um novo agrupamento que contemple mais que o aprendizado técnico. Leaning (2019), por exemplo, define letramento digital como:

[...] um amplo conjunto de competências relacionadas ao uso de mídias digitais, computadores e Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Muitas vezes, entende-se que compreende (ou inclui) uma série de outras formas de alfabetização,

⁵ A Pós-Verdade é um fenômeno potencializado pelo contexto de mídias digitais e otimizado pelo efeito bolha das redes sociais, que tem como algumas de suas características a sobreposição da crença individual sobre os fatos e o apelo emocional em discursos públicos, características que resultam em negacionismo científico, disseminação de informações falsas e desinformação. Araújo (2021) ressalta um comportamento individual inusitado nesse cenário: “[...] há, por parte das pessoas, um desprezo, um desdém, um desinteresse pela veracidade das informações recebidas e compartilhadas. As pessoas recebem a informação, muitas vezes sabem que é falsa, mas elas compartilham assim mesmo, elas não se importam” (p. 101).

como alfabetização de computador, alfabetização de internet, alfabetização de mídia e alfabetização de informação (2019, p. 4).

Em seu documento *A Global Framework of Reference on Digital Literacy Skills for Indicator* (2018), a UNESCO explicita que as definições do letramento digital são várias, assim como os motivos que levam os países a assumir um compromisso nacional de desenvolver a alfabetização digital em sua população. As definições vão desde autores alinhados à citação de Leaning (2019), que consideram o letramento digital como uma derivação de outros letramentos e, por consequência as engloba, como o letramento midiático, informacional e para uso das TIC, até documentos que separam em diferentes conceitos o letramento tradicional do letramento para informática. Os objetivos também percorrem o campo social, seja para criação de empregos e melhora da prestação de serviços públicos ou ainda, suprir a lacuna causada pela exclusão digital (UNESCO, 2018, p. 6). Para todos os casos, tornou-se comum a criação de planos e quadros teóricos, seja de instituições públicas ou privadas, que descrevem boas práticas de uso, consumo e disseminação em meio digital.

2.1.1. Alfabetização digital e competências digitais: conceituação

Para uma boa compreensão do ecossistema deste trabalho é imprescindível a localização dos termos e o entendimento de que por vezes, as traduções poderão gerar equívocos sobre os seus significados. Tratamos aqui, do conceito de *Digital Literacy*, termo de língua inglesa popularizado por Paul Gilster (1997) nos anos 1990, que pode ser traduzido ao português para letramento digital ou literacia digital. Neste ponto há inconsistências, pois em língua inglesa *Literacy* também pode ser traduzida ao português como Alfabetização e é possível encontrar trabalhos que valem de Alfabetização Digital e letramento digital como sinônimos. Porém no Brasil, temos algumas diferenças importantes, na área da Educação, entre o conceito de Letramento e o da Alfabetização:

A alfabetização é a aquisição do código da escrita e da leitura. Segundo Magda Soares, esta se faz pelo domínio de uma técnica: grafar e reconhecer letras, usar o papel, entender a direcionalidade da escrita, pegar no lápis, codificar, estabelecer relações entre sons e letras, de fonemas e grafemas; a criança perceber unidades menores que compõem o sistema de escrita (palavras, sílabas, letras). Letramento é a utilização desta tecnologia em práticas sociais de leitura e de escrita (Lopes, 2010, p. 10)

Essa corrente de estudos defende que Alfabetização é a decodificação dos códigos de leitura e escrita, ou seja, bastaria que um sujeito estivesse familiarizado com o alfabeto e

conseguisse formar frases e interpretar textos para ser considerado alfabetizado. Traçando um paralelo ao mundo digital, bastaria decodificar os códigos tecnológicos para ser alfabetizado digitalmente, ou seja, saber ler uma *interface* e entender que se trata de uma rede social ou de um blog, saber fazer *login* em uma plataforma etc.

Porém, o conceito de letramento ou literacia envolve um escopo social e de aprendizado ao longo da vida mais abrangente. Para ser letrado é necessário entender os códigos sociais, é necessário para além de ler um texto, entender as intenções do autor, entender o contexto no qual ele foi escrito e quais foram seus objetivos. Uma leitura que está além de decodificar sílabas, pois envolve a perspicácia do leitor a respeito da sociedade em que vive e leva em consideração suas referências e experiências de vida. Novamente fazendo o paralelo com o universo digital, o usuário seria alfabetizado se soubesse *logar* em uma plataforma, mas só seria letrado se entendesse as regras pelas quais aquele ambiente é regido, seus interesses, benefícios e malefícios. Seguindo essa perspectiva etimológica, não se poderia assumir que Alfabetização Digital e letramento digital são a mesma coisa, embora sejam conceitos complementares e indissociáveis, assim como na Educação, já que em ambos os casos, dificilmente haverá letramento sem alfabetização.

Competência Digital é um terceiro termo encontrado na literatura que também pode causar divergências. Uma das primeiras menções do termo está vinculada às iniciativas da Comissão Europeia, que introduziu a expressão de língua inglesa *Digital Competence* no início dos anos 2000 como parte dos esforços para promover a Alfabetização Digital e habilidades em toda a Europa. Em 2006, o Parlamento Europeu e o Conselho estabeleceram o Quadro Europeu para a Competência Digital para Cidadãos (*DigComp*) que delineava as competências digitais-chave que os indivíduos deveriam possuir, sendo Competência Digital a quarta das oito competências essenciais para o aprendizado ao longo da vida. O termo está diretamente relacionado às habilidades adquiridas para ser letrado digitalmente e o fato de ser utilizado em quadros teóricos como o *DigComp* e *DigComp Edu*, pode ser o motivo para ser “[...] um termo chave associado à educação secundária, que tem ênfase no currículo e no treinamento de professores” (Martínez-Bravo; Sádaba-Chalezquer; Serrano-Puche, 2020, p. 11).

Muitas vezes *Digital Literacy* (Letramento/Alfabetização Digital) também é traduzido para Competência Digital na língua portuguesa brasileira. Essa confusão pode ter origem em outro termo da família das alfabetizações midiáticas e informacionais no Brasil: a *Information Literacy*, cunhado como Competência em Informação pela área de Ciência da Informação no Brasil. Porém, enquanto a *Digital Competence* é sustentada pelo aprendizado

de competências básicas como “[...] a utilização de computadores para recuperar, avaliar, armazenar, produzir, apresentar e trocar informações, e para comunicar e participar em redes colaborativas através da Internet.” (European Union, 2006, n.p.); a *Digital Literacy*, segue a mesma linha de raciocínio do letramento em educação, sendo um conceito que foca nas atitudes frente à tecnologia da sociedade atual:

[...] focado no papel de aprendizagem: habilidades e aptidões frente à tecnologia. Desenvolvimento de várias competências TIC com enfoque social, estratégico e técnico, centradas nas necessidades dos utilizadores para preencher a lacuna da exclusão digital sob o guarda-chuva das competências do século XXI. Integram-se as seguintes competências: mídia, informação, resolução de problemas (programação), comunicação, informação e novas literacias em relação à tecnologia, cultura e sociedade, em ambientes de educação formal e não formal (Martínez-Bravo; Sádaba-Chalezquer; Serrano-Puche, 2020, p. 11).

A fim de minimizar erros conceituais e melhorar a assertividade ao longo desta pesquisa, vamos nos distanciar parcialmente das definições da área da Educação e utilizar neste recorte específico da Alfabetização Digital, os termos letramento e alfabetização como sinônimos, respaldado na atual definição de alfabetização da UNESCO:

[...] a alfabetização é agora entendida como um meio de identificação, compreensão, interpretação, criação e comunicação num mundo cada vez mais digital, mediado por texto, rico em informação e em rápida mudança. [...] e faz parte de um conjunto mais amplo de competências, que inclui competências digitais, literacia mediática, educação para o desenvolvimento sustentável e cidadania global, bem como competências profissionais específicas (2023b).

Entende-se que os termos são indissociáveis e que a conceituação de alfabetização da UNESCO está alinhada ao raciocínio desta pesquisa, mais atual e mais abrangente, portanto, entende-se que utilizar exclusivamente neste material os termos alfabetização e letramento como sinônimos não irão interferir na compreensão geral do tema proposto.

Segundo levantamento de Martínez-Bravo; Sádaba-Chalezquer e Serrano-Puche (2020), em maior ou menor grau, as terminologias são convergentes e estão relacionadas a depender do contexto e da abordagem utilizada. No quadro conceitual integrado sobre os 11 principais termos utilizados e sua rede de conexão (Martínez-Bravo; Sádaba-Chalezquer; Serrano-Puche, 2020, p. 10), é possível observar as relações que se estabelecem e notar que a *Digital Literacy* engloba diversos conceitos pertinentes a este trabalho como a Competência em Informação (*Information Literacy*), as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), a Exclusão Digital (*Digital Divide*) e a Internet (Figura 1):

Figura 1 - Fragmento do quadro conceitual integrado de termos-chave estudados por Martínez-Bravo, Sádaba-Chalezquer e Serrano-Puche (2020)

| Palavra-chave | Competência Digital | Competência em TIC | Letramento em TIC | Habilidades Digitais | Letramento Digital | Habilidades em TIC | Letramento Tecnológico | Novos letramentos | Multiletramentos | Letramento informacional (Competência em Informação) | Letramento Midiático |
|--|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Classe de modularidade | | A | | | | B | | C | | D | E |
| Palavra-chave relacionada a termos-chave | <ul style="list-style-type: none"> TIC ensino superior letramento digital letramento midiático exclusão digital | <ul style="list-style-type: none"> educação primária diferenças cognitivas e de aprendizagem letramento digital envolvimento com TIC estudantes | <ul style="list-style-type: none"> exclusão digital currículo digital motivação em TIC competência em TIC letramento em informática | <ul style="list-style-type: none"> exclusão digital competência digital conquista acadêmica letramento digital biografia | <ul style="list-style-type: none"> letramento midiático letramento informacional TIC exclusão digital Internet | <ul style="list-style-type: none"> habilidades do século 21 letramento digital exclusão digital comunidade de prática habilidades de liderança de equipe | <ul style="list-style-type: none"> letramento em informática exclusão digital primário competências básicas midias digitais | <ul style="list-style-type: none"> adolescência digital letramento digital início da adolescência avaliação | <ul style="list-style-type: none"> multimodalidade letramento digital projetos novos letramentos | <ul style="list-style-type: none"> cidadania digital Asia efeito Bandwagon inscrição de biblioteca agente corporificado ativo | <ul style="list-style-type: none"> letramento midiático Educação meios de comunicação adolescentes educação para a mídia |
| Descrição dos termos-chave | <p>Associado às TIC no ensino secundário, aos alunos e a avaliação de competências, com destaque para o currículo, os professores e a sua formação. Foco na competência midiática, informação e competências tecnológicas no contexto da web2.0</p> | <p>Associada à educação no contexto do ensino primário e competências básicas. pedagogia do professor, níveis e estratégias de aprendizagem.</p> <p>Foco na competência digital, TIC. Ênfase na exposição social à tecnologia e inclusão.</p> | <p>Associado ao uso social da tecnologia e a uma perspectiva da indústria da mesma. o desenho do currículo digital e das metodologias de aprendizagem. Foco na competência TIC, com uma abordagem técnica (resolução de problemas), no contexto das competências do século XXI.</p> | <p>Associado à perspectiva social do uso da internet, desempenho acadêmico e projetos sociais. Focado no uso digital, técnico e estratégico do computador. Inclui não só o contexto da educação formal, mas também a inclusão de grupos mais vulneráveis, como crianças e idosos.</p> | <p>Associação à educação em TIC, utilização da internet como meio, no quadro social de lacunas no acesso à tecnologia. Integra diversas competências com abordagens técnicas e críticas, a competência TIC em geral, bem como no contexto de novas literações em relação à tecnologia, e no quadro da educação formal e não formal.</p> | <p>Associado às TIC como competência para a aprendizagem ao longo da vida. O desenvolvimento de competências básicas e comportamentais e competências socioculturais, adaptado a ambientes, instrumentos e necessidades de aprendizagem. Concentre-se em diversas competências digitais, tais como: técnicas, TIC.</p> | <p>Associada à inclusão na perspectiva técnico-funcional da tecnologia de solução de problemas, suas competências básicas e universitárias e avaliação de competências no ambiente digital. Foco na competência de comunicação, pensamento crítico no ecossistema digital, mídia, novas mídias, tecnologia de aprendizagem como meio de inovação e experimentação.</p> | <p>Associado a estudos de diferentes faixas etárias: infância, pré-adolescência, adolescência, estudantes universitários e avaliação de competências no ambiente digital. Foco na competência de pensamento crítico no ecossistema digital, mídia, diversas questões sobre questões diversas/globais, tais como: finanças, língua estrangeira, cultura.</p> | <p>Associado ao desenho de novas modularidades, tendências e formas de aprendizagem no ambiente digital, bem como de políticas públicas. Concentre-se em habilidades críticas de alfabetização (informação, mídia, comunicação) e conhecimento sobre questões diversas/globais, tais como: finanças, língua estrangeira, cultura.</p> | <p>Associado à gestão de bibliotecas e da informação em geral, com destaque para a informação digital no âmbito acadêmico e cidadão. Foco na educação para a pesquisa na infância e adolescência. Concentre-se em habilidades de pensamento crítico dentro da estrutura social da exclusão digital.</p> | <p>Associado ao consumo crítico de mídia e conteúdo, a compreensão do ecossistema de informação e ao currículo de educação para a mídia. Ênfase em pesquisas na infância e adolescência. Concentre-se em habilidades de pensamento crítico dentro da estrutura social da exclusão digital.</p> |
| Descrição do componente de modularidade | <p>Componente focado no papel do instrutor: perspectiva de desenho curricular, professores, implementação pedagógica, estratégias, níveis, ecossistemas e avaliação, no âmbito de diferentes competências em TIC.</p> | <p>Componente focado no papel de aprendizagem: competências e aptidões frente à tecnologia. Desenvolvimento de diversas competências em TIC com um enfoque social, estratégico e técnico, centrado nas necessidades dos utilizadores para colmatar a exclusão digital sob a égide das competências do século XXI. Estão integradas as seguintes competências: mídia, informação, resolução de problemas (programação), comunicação, informação e novas alfabetizações em relação à tecnologia, cultura e sociedade, em ambientes de educação formal e não formal.</p> | <p>Componente focado no papel de aprendizagem: competências e aptidões frente à tecnologia. Desenvolvimento de diversas competências em TIC com um enfoque social, estratégico e técnico, centrado nas necessidades dos utilizadores para colmatar a exclusão digital sob a égide das competências do século XXI. Estão integradas as seguintes competências: mídia, informação, resolução de problemas (programação), comunicação, informação e novas alfabetizações em relação à tecnologia, cultura e sociedade, em ambientes de educação formal e não formal.</p> | <p>Componente focado no papel de aprendizagem: competências e aptidões frente à tecnologia. Desenvolvimento de diversas competências em TIC com um enfoque social, estratégico e técnico, centrado nas necessidades dos utilizadores para colmatar a exclusão digital sob a égide das competências do século XXI. Estão integradas as seguintes competências: mídia, informação, resolução de problemas (programação), comunicação, informação e novas alfabetizações em relação à tecnologia, cultura e sociedade, em ambientes de educação formal e não formal.</p> | <p>Componente focado no papel de aprendizagem: competências e aptidões frente à tecnologia. Desenvolvimento de diversas competências em TIC com um enfoque social, estratégico e técnico, centrado nas necessidades dos utilizadores para colmatar a exclusão digital sob a égide das competências do século XXI. Estão integradas as seguintes competências: mídia, informação, resolução de problemas (programação), comunicação, informação e novas alfabetizações em relação à tecnologia, cultura e sociedade, em ambientes de educação formal e não formal.</p> | <p>Componente focado no papel de aprendizagem: competências e aptidões frente à tecnologia. Desenvolvimento de diversas competências em TIC com um enfoque social, estratégico e técnico, centrado nas necessidades dos utilizadores para colmatar a exclusão digital sob a égide das competências do século XXI. Estão integradas as seguintes competências: mídia, informação, resolução de problemas (programação), comunicação, informação e novas alfabetizações em relação à tecnologia, cultura e sociedade, em ambientes de educação formal e não formal.</p> | <p>Componente focado no papel de aprendizagem: competências e aptidões frente à tecnologia. Desenvolvimento de diversas competências em TIC com um enfoque social, estratégico e técnico, centrado nas necessidades dos utilizadores para colmatar a exclusão digital sob a égide das competências do século XXI. Estão integradas as seguintes competências: mídia, informação, resolução de problemas (programação), comunicação, informação e novas alfabetizações em relação à tecnologia, cultura e sociedade, em ambientes de educação formal e não formal.</p> | <p>Componente focado no papel de aprendizagem: competências e aptidões frente à tecnologia. Desenvolvimento de diversas competências em TIC com um enfoque social, estratégico e técnico, centrado nas necessidades dos utilizadores para colmatar a exclusão digital sob a égide das competências do século XXI. Estão integradas as seguintes competências: mídia, informação, resolução de problemas (programação), comunicação, informação e novas alfabetizações em relação à tecnologia, cultura e sociedade, em ambientes de educação formal e não formal.</p> | <p>Componente focado no papel de aprendizagem: competências e aptidões frente à tecnologia. Desenvolvimento de diversas competências em TIC com um enfoque social, estratégico e técnico, centrado nas necessidades dos utilizadores para colmatar a exclusão digital sob a égide das competências do século XXI. Estão integradas as seguintes competências: mídia, informação, resolução de problemas (programação), comunicação, informação e novas alfabetizações em relação à tecnologia, cultura e sociedade, em ambientes de educação formal e não formal.</p> | <p>Componente focado no papel de aprendizagem: competências e aptidões frente à tecnologia. Desenvolvimento de diversas competências em TIC com um enfoque social, estratégico e técnico, centrado nas necessidades dos utilizadores para colmatar a exclusão digital sob a égide das competências do século XXI. Estão integradas as seguintes competências: mídia, informação, resolução de problemas (programação), comunicação, informação e novas alfabetizações em relação à tecnologia, cultura e sociedade, em ambientes de educação formal e não formal.</p> | <p>Componente focado no papel de aprendizagem: competências e aptidões frente à tecnologia. Desenvolvimento de diversas competências em TIC com um enfoque social, estratégico e técnico, centrado nas necessidades dos utilizadores para colmatar a exclusão digital sob a égide das competências do século XXI. Estão integradas as seguintes competências: mídia, informação, resolução de problemas (programação), comunicação, informação e novas alfabetizações em relação à tecnologia, cultura e sociedade, em ambientes de educação formal e não formal.</p> |

Fonte: Martínez-Bravo, Sádaba-Chalezquer e Serrano-Puche (2020, p. 10, Tradução da autora).

A figura 1 auxilia visualmente na mensuração das possibilidades de atuação nas diferentes áreas do espectro da Alfabetização Midiática e Informacional. Os conceitos se inter-relacionam e no geral estão associados à aprendizagem dentro e fora da escola, ao uso das Tecnologias de Informação e Comunicação e ao consumo de mídia digital por adultos e crianças, no entanto há sutis diferenças entre seus objetivos, o que resulta em agrupamentos de conceitos com maior teor de similaridade.

Ao que compete a este estudo, a Competência Digital (*Digital Competence*) está contemplada junto à Competência e ao Letramento em TIC na modularidade A, onde o foco é no instrutor, ou seja, na formação de professores, no desenho curricular das escolas e até em estratégias de avaliação e implementação pedagógica. É possível inferir que essa modularidade contempla pesquisas na área da Educação que voltam seus esforços para a modernização e qualificação do ensino.

Já a modularidade B, composta por Habilidades Digitais, Letramento Digital (*Digital Literacy*), Habilidades em TIC e Letramento Tecnológico, se relaciona com o papel social da aprendizagem no foco de atenuar a exclusão digital e outras lacunas sociais decorrentes dos processos de digitalização mundial.

O Letramento Informacional (no Brasil, Competência em Informação), por sua vez, está contemplado na modularidade D, focado no consumo crítico. Esse conceito está intimamente ligado a pesquisas acadêmicas da área da Ciência da Informação que, entre outros objetos de estudo, explora a biblioteca e o profissional da informação como agentes multiplicadores de competências em informação.

As definições desses agrupamentos propostos por Martínez-Bravo, Sádaba-Chalezquer e Serrano-Puche (2020) corroboram para a preferência pelo uso do termo Letramento/Alfabetização Digital (*Digital Literacy*) ao longo deste trabalho e ressalta as implicações lógicas para a escolha do termo Competência Digital (*Digital Competence*) em políticas públicas e quadros teóricos no que tange à educação no meio digital.

2.2. Biblioteca Pública

Ao longo da história, as bibliotecas foram agregando para si novos significados. A partir de 1949, com o primeiro manifesto da UNESCO sobre a Biblioteca Pública, iniciou-se um processo descritivo sobre suas possibilidades e sobre as “potencialidades” da biblioteca aberta ao público. Nesse Manifesto, a UNESCO (1949) descreve a Biblioteca Pública como

“[...] uma força viva para a educação popular e para o crescimento da compreensão internacional e, portanto, para a promoção da paz” (p. 1), elenca ações a serem proporcionadas pela instituição e incentivam a comunidade a usufruir de seus serviços. O documento coloca a Biblioteca Pública como instrumento de apoio para o aprendizado ao longo da vida de adultos e se mostra aliada no trabalho das escolas, ao dizer que a educação universal é “[...] um processo que dura a vida toda” (UNESCO, 1949, p. 1) e ao entender que além de servir às necessidades educativas dos adultos, também deve “[...] complementar o trabalho das escolas no desenvolvimento do gosto da leitura das crianças e dos jovens [...]” (UNESCO, 1949, p. 1).

Embora cite suportes pertinentes ao período de sua criação, como livros e gravações, e incentive o hábito da leitura, foca seu conteúdo nas possibilidades de desenvolvimento humano e cívico que podem ser proporcionados com a ajuda da biblioteca. Uma das afirmações chave do material é que a Biblioteca Pública deve oferecer e encorajar crianças, jovens, homens e mulheres a “[...] serem melhores cidadãos sociais e políticos de seus países e do mundo” (UNESCO, 1949, p. 2), incentivando que ela “[...] não deve dizer às pessoas o que pensar, mas deve ajudá-las a decidir sobre o que pensar” (UNESCO, 1949, p. 2), uma grande demonstração do que viria a ser parte essencial de todas as atualizações do Manifesto desde então até os dias atuais, uma prática que o documento chama de “[...] fé da democracia na educação universal como um processo ao longo da vida” (UNESCO, 1949, p. 1).

Em 1972, o Manifesto sofreu uma revisão “[...] tendo em conta as mudanças e desenvolvimentos que ocorreram ao longo de quase vinte e cinco anos[...]” (UNESCO, 1972, p. 13). O documento manteve a essência no que tange à crença de que a biblioteca pública é uma instituição que garante paz entre homens e nações e atualiza seu conteúdo com relação a suportes, demonstra preocupação com o bem-estar de públicos específicos como idosos, crianças e estudantes e frisa a necessidade de as instituições contemplarem serviços a usuários com deficiências:

Melhores meios de acesso, fornecimento de recursos mecânicos de leitura, livros em letras grandes e gravados em fita, atendimento em hospitais e instituições e atendimento personalizado ao domicílio são algumas das maneiras pelas quais a biblioteca pública pode estender seus serviços a quem mais precisa (UNESCO, 1972, p. 14)

Em parceria com a Federação Internacional das Associações e Instituições ligadas às Bibliotecas - IFLA, o Manifesto foi atualizado mais uma vez durante o *PGI Council Meeting* da UNESCO, em Paris, no ano de 1994. O novo texto definiu que “A biblioteca pública é o centro local de informação, disponibilizando prontamente para os usuários todo tipo de

conhecimento” (UNESCO, 1994, p. 1) e se dividiu em princípios referentes às missões, aos recursos, legislação e redes, à operação e administração e a implantação do Manifesto. Entre outras missões, o documento estabeleceu que a biblioteca pública deveria “Garantir acessos aos cidadãos a todo tipo de informação comunitária e apoiar e participar de atividades e programas de alfabetização para todos os grupos de idade e implantar tais atividades se necessário.” (UNESCO, 1994, p. 2). Sobre sua operação, o documento definiu, a exemplo, que “programas de extensão e educação do usuário devem ser promovidos visando ajudá-lo a beneficiar-se de todos os recursos disponíveis” (UNESCO, 1994, p. 3).

Quase trinta anos depois, no ano de 2022, o Manifesto foi revisado pela terceira vez, mantendo seus princípios fundamentais, mas incluindo questões pertinentes à realidade dos anos 2020. O documento põe luz aos países em desenvolvimento em afirmações como:

Em todas as nações, mas especialmente nos países em desenvolvimento, as bibliotecas ajudam a garantir que os direitos à educação e à participação na sociedade do conhecimento e da vida cultural da comunidade estejam acessíveis ao maior número possível de pessoas (IFLA UNESCO, 2022, n.p.)

E inclui princípios atualizados à sociedade em rede, a fim de estabelecer a responsabilidade da biblioteca no desenvolvimento de competências necessárias para o aprendizado ao longo da vida da era digital, como a missão de:

[...] viabilizar o desenvolvimento das habilidades para leitura midiática e Alfabetização Digital para todas as pessoas em todas as idades, no intuito de promover uma sociedade informada e democrática (IFLA UNESCO, 2022, n.p.).

Além de outras missões relacionadas à era digital e ao compromisso cívico da biblioteca pública, o Manifesto de 2022 acrescenta uma seção de parcerias ao documento, que disserta sobre a necessidade de assegurar a prática de cooperação entre as bibliotecas e instituições relevantes como “[...] grupos de usuários, escolas, organizações não governamentais, associações de bibliotecas, empresas e outros profissionais em nível local, regional, nacional ou internacional” (IFLA UNESCO, 2022, n.p.), reconhecendo que a biblioteca é um organismo que se sustenta não só para a comunidade, mas também com o apoio dela.

Ao longo de suas atualizações o documento manteve seu propósito original: colocar a biblioteca pública no lugar de aliada dos Estados no propósito de garantir que todos os cidadãos tenham seu direito de acesso ao conhecimento garantido, independentemente de sua classe social, idade e minimizando todas as dificuldades que o usuário possa ter nesse processo. Os princípios do Manifesto se mostram atuais ao entender que no século XXI as tecnologias são o principal caminho de acesso à informação e, que por diferentes motivos, não é igualitário, mas que a biblioteca pública é uma forte ferramenta no processo de garantir

os direitos cívicos básicos em todas as comunidades e nações, em especial, o direito à informação.

2.2.1. Biblioteca pública no Brasil : função social e Alfabetização Digital

“[...] as bibliotecas públicas têm, entre tantos desafios, a tarefa de incluir aqueles que foram marginalizados, excluídos e esquecidos pela sociedade, assegurando o direito e o acesso à tecnologia, à cultura e à informação” (Raulino e Meira, 2021, p. 16).

A biblioteca pública é uma instituição em constante transformação, que historicamente se adapta às necessidades de sua época. Seu objetivo maior é proporcionar ao usuário o direito à informação, como deixa claro cada uma das quatro publicações do Manifesto IFLA/UNESCO para bibliotecas públicas (1949, 1972, 1994, 2022). Logo, sua adaptabilidade parece provir da mudança de comportamento informacional da sua sociedade contemporânea. Nos primórdios da biblioteconomia pública, os acervos eram o coração da biblioteca e por consequência, o trabalho era voltado às áreas mais “duras” da área, como a catalogação. Na sociedade em rede, o usuário tem outras preocupações além de encontrar uma informação no espaço físico, pois existe um mundo virtual paralelo que também carece de mediação em um turbulento processo de consumo digital com redes sociais, novas ferramentas, algoritmos de busca e inteligência artificial.

Esse conceito de biblioteca, adaptável e viva, parece explicar as evoluções teóricas sobre a função da biblioteca ao longo dos séculos e também as disparidades entre os seus tipos ao redor do mundo, a depender de sua localização geográfica e desenvolvimento econômico e social. Porém, não são suficientes para argumentar sobre a incongruência existente entre o conceito de biblioteca pública no imaginário social de determinadas sociedades, como o Brasil, e as reais potencialidades dessa instituição para o bem-estar público. Para significar esse processo particular de alguns países, se faz necessário trazer à tona seu o histórico e traçar um paralelo com outros cenários historicamente diversos.

No Brasil, a história do desenvolvimento da biblioteca pública se dá em parte pela chegada da família real portuguesa ao país, em sua ocupação no ano de 1808, quando as coleções da corte foram transferidas à colônia, dando início à Fundação Biblioteca Nacional - FBN (Santos; Santos, 2012, p. 10) e em parte, pela criação da Biblioteca Pública da Bahia, que 3 anos depois, foi inaugurada na capital Salvador, no ano de 1811 (Azevedo, 2012, p. 11). A primeira foi uma instituição remanescente de Portugal e atendia às necessidades da Coroa. Embora mais antiga, não é tida como a primeira biblioteca pública do país, pois sua sede já

existia no país colonizador. Ficou a cargo da segunda e por iniciativa popular, o título de pioneira (Suaiden, 1979, p. 4).

Por volta de 1822, período em que desenvolveu o processo de independência do Brasil, a Fundação Biblioteca Nacional, até então conhecida como Biblioteca Real, passou a ser gerida pelo governo, tornando-se oficialmente pública. Há um suposto sentimento progressista na época da proliferação das bibliotecas públicas ao redor do mundo. Em 1878, Muniz registrava um pensamento em terras brasileiras, que talvez representasse esse sentimento: “A instituição das Bibliothecas Publicas é uma das mais importantes ações que o progresso humanitário tem realizado [...]” (Muniz, 1878, p. 10 apud. Azevedo, 2012, p. 20). Com efeito, foi no mesmo século que uma das grandes bibliotecas monárquicas da Europa passou a ser uma instituição pública e também, que a primeira biblioteca pública da América do Norte foi inaugurada. Em 1836, a biblioteca Real Biblioteca Pública espanhola, inaugurada em 1711, deixava de ser responsabilidade da coroa e passava a se chamar Biblioteca Nacional da Espanha e em 1846, nos Estados Unidos, sob demanda popular abriu-se as portas da Biblioteca Pública de Boston (*Boston Public Library*, 2024).

No caso do Brasil, a criação da instituição biblioteca pública não teve nenhuma relação com um objetivo de suprir demanda popular ou atender às necessidades informacionais da população, o que hoje, entende-se como a principal função da Biblioteca Pública. A instituição tornou-se pública apenas para se ajustar à política vigente no país. Para o contexto brasileiro, Muniz (1878) acertou em reproduzir o que parecia ser a realidade da época, mas sua fala omite os vieses proporcionados por uma sociedade então, escravista e colonial, que herdou um acervo que propositalmente não representava sua população e isso se reflete em discrepâncias entre o conceito e atuação das biblioteca até os dias atuais.

Este trabalho não tem o objetivo de dissertar sobre a jornada histórica da biblioteca pública mundial, mas sim, mostrar como a biblioteca pode ser apoiadora e disseminadora da Alfabetização Digital, assim como já é de sua alçada a Competência em Informação (*Information Literacy*). Consequentemente, esta linha de pensamento corrobora com a ideia de que a biblioteca, além de suas atribuições técnicas, como por exemplo a de manutenção do acervo, físico ou digital, também tem uma função muito particular, a de caráter social. Destacar essa função social não implica mudar sua essência, mas sim retomar sua principal responsabilidade: a de fazer cumprir o direito de todo cidadão ao acesso ao conhecimento sob qualquer suporte ou formato.

Atualmente, as bibliotecas públicas brasileiras têm por objetivo atender “[...] diferentes interesses de leitura e informação da comunidade em que está localizada,

colaborando para ampliar o acesso à informação, à leitura e ao livro, de forma gratuita” (GOV.BR Ministério do Turismo, 2023) e atuam sob os princípios do Manifesto da IFLA/UNESCO de Bibliotecas Públicas. O Governo brasileiro classifica suas bibliotecas em 9 categorias, segundo suas tipologias:

- Biblioteca Pública,
- Biblioteca Pública Temática,
- Biblioteca Comunitária [não necessariamente vinculada ao Estado],
- Ponto de leitura,
- Biblioteca Nacional,
- Biblioteca Escolar,
- Biblioteca Universitária,
- Biblioteca Especializada e
- Biblioteca/Centro de Referência (GOV.BR Ministério do Turismo, 2023).

Segundo o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas - SNBP, são 5.318 instituições (SNBP, 2023) criadas e mantidas pelo Estado e articuladas com os sistemas estaduais, municipais e do Distrito Federal. O estado de São Paulo, localizado na região sudeste do país, conta com o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas de São Paulo - SisEB, criado em 1984, que integra 438 bibliotecas em 272 municípios paulistas (SisEB, 2023). O Sistema é gerido por uma organização social sem fins lucrativos chamada SP Leituras - Associação Paulista de Bibliotecas e Leitura (2010), que também é responsável por duas bibliotecas finalistas em prêmios de excelência no segmento: a Biblioteca de São Paulo - BSP e a Biblioteca Parque Villa-Lobos - BVL (SisEB, 2023), concebidas no conceito de Bibliotecas Vivas.

Paralelamente, na Espanha a gestão das bibliotecas hoje é descentralizada. O país prevê atualmente uma gestão do Estado que contempla duas áreas: as Bibliotecas Estatais e o Sistema Espanhol de Bibliotecas e a cooperação bibliotecária (Ministerio de Cultura y Deporte, 2023); e desde a Constituição de 1978, tornou-se possível que cada Comunidade Autônoma no país tivesse sua própria Lei de Bibliotecas (Iberbibliotecas, 2023). A estrutura geral, se dá da seguinte forma:

- Bibliotecas da Administração Geral do Estado e Entidades de Direito Público, a ela dependentes ou a elas vinculadas (bibliotecas públicas);
- Bibliotecas das CC.AA. [Comunidades Autônomas] e de Entidades de Direito Público, dependentes ou a elas relacionadas;
- Bibliotecas de entidades locais: principalmente municípios e províncias;
- Bibliotecas de universidades públicas (REBIUN);
- Bibliotecas de entidades privadas (Iberbibliotecas, 2023).

Obviamente, não é frutífero o comparativo entre os dois países por si só, seria injusto e iria desconsiderar os mais de 500 anos de história brasileira ao mesmo tempo que iria ignorar que estes cinco séculos são apenas uma fração de toda a história europeia. A intenção é traçar um paralelo entre duas sociedades muito distintas: uma com políticas públicas ativas e programas sólidos de alfabetização midiática, informacional e digital e outra, com barreiras

estruturais que podem ter trazido as bibliotecas à situação que estão hoje, um limbo entre o seu potencial de bem-estar social e um imaginário popular antiquado. Achilles, Gonçalves e Peixoto (2022) trazem uma reflexão que vai de encontro à provocação acima:

O conceito biblioteca pública no contexto brasileiro, muitas vezes, é visto a partir de uma representação social que a conecta a uma ‘biblioteca pública do passado’. Isto significa dizer que as bibliotecas acabaram carregando cristalizações discursivas, funções, usos e heranças do processo colonial (2022, n.p).

Essas cristalizações figuram no âmbito do pensamento colonial de um período em que a biblioteca defensora do conhecimento para todos, era reservada para uma elite selecionada. Seu acervo não tratava da realidade dos povos negros ou indígenas, mas sim da realidade de uma monarquia vinda de outro continente, com outros hábitos e princípios. Esse mundo paralelo que coloca a biblioteca como um ambiente excludente, quando na verdade deveria ser exatamente o oposto, pode ter atravessado séculos e se enraizado de maneira muito mais intensificada no Brasil.

Mais que acesso à cultura, informação e conhecimento, considerando que as Tecnologias de Informação e Comunicação também são capazes de desempenhar esse papel à sua maneira, é preciso entender a biblioteca como uma instituição maior que seu acervo ou que seu físico. Vê-la como um centro social que permite uma colaboração e um senso comunitário difícil de ser encontrado em outros locais, uma “[...] força viva para a educação popular e para o crescimento da compreensão internacional e, portanto, para a promoção da paz” (UNESCO, 1949, p. 1). Felizmente, nota-se uma aproximação entre o conceito almejado no Brasil, de que as bibliotecas sejam entendidas como ambiente de troca para a comunidade, e o discurso existente em países europeus, que defendem uma mudança de paradigma como a citada por Sánchez-García e Yubero (2015), que “Devemos deixar de entender as bibliotecas como centros culturais para tratá-las como centros sociais, nos quais não trabalhamos com livros, informações ou bases de dados, mas com e para pessoas” (p. 104). Crippa (2015) propõe uma interlocução entre inovação e biblioteca para cancelar o sentido de biblioteca pública como local de encontro, de troca de problemas e soluções cotidianas, ao ponto de proporcionar uma construção de cidadania coletiva:

A biblioteca se torna, assim, um empreendimento social e cultural da comunidade de referência, o lugar onde encontrar a realidade, inclusive de nossas perdas, entendendo que é impossível ter tudo e que seu ponto forte de agregação não é unicamente uma coleção de livros em catálogos online, mas é existência como espaço físico, verdadeira incubadora de comunidade (Crippa, 2015, n.p.)

Segundo estudo promovido pelo Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas do Brasil (SNBP) com a colaboração da Gerência de Bibliotecas do Diputació de Barcelona, colocar o cidadão no centro da experiência é uma tendência nas bibliotecas europeias, inspiradas nas

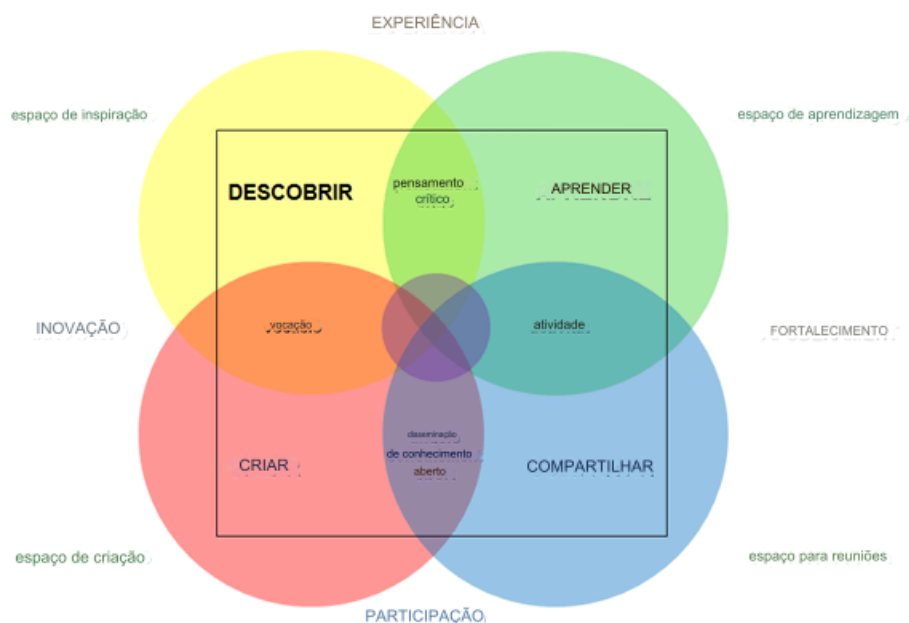
bibliotecas dinamarquesas, “[...] as novas bibliotecas são espaços sociais, participativos e integrativos, oferecendo experiências de aprendizagem e conhecimento, oferecendo cultura por meio de inspiração e construindo pontes entre tecnologia, conhecimento e pessoas” (Públicas, 2023, p. 17). Esse conceito de biblioteca tem uma função social clara que objetiva um impacto real na comunidade através de práticas não apenas voltadas para o acervo, mas também para atividades de integração social disponibilizadas pela biblioteca.

A Rede de Bibliotecas Municipais da província de Barcelona, por exemplo, se vale do modelo de 4 espaços adaptado às suas necessidades. Este modelo desenvolvido na Dinamarca, corresponde a uma divisão da biblioteca pública em 4 grandes áreas de atuação : espaço de inspiração, espaço de encontro, espaço de aprendizagem e espaço de criação, sendo:

Espaço de inspiração: Biblioteca para descobrir (leitura e cultura) e estimular experiências significativas através do acervo e de atividades em diferentes canais e buscando a participação ativa de pessoas e agentes comunitários. Espaço de encontro: uma biblioteca para compartilhar, que faz a transição entre o acervo e a conexão entre diferentes pessoas, culturas e valores, facilitando a compreensão mútua e promovendo a coesão social. Espaço de aprendizagem: uma biblioteca para aprender por meio do acesso aberto e universal ao conhecimento e à informação e com a experiência e a aprendizagem social e interativa. Espaço de criação: uma biblioteca para criar e gerar suas próprias expressões criativas ou soluções inovadoras através de espaços, oficinas, ferramentas, conselheiros e a inspiração proporcionada por estar em contato com outros usuários (Públicas, 2023, p. 18).

A adaptação do modelo dos 4 espaços às necessidades de Barcelona, é também chamado de Modelo XBM (figura 2):

Figura 2 - Modelo de Biblioteca XBM



Fonte: Diputació Barcelona, 2021, n.p.

Este conceito de biblioteca pública além de valorizar o espaço da biblioteca como ponto de encontro, hábito não desenvolvido no Brasil, facilita o desenvolvimento de práticas de letramento digital, por seu caráter democrático e por sua adaptação nas comunidades a qual pertence, especialmente para as atividades voltadas à amenizar a exclusão digital. A preocupação com a Alfabetização Digital e informacional se enquadra no Eixo Educativo/Formativo na Matriz de Benefícios das Bibliotecas Públicas na Sociedade, matriz baseada no modelo da Rede de Bibliotecas Municipais da Diputació de Barcelona e adaptada para a realidade brasileira (figura 3):

Figura 3 - Matriz de Benefícios das Bibliotecas Públicas na Sociedade

| | Perspectiva para o indivíduo | Perspectiva para a comunidade |
|----------------------------|--|--|
| EIXO CULTURAL | 1. Promoção do hábito e da competência leitora 2. Acesso universal ao conhecimento e à leitura | 3. Preservação e difusão da memória local 4. Progresso cultural e artístico local |
| EIXO SOCIAL | 5. Inclusão social 6. Inclusão de pessoas com necessidades especiais 7. Inclusão da diversidade cultural | 8. Coesão social 9. Capital social 10. Revitalização do espaço público |
| EIXO ECONÔMICO | 11. Fomento da inclusão laboral | 12. Fomento do desenvolvimento econômico local |
| EIXO EDUCATIVO/INFORMATIVO | 13. Alfabetização Informacional 14. Inclusão digital | 15. Sociedade mais e melhor informada |

Fonte: Públicas, 2023, p. 23.

O benefício 14, que se refere à Inclusão Digital, está associado à diminuição da exclusão digital no país, definida pelo documento do SNBP (2023, p. 163) como “[...] um tipo de exclusão social que discrimina aqueles que não têm acesso aos recursos digitais” e baseado nas necessidades demonstradas em dados como “[...] 50% das pessoas que não usam a Internet dizem que não a usam porque não sabem como usá-la” (Públicas, 2023, p. 163). As ações de combate à exclusão digital pela biblioteca pública envolvem ações de treinamento para uso de TICs, treinamento de equipe para o uso de recursos digitais, atividades de capacitação em habilidades digitais e uso crítico em ambiente virtual, entre outros.

Esses modelos de bibliotecas públicas atuais e alinhadas às sociedades digitais, antes de tudo, pensam nas necessidades dos indivíduos que vivem no contexto social no qual a biblioteca está inserida e trabalham a partir do que essas pessoas esperam da biblioteca. Nesse sentido, Achilles e Silva (2022) levantam um ponto sobre a trajetória da biblioteca pública no Brasil que pode ter resultado no pensamento antiquado e na disparidade entre uso e função da biblioteca junto à comunidade brasileira:

Na perspectiva educacional, historicamente, a biblioteca pública teve a sua atuação mesclada com a biblioteca escolar, devido a pouca implantação desta última e a falta de elaboração de leis de incentivo e/ou obrigatoriedade à criação desse tipo de biblioteca (Achilles; Silva, 2022, p. 5).

Esse fator, somado ao histórico da criação da biblioteca pública no Brasil, transformaram o sentido de biblioteca pública para a população brasileira. O que poderia ser

um ambiente de cooperação e vivências culturais e de aprendizagem, é muitas vezes entendido somente como um local de apoio à escola, causando um distanciamento cada vez maior com a realidade dos cidadãos adultos.

Além das barreiras estruturais históricas, a falta de políticas públicas a nível nacional e local, se transformam em grandes barreiras para o desenvolvimento das bibliotecas no Brasil. Políticas desenvolvidas na Europa, a nível continental como o DigComp até o nível distrital, como o Modelo XBM de Barcelona, dão respaldo para que essas instituições sigam se modernizando e se adaptando às necessidades da sua comunidade. Planos de ações e programas dentro das bibliotecas, mais que atrair a população para um ambiente cultural e de aprendizado, contribuem para a mudança conceitual do cidadão em relação à instituição, trazendo-a para o seu dia-a-dia como instrumento de troca dentro da comunidade. Auxiliando no processo de desenvolvimento social e no crescimento individual, garantindo apoio nas atividades referentes ao direito à cidadania e contribuindo para o alcance de agendas globais como a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

2.2.2. Biblioteca e Agenda 2030 : Responsabilidades e contribuições

Em 2015, países membros da Organização das Nações Unidas (ONU) adotaram e se propuseram a cumprir um plano de ação chamado “Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” (IFLA, 2016, n.p.). Considerado um marco inclusivo, o movimento reconhece a urgência da erradicação da pobreza, busca fortalecer a paz mundial e assegurar os direitos humanos, inclusive, alcançando a igualdade de gênero. Conhecido como Agenda 2030 da ONU, o plano contempla 169 metas distribuídas em 17 Objetivos universais que “[...] mesclam, de forma equilibrada, as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental” (ONU, 2016, p. 1). Embora globais, os objetivos devem ser planejados estrategicamente a nível nacional, ficando a cargo de cada país desenvolver e implementar ações que busquem cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A IFLA entende que a Agenda 2030 “[...] é um compromisso político, o que significa que todos, incluindo bibliotecas e sociedade civil, terão um papel a desempenhar para garantir que os governos sejam responsáveis pela implementação dos ODS” (2015, p. 3), por isso, desde sua implementação, vêm disseminando um trabalho de defesa para a inclusão de bibliotecas como parte dos planos governamentais no cumprimento dos objetivos. O

programa denominado de *International Advocacy Program* - IAP, lançado pela IFLA, é resultado da compreensão de que “[...] as bibliotecas podem ser parceiros para promover as suas prioridades de desenvolvimento com uma boa relação custo-benefício” (IFLA, 2015, p. 1), ou seja, que têm recursos humanos especializados, fornecem ambientes comunitários e colaborativos com acesso à informação e ao conhecimento universal, além do engajamento na busca por igualdade social e garantia aos direitos civis básicos das comunidades. A IFLA (2015, p. 5) entende que o acesso à informação é “[...] uma questão transversal que apoia todas as áreas de desenvolvimento.”, portanto bibliotecas são instituições fundamentais, apoiando e contribuindo para o cumprimento dos ODS por meio de ações como:

- Promover a alfabetização universal, incluindo a alfabetização e as habilidades digitais, midiáticas e informacionais com o apoio de equipe especializada;
- Superar as dificuldades no acesso à informação e ajudar o governo, a sociedade civil e o setor privado a compreenderem melhor as necessidades locais em matéria de informação;
- Promover um serviço em rede contendo os sites e programas governamentais;
- Promover a inclusão digital por meio das TICs;
- Atuar como centro da comunidade acadêmica e de pesquisa;
- Preservar e proporcionar o acesso à cultura e ao patrimônio do mundo (IFLA, 2016, n.p.)

As ações acima são citadas na publicação produzida pelo IAP chamada “Acesso e Oportunidade para todos: como as bibliotecas contribuem para a agenda de 2030 das Nações Unidas” (2016), onde são listadas bibliotecas ao redor do mundo que servem de exemplos de contribuição para o cumprimento de cada um dos ODS. Sobre o Objetivo 1 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares -, por exemplo, a IFLA (2016, n.p.) frisa que “As bibliotecas, ao proporcionar acesso à informação e habilidades, oferecem oportunidades às pessoas para melhorar suas vidas e contribuem para a tomada de decisões por parte dos governos, das comunidades e outras instituições [...]” e exemplifica este ponto com a iniciativa do governo do Sri Lanka chamada de Biblioteca Eletrônica Nenasala, que oferece mais de 300 centros no país para capacitação de informática básica e orientação para o acesso à informação e outros conhecimentos relevantes, com o intuito de “[...] aumentar a Alfabetização Digital e o acesso à tecnologia dos habitantes mais pobres do país que vivem em zonas rurais distantes” (IFLA, 2016, n.p.). A Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários e Instituições – FEBAB, corrobora com a IFLA e disponibilizou um material similar com exemplos brasileiros, chamado de “Bibliotecas por um mundo melhor - Agenda 2030” (2018). No documento, para o Objetivo 9 - Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação -, é apresentado o

exemplo do *Makerspace* da Casa Thomas Jefferson de Brasília, Distrito Federal. O espaço é aberto à comunidade e tem nos jovens seu principal público-alvo, incentivando o empreendedorismo e a inovação e, através de seu *Resource Center*, promovendo uma agenda permanente de *workshops* e palestras com temas como o letramento digital e a alfabetização cultural e científica (FEBAB, 2018, n.p.).

O alcance dos 17 ODS universais podem ser potencializados com a parceria das bibliotecas e cada um deles está relacionado ao acesso à informação, como descreve a IFLA (2016):

O acesso público à informação permite que as pessoas tomem decisões conscientes que podem melhorar suas vidas. As comunidades que têm acesso à informação relevante e no tempo certo estão melhor posicionadas para erradicar a pobreza e a desigualdade, melhorar a agricultura, proporcionar educação de qualidade e promover a saúde, a cultura, a pesquisa e a inovação (n.p.)

Na Espanha, a Federação Espanhola de Sociedades de Arquivística, Biblioteconomia, Documentação e Museologia - FESABID se posicionou como agente de desenvolvimento sustentável junto à IFLA e seu programa IAP desde os anos iniciais do programa, tendo montado um grupo de trabalho “Bibliotecas e Agenda 2030”, formado pelo Gabinete do Alto Comissariado e pelo Ministério da Cultura e Esporte, com a coordenação da Federação Espanhola de Sociedades de Arquivística, Biblioteconomia, Documentação e Museologia. O grupo tem um plano de ação desde julho de 2018 com os seguintes objetivos:

- Análise e acompanhamento de planos e iniciativas nacionais e regionais em relação à Agenda 2030. Identificação de interlocutores, visitas e comunicação com os mesmos.
- Realização de workshops regionais e atividades de sensibilização dirigidas aos profissionais da biblioteca.
- Preparação de uma proposta para a criação de uma estratégia nacional de informação e biblioteca que contribua para a concretização das metas e objectivos do plano de desenvolvimento nacional e que tenha consenso político e acordo sobre as prioridades para as quais convergem os planos e estratégias de informação das Comunidades Autônomas (CC.AA.)
- Compilação e seleção de boas práticas e exemplos de atividades em bibliotecas que reforcem a proposta estratégica (Ministerio de Cultura y Deporte, 2019, p. 6)

Após celebração do Conselho de Cooperação Bibliotecária em 2019, uniram-se ao grupo as Comissões Técnicas de Cooperação - CTC de Bibliotecas Públicas, de Bibliotecas Escolares, de Bibliotecas Especializadas e de Bibliotecas Universitárias (CCB, 2021, p. 3). O grupo articula discussões entre o governo e as bibliotecas, faz ativações, ações e dissemina informações sobre os ODS, além de mapear o avanço no cumprimento dos objetivos em todo o território nacional.

No Brasil, foi formalizado em 2014 o Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 (GT Agenda 2030), formado por mais de 50 membros de diversos setores do país. O grupo é facilitado pela Organização Não-Governamental ACT Promoção da Saúde e viabiliza ações que contribuem com o avanço dos ODS e dissemina informações sobre a Agenda, sendo inclusive responsável pelo Relatório Luz, publicação anual corrente desde 2017, que “[...] analisa a implementação dos ODS no Brasil e mostra o que o país precisa fazer para cumprir o compromisso que assumiu junto à ONU de alcançar as metas globais até 2030” (GTSC A2030). Embora, não haja no Brasil um GT coordenado pela FEBAB, a mesma se uniu ao GT Agenda 2030 em 2020, entendendo que sob as diretrizes do programa de *advocacy* da IFLA, as bibliotecas são parceiras e têm muito a contribuir no desenvolvimento dos trabalhos do Brasil (GTSC A2030, 2020). Em 2016 o Governo Federal criou uma Comissão Nacional para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (CNODS), com um plano de ação válido entre os anos de 2017-2019. No entanto, a comissão sofreu um hiato no período pandêmico após a gestão pública de 2018-2022 optar por extingui-la (Ferrari, n.p.), tendo sido restaurada em setembro de 2023 (GOV.BR, 2023).

Silva e Borges (2021, p. 20) recordam que “Com a ausência de um Plano Nacional para a Cultura que integre um conjunto de estratégias setoriais, torna-se ainda mais relevante debater as estratégias possíveis para o alinhamento das atividades e projetos com os quais cada biblioteca poderá contribuir[...]”, mas, ainda que bibliotecas e Agenda 2030 estejam em sintonia com relação aos planos, na prática algumas situações tendem a dificultar o desenvolvimento de ações, como por exemplo a Alfabetização Digital, nessas unidades de informação. Julien (2018, p. 2248) ressalta os desafios que as bibliotecas enfrentam em relação à falta de recursos, ao baixo investimento em capacitação, o número insuficiente ou a falta de profissionais em alguns contextos e até a falta de confiança dos usuários nos bibliotecários como formadores de letramento digital. Aliado à falta de compreensão pública sobre o papel da biblioteca, os preconceitos e a falta de investimento são grandes barreiras a serem ultrapassadas para que a biblioteca seja usufruída de maneira eficaz.

3. CAMINHOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa tem caráter social e possui duas frentes principais de investigação. A primeira localiza as bibliotecas públicas como objeto de estudos teóricos no ecossistema da Alfabetização Digital e por meio de revisão sistematizada visa atender, tanto o embasamento teórico da pesquisa, como a construção de indicadores bibliométricos da produção científica que possibilite entender a tendência de pesquisas nesse domínio. Definiu-se buscar na literatura a compreensão sobre a temática na ciência, nas áreas da Ciência da Informação, da Comunicação e da Educação. A segunda frente se refere à compreensão social a respeito do uso da biblioteca como espaço para as dinâmicas de Alfabetização Digital.

A partir da intersecção de ambas as frentes, a pesquisa se caracterizou como natureza exploratória por seu objetivo de explorar o contexto e as ramificações da Alfabetização Digital e, de acordo com Gil (2002, p. 41), “[...] proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a constituir hipóteses”, e de caráter descritivo pela utilização da técnica de Revisão Sistematizada, que permite a definição do estado da arte do tema abordado e “uma nova visão sobre o problema, o que as aproxima [as pesquisas descritivas] das pesquisas exploratórias” (Gil, 2002, p. 42). O resultado é uma reflexão sobre a convergência entre o estado da arte da Alfabetização Digital na ciência, os planos teóricos desenvolvidos para aumentar os níveis de letramento digital em diferentes sociedades e o cenário apresentado nas instituições, a exemplo de ações desenvolvidas por bibliotecas públicas ao redor do mundo.

O desenvolvimento da pesquisa contempla três etapas: 1) revisão sistematizada com um delineamento de pesquisa qualitativa por utilizar da leitura reflexiva e análise de conteúdo para a categorização das temáticas levantadas; 2) construção de indicadores bibliométricos com um delineamento quantitativo realizado a partir do levantamento da literatura advinda na revisão sistematizadas, a fim de analisar variáveis temporais, geográficas e de produtividade científica sobre o tema e; 3) reflexão sobre o uso dos espaços da biblioteca pública em diferentes tipos de sociedade com levantamento de dados sobre ações de Alfabetização Digital desenvolvidas pelas mesmas.

Na etapa 1 a revisão sistematizada é realizada com ajuda do software StArt (*State of the Art Through Systematic Review*), desenvolvido pelo Laboratório de Pesquisa em Engenharia de *Software* - LAPES, da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. Foi elaborado um protocolo de pesquisa e utilizadas as bases de dados internacionais Scopus e

Web of Science para a coleta de materiais. Buscou-se entender como conceitos atrelados à Alfabetização Digital estão sendo tratados nas áreas de Ciência da Informação, Comunicação e Educação. Por motivos que vão desde as carências de cada área do saber até fomentos políticos e estatais, o ecossistema da AMI de forma geral colecionou ao longo de seus dez anos desde o primeiro guia da UNESCO (Wilson *et al.*, 2013) sobre o tema, uma gama de termos e nomenclaturas. Por essa razão, entendeu-se a necessidade de uma revisão sistematizada para embasar esta pesquisa e em âmbito macro, permitir comparativos entre a teoria e a prática nas áreas relacionadas, que são de extrema importância para que o tema de fato tenha impacto positivo na sociedade e possa gerar ganho social a longo prazo. Contudo, não há pretensão de esgotar o tema ou finalizar as discussões sobre os conceitos, pois como será perceptível ao longo do trabalho, muitos conceitos são entrelaçados e muito dependentes do contexto em que são aplicados.

A questão central deste trabalho é refletir sobre a atuação das bibliotecas públicas no ecossistema da Alfabetização Digital, com o foco específico de entender se a instituição, junto aos profissionais de informação, tem demonstrado interesse no tema e assumido o seu papel na contribuição da capacitação digital da população, baseado na hipótese de que o espaço comunitário e colaborativo da biblioteca preenche perfeitamente a lacuna criada na sociedade digital entre o domínio das tecnologias e as vulnerabilidades da população. Aliado a isso, acredita-se haver diferenças importantes entre as sociedades de primeiro mundo e em desenvolvimento, que refletem em como as políticas públicas associadas à bibliotecas são ou não aplicadas. Para afirmar essa hipótese, entende-se como primordial a compreensão do tema na literatura e como ele está sendo tratado em diferentes lugares do mundo por diferentes tipos de sociedade. Intenta-se, então, responder à questão secundária sobre o que tem sido estudado sobre Alfabetização Digital na ciência mundial, por meio de uma Revisão Sistematizada, que como define Galvão e Ricarte (2019, p. 58), é:

[...] uma modalidade de pesquisa, que segue protocolos específicos, e que busca entender e dar alguma logicidade a um grande *corpus* documental, especialmente, verificando o que funciona e o que não funciona num dado contexto. Está focada no seu caráter de reprodutibilidade por outros pesquisadores, apresentando de forma explícita as bases de dados bibliográficos que foram consultadas, as estratégias de busca empregadas em cada base, o processo de seleção dos artigos científicos, os critérios de inclusão e exclusão dos artigos e o processo de análise de cada artigo. Explicita ainda as limitações de cada artigo analisado, bem como as limitações da própria revisão [...].

Na etapa 2, construção de indicadores bibliométricos, buscou-se elaborar indicadores que pudessem contribuir no mapeamento da produção científica sobre o tema. Com base na revisão sistematizada realizada na etapa 1, as seguintes variáveis foram analisadas:

- Total de publicações por ano;
- Periódicos com maior número de publicações no período;
- País de origem dos periódicos;
- Principais áreas do conhecimento.

Os estudos bibliométricos contribuem para mensurar os avanços na produção científica de variadas áreas do conhecimento. Segundo Silva, Hayashi e Hayashi (2011) “A análise bibliométrica é um método flexível para avaliar a tipologia, a quantidade e a qualidade das fontes de informação citadas em pesquisas” (p. 113). A partir desses estudos é possível identificar mudanças de trajetória, aumento ou diminuição na produção de determinados temas e, ainda, possibilitar percepções que gerem novos trabalhos e permitam que a produção científica siga se desenvolvendo.

Na etapa 3, buscou refletir sobre as informações acerca do tema e a partir da análise das ações chave desenvolvidas em bibliotecas ao redor do mundo, em especial bibliotecas públicas da cidade de Barcelona. A cidade de Barcelona foi escolhida como destaque por servir de exemplo de país com uma política nacional de Alfabetização Digital consolidada, além de uma literatura científica rica sobre a temática. As ações e atividades desenvolvidas nessas instituições servem como respaldo para a argumentação de que políticas nacionais bem arquitetadas são determinantes para o desenvolvimento de competências digitais no âmbito das bibliotecas.

Em última análise, o propósito é discernir as congruências e divergências entre as teorias propostas nos estudos acadêmicos e as práticas efetivamente implementadas. O foco está em identificar os principais obstáculos e soluções potenciais para promover uma difusão mais efetiva da Alfabetização Digital. São considerados no levantamento de ações as seguintes variáveis: país onde está situada a biblioteca, a natureza da ação, eventual relação com algum quadro teórico e se existe uma política de Alfabetização Digital instaurada no país em questão. Para o levantamento é realizada uma pesquisa exploratória documental e uma busca por dados primários em sites e portais digitais das bibliotecas.

3.1. Protocolo de revisão sistematizada

Um protocolo foi desenvolvido (quadro 1), descrevendo os termos de busca a serem utilizados, as bases de dados a serem pesquisadas, os critérios de inclusão e exclusão dos estudos e os procedimentos de seleção e extração de dados.

Quadro 1 – Protocolo de revisão sistematizada

| Campo | Preenchimento do Campo |
|---|---|
| Objetivo | Identificar na literatura estudos primários que forneçam insumo para a análise do estado da arte da Alfabetização Digital na Ciência da Informação e o levantamento quantitativo sobre as publicações da área e o surgimento dos conceitos. Extrair argumentações e reflexões para o entendimento dos conceitos atrelados à Alfabetização Digital para embasar a reflexão teórica que irá apoiar a crítica sobre as ações realizadas por dois grupos de bibliotecas públicas. |
| Questão principal | O que tem sido estudado sobre Alfabetização Digital na ciência mundial? |
| Questão secundária | Como estão atuando as bibliotecas públicas no ecossistema da Alfabetização Digital? |
| População | Artigos que abordem temas do espectro da Alfabetização Midiática e Informacional e conceitos de transliteracia. Serão priorizados estudos de Competência ou letramento digital, Biblioteca, Políticas Públicas, Transliteracia, Espaços fora da escola e Questões sociais. |
| Intervenção | Se busca entender quais aspectos da Alfabetização Digital estão sendo pesquisados no mundo, se os projetos desenvolvidos contemplam a participação de bibliotecas e se questões sociais estão sendo consideradas, como por exemplo, as diferenças entre países de primeiro mundo e países em desenvolvimento na aplicação de políticas públicas voltadas à Competência Digital. |
| Controle | Artigos científicos de texto completo publicados na área da Ciência da Informação. |
| Resultados | Extrair, compilar e analisar os dados obtidos nas publicações científicas recuperadas. |
| Aplicação | <ul style="list-style-type: none"> ● Análise do estado da arte da Competência Digital na Ciência da Informação. ● Levantamento quantitativo sobre as publicações da área e o surgimento dos conceitos. ● Reflexão teórica que, posteriormente, irá apoiar a crítica sobre as ações de Competência Digital realizadas por dois grupos de bibliotecas públicas. |
| Palavras-chave | Digital Competence(s) Digital Literacy(ies) Media and Information Literacy Media Literacy(ies) New Media Literacy(ies) Transliteracy Transmedia literacy |
| Critérios de Seleção de fontes de busca | Bases internacionais; Bases que contemplem estudos das áreas de Ciência da Informação, Comunicação e Educação; Bases com possibilidades de filtros para tipologia do documento, idioma, área do conhecimento e palavras-chave ou assunto; |
| Idiomas | Português; Inglês; Espanhol. |
| Métodos de pesquisa | Fase de seleção: Examinar título, resumo e palavras-chave. Fase de extração: Examinar texto completo. |
| Lista de fontes | Scopus; Web of Science; |

| Campo | Preenchimento do Campo |
|---|---|
| Critérios de seleção (inclusão e exclusão) | <p>(I) Serão incluídos materiais nas áreas de conhecimento: Ciência da Informação, Educação e Comunicação.</p> <p>(I) Serão incluídos materiais que abordem a Competência Digital em sua aplicação prática ou reflexionem sobre sua teoria, que sejam de interesse para embasar e discutir o tema na dissertação.</p> <p>(I) Serão incluídos materiais que apresentem fundamentos teóricos sobre a criação, desenvolvimento ou aplicação da Alfabetização Midiática e Informacional, sendo ela tratada sob qualquer um dos termos definidos neste protocolo.</p> <p>(I) Serão incluídos materiais que abordem conceitos de Transliteracia e Letramento Transmidiático.</p> <p>(E) Serão excluídos materiais fora do recorte temporal até-2022;</p> <p>(E) Serão excluídos materiais sem possibilidade de acesso à bibliografia básica: autor, ano, local e resumo.</p> <p>(E) Serão excluídos materiais que não contenham ao menos 1 das palavras-chaves no título, no resumo ou nas palavras-chave.</p> <p>(E) Serão excluídos materiais com baixa prioridade de leitura segundo análise SCAS e score.</p> <p>(E) Serão excluídos materiais que não abordem a temática de interesse em profundidade ou precisão adequadas.</p> <p>(E) Serão excluídos materiais anteriores a 2017 na fase qualitativa (análise de materiais dos últimos 5 anos);</p> |
| Definição de tipos de estudos | Artigos de periódicos e artigos de eventos científicos. |
| Avaliação de qualidade dos estudos | Para a compreensão temporal dos conceitos e suas relações com os principais picos de publicação de cada termo, autores mais relevantes, entre outros, serão extraídas informações de título, autor, palavras-chave, ano e local. Para posterior exclusão seletiva e análise qualitativa de materiais, o resumo e o texto completo serão considerados e serão preenchidos “formulários de extração de dados” para cada texto lido integralmente, que vão conter a síntese do trabalho e que conduzirá à reflexão a respeito do conteúdo. |
| Campos de formulário para extração de dados | <ul style="list-style-type: none"> • Tipo de pesquisa={De campo/Coleta de Dados,Estudo de caso,Pesquisa-ação,Revisão Sistematizada,Estudo Cientométrico/Bibliométrico,Revisão Bibliográfica/Literatura}; • A pesquisa está relacionada com a biblioteca?={Sim Pública,Sim Escolar,Sim Universitária,Sim Digital, Não}; • A pesquisa está relacionada com escolas ou algum método de ensino?={Sim,Não}; • A pesquisa aborda políticas públicas ou programas de governo?={Sim,Não}; • A pesquisa analisa e/ou propõe uma aplicação prática para a sociedade?={Sim,Não}; • A pesquisa aborda conceitos de Transliteracia?={Não,Sim}; |
| Sumarização de dados. | Com os resultados obtidos, deverá ser redigido um capítulo da dissertação que descreve sinteticamente o conteúdo da RS. Análises qualitativas e quantitativas, com relação aos trabalhos pesquisados e suas conclusões, também deverão ser realizadas.; |

Fonte: Da autora, 2023.

A partir do protocolo foi realizada uma busca sistematizada nas bases de dados internacionais Scopus e *Web of Science (WOS)*, escolhidas por seu catálogo diversificado e por contemplar em si mesmas coleções de diversos países, que permitiram a seleção de trabalhos nos 3 idiomas definidos: português, inglês e espanhol e nas 3 áreas de estudo principais: Ciência da Informação, Comunicação e Educação. A princípio, a base brasileira de periódicos científicos *Scientific Electronic Library Online (SciELO)* também foi considerada por sua relevância, mas estando totalmente integrada à *Web Of Science*, constatou-se ser redundante realizar a busca em ambas as plataformas, tendo sido optado seguir apenas com a WOS por sua maior abrangência. As buscas foram realizadas utilizando como base as 7 palavras-chave definidas por estarem diretamente relacionadas com a

pergunta norteadora do trabalho. São elas: *Media Literacy*, *Transmedia literacy*, *Media and Information Literacy*, *New Media Literacy*, *Transliteracy*, *Digital Literacy* e *Digital Competence*. Foram recuperados 5.075 artigos nesta primeira busca.

Para a análise quantitativa foram aplicados os seguintes critérios de exclusão: materiais fora do recorte temporal até-2022; materiais sem possibilidade de acesso à bibliografia básica: autor, ano, local e resumo; materiais que não contenham ao menos 1 das palavras-chave no título, no resumo ou nas palavras-chave de autor e os materiais considerados pela análise SCAS igual a Q4, ou seja, com poucas características relevantes. Para definir o *score* de prioridade de leitura foi aplicada a regra de: 10 pontos por *keyword* no título do trabalho, 5 pontos para cada *keyword* nas palavras-chaves e no resumo. Os materiais foram classificados como: 0-20 *very low*, 21-50 *low*, 51-80 *high* e 81+ *very high*. Após o refinamento, foram aceitos 3.537 artigos, dos quais 875 foram classificados com baixíssima prioridade de leitura, 2.423 com baixa prioridade de leitura, 229 com alta prioridade de leitura e 8 com altíssima prioridade de leitura.

Com o intuito de extrair os materiais mais relevantes para a fase qualitativa, quando os materiais seriam lidos em sua totalidade, foi necessário um processo de refinamento por etapas. Nos 3.537 materiais foi aplicado um novo recorte temporal, excluindo os materiais anteriores a 2017 (análise de materiais dos últimos 5 anos) e os materiais com *score very low* (baixíssima prioridade). O processo resultou em 1.100 itens, que passaram por análise de título, a fim de que fosse aplicado o último critério de exclusão: materiais que não abordassem a temática de interesse em profundidade ou precisão adequadas. Este novo refinamento resultou em 99 títulos, que tiveram dados extraídos a partir da leitura de seus resumos. A partir deles, um último filtro foi aplicado, no qual os trabalhos que discorriam sobre bibliotecas, políticas públicas e programas de governo, foram priorizados para leitura integral. A última etapa definiu 45 materiais para leitura, divididos em 4 etapas: 1. Revisões sistematizadas e de literatura que abordem conceitos gerais de AMI, Competência Digital ou Transliteracia - sendo 14 artigos; 2. Revisões de Literatura que abordem projetos, programas e questões sociais de AMI - sendo 5 artigos; 3. Pesquisas de campo sobre aplicações práticas da AMI na comunidade - sendo 13 artigos e Pesquisas de campo sobre aplicações práticas da AMI envolvendo bibliotecas - sendo 13 materiais.

3.2. Método de coleta de ações de Alfabetização Digital em bibliotecas

Foi desenvolvido um protocolo simplificado para estabelecer o método para o levantamento de ações de Alfabetização Digital em bibliotecas ao redor do mundo. Foram elencados 4 indicadores para contextualizar as atividades: (1) o país onde está localizada a biblioteca, (2) o nome da unidade ou da rede de bibliotecas, (3) o programa ou ação realizada e (4) o quadro teórico relacionado ao país da biblioteca.

Uma coleta multifacetada e arbitrária foi aplicada abrangendo 3 fontes potenciais: (1) a revisão sistematizada que já havia indicado locais com proliferação de ações; (2) a listagem de bibliotecas finalistas do prêmio Biblioteca do Ano da IFLA desde 2014, premiação relevante na área de biblioteconomia; e (3) uma busca no banco de dados Scopus pelos termos “*digital literacy*” e “*public library*” em artigos publicados entre os anos de 2017 e 2022.

O levantamento não teve caráter exaustivo e objetivou destacar ações relacionadas à Alfabetização Digital a fim de utilizá-las como parâmetro para possíveis ações em bibliotecas públicas brasileiras. Estabeleceu-se o mínimo de 2 exemplos em cada um dos seguintes continentes: americano, europeu, asiático, africano e oceânico. A meta foi estabelecida para que fosse possível uma visualização macro a respeito do tipo de prática aplicada em diferentes localizações geográficas.

4. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SISTEMATIZADA: ESTADO DA ARTE DA ALFABETIZAÇÃO DIGITAL

A revisão sistematizada deste trabalho seguiu conceitos do *Framework SALSA*, acrônimo das palavras *Search, Appraisal, Synthesis, Analysis*, um modelo conceitual de revisão bibliográfica sistematizada para Ciências Humanas e Sociais. Sua base é definida pelas 4 fases que dão nome ao modelo: a fase de Busca, quando são definidas as bases de dados a serem utilizadas; a fase de Avaliação, quando são aplicados os critérios de inclusão e exclusão pré-definidos; a fase de Análise, quando é aplicado um sistema que extrai pontos importantes dos materiais a fim de agregar ao trabalho, como metodologia utilizada, objeto de estudo etc.; e por fim, a fase de Síntese, onde se produz dados que serão apresentados posteriormente (Codina, 2020, p. 57). O processo de recuperação de materiais e refinamento se deu da seguinte forma (tabela 1):

Tabela 1 – Revisão Sistematizada da produção científica sobre Alfabetização Digital e bibliotecas - SALSA

| Revisão Sistematizada | | | Extração de dados | Total de materiais |
|-----------------------|-----------|---|--|--------------------|
| 1 | BUSCA | Definição de palavras-chaves, bases de dados, formato, tema, idioma, áreas do conhecimento e ano. | Não houve. | 5.075 |
| 2 | AVALIAÇÃO | Aplicação de critérios de inclusão e exclusão. | Não houve. | 3.537 |
| | | Aplicação de critérios de inclusão e exclusão COM Análise de Títulos. | Não houve. | 1.100 |
| 3 | SÍNTESE | Análise de resumos. | <ul style="list-style-type: none"> • Tipo de pesquisa • A pesquisa está relacionada com a biblioteca? • A pesquisa está relacionada com escolas ou algum método de ensino? • A pesquisa aborda políticas públicas ou programas de governo? • A pesquisa analisa e/ou propõe uma aplicação prática para a sociedade? • A pesquisa aborda conceitos de Transliteracia? | 99 |
| 4 | ANÁLISE | Leitura diagonal: objetivos, metodologia e resultados. Construção de tabela de análise de dados. | <ul style="list-style-type: none"> • 1. Nome • 2. Local • 3. Ano • 4. Autores • 5. <i>Keywords</i> • 6. Tema • 7. Objeto de Estudo • 8. Objetivos • 9. Hipóteses • 10. Metodologia • 11. Resultados • 12. Conclusões | 45 |

Fonte: Da autora, 2023.

A fase 1 (Busca) se iniciou com a definição das palavras-chave e a formulação das *strings* de busca. As palavras-chave foram estabelecidas arbitrariamente com base em estudos prévios e no entendimento de que a revisão seria também um primeiro passo para a compreensão dos termos mais utilizados pelos autores. Foram escolhidos termos abrangentes e que tinham relação com o tema e já era sabido que alguns tinham maior afinidade com determinadas áreas do conhecimento, como por exemplo, *Media Literacy*, mais utilizada na área de Comunicação. Contudo, era esperado que essas delimitações fossem embasadas durante o processo de revisão. Era entendido também, que a busca deveria abranger pesquisas em inglês, pelo seu caráter internacional; em espanhol, por saber que posteriormente haveria uma análise em bibliotecas espanholas e em português, seguindo a mesma regra: seriam avaliadas bibliotecas do Brasil, portanto via-se a necessidade de conhecer o estado dos estudos brasileiros e de língua portuguesa. As *strings* de busca foram compostas pelos seguintes elementos (tabela 2):

Tabela 2 – *Strings* de busca e quantidade de registros recuperados

| Base de Dados | String | | | | Resultados |
|----------------|--------|---|---|-----------------------|------------|
| | Idioma | Termos | Critérios de inclusão | Critérios de exclusão | |
| Web of Science | IN | "Media Literacy" OR "Transmedia literacy" OR "Media and Information Literacy" OR "New Media Literacy" OR "Transliteracy" OR "Digital Literacy" OR "Digital Competence" | Campos: Palavras-chave de autor Tipo: Artigos Idioma: Inglês, espanhol e português Área de Pesquisa: <i>Education, Communication, Library and Information Science</i> | Ano: 2023 | 2660 |
| | PT | "Alfabetização Midiática" OR "Alfabetização Transmídia" OR "Alfabetização Midiática e Informacional" OR "Transliteracia" OR "Competência em Informação" OR "Competência Infocomunicacional" OR "Competência Digital" OR "Competência Transmidiática" | Campos: Palavras-chave de autor Tipo: Artigos Idioma: Inglês, espanhol e português Área de Pesquisa: <i>Education, Communication, Library and Information Science</i> | Ano: 2023 | 207 |

| Base de Dados | String | | | Resultados |
|---|--------|---|--|-------------------|
| | Idioma | Termos | Crítérios de inclusão Crítérios de exclusão | |
| | ES | "Alfabetización mediática" OR "Alfabetismo transmedia" OR "Alfabetización mediática e informativa" OR "Alfabetización informativa" OR "Competencias Digitales" | Campos: Palavras-chave de autor Tipo: Artigos Idioma: Inglês, espanhol e português Área de Pesquisa: <i>Education, Communication, Library and Information Science</i> | Ano: 2023 0 |
| Scopus | IN | "Media Literacy" OR "Transmedia literacy" OR "Media and Information Literacy" OR "New Media Literacy" OR "Transliteracy" OR "Digital Literacy" OR "Digital Competence" | Campos: Palavras-chave de autor Tipo: Artigos Idioma: Inglês, espanhol e português Área de Pesquisa: <i>Social Science and Multidisciplinary</i> | Ano: 2023 3356 |
| | PT | "Alfabetização Midiática" OR "Alfabetização Transmídia" OR "Alfabetização Midiática e Informativa" OR "Transliteracia" OR "Competência em Informação" OR "Competência Infocomunicacional" OR "Competência Digital" OR "Competência Transmidiática" | Campos: Palavras-chave de autor Tipo: Artigos Idioma: Inglês, espanhol e português Área de Pesquisa: <i>Social Science and Multidisciplinary</i> | Ano: 2023 5 |
| | ES | "Alfabetización mediática" OR "Alfabetismo transmedia" OR "Alfabetización mediática e informativa" OR "Alfabetización informativa" OR "Competencias Digitales" | Campos: Palavras-chave de autor Tipo: Artigos Idioma: Inglês, espanhol e português Área de Pesquisa: <i>Social Science and Multidisciplinary</i> | Ano: 2023 11 |
| TOTAL DE REGISTROS RECUPERADOS : | | | | 6.768 |

Fonte: Da autora, 2023.

O grupo de registros recuperados sofreu 2 processos de exclusão de duplicatas: o primeiro, automático da ferramenta *Start* que transformou os 6.768 itens das bases de dados em 5.075 e um segundo manual, que foi aplicado como critério de exclusão na fase 2 (Avaliação) da revisão. Essa segunda fase (Avaliação), que abrangeu a aplicação dos critérios de inclusão e de exclusão, foi dividida em dois momentos: o primeiro, automatizado, rejeitou os materiais de *score* igual a 0 e materiais que não continham nenhuma das palavras-chave selecionadas em seus títulos, resumos ou palavras-chave de autor. Contudo, foi compreendido que além dos termos selecionados, outras palavras-chave se mostraram relevantes durante a análise do *software* por conter mais de 50 trabalhos relacionados a elas. Outros termos similares também sobressaíram, mas não foram incluídos por serem pouco citados, o que

demonstra previamente, que estão obsoletos ou que em um espectro geral, estão muito distantes do tema central desta pesquisa. Os termos iniciais, os que foram incluídos e os não considerados estão dispostos no quadro 2.

Quadro 2 – Palavras-chave que continham mais de 50 trabalhos relacionados

| Palavras-chave buscadas nas bases de dados | Palavras-chave encontradas indiretamente e consideradas | Palavras-chave encontradas indiretamente e não consideradas |
|--|---|---|
| <i>Digital Competence(s)</i> | <i>Content Literacy</i> | <i>Multimodal literacy</i> |
| <i>Digital Literacy(ies)</i> | <i>Critical Literacy</i> | <i>News Literacy</i> |
| <i>Media and Information Literacy</i> | <i>Critical Media Literacy</i> | <i>News Media Literacy</i> |
| <i>Media Literacy(ies)</i> | <i>Information Literacy</i> | <i>Technological Competence or Literacy</i> |
| <i>New Media Literacy(ies)</i> | <i>Media Competence</i> | <i>Computer Literacy (acompanha Digital Literacy em muitos trabalhos)</i> |
| <i>Transliteracy</i> | <i>Media Education</i> | <i>Digital Learning</i> |
| <i>Transmedia literacy</i> | <i>New Literacies</i> | <i>E-Literacy</i> |
| | | <i>ICT Literacy</i> |
| | | <i>Internet Literacy</i> |

Fonte: Da autora, 2023.

A aplicação dos critérios resultou em um montante de **3.537 artigos**, quantidade que finalizou a etapa quantitativa do trabalho. O momento dos 3.537 artigos ainda seria utilizado para o estudo bibliométrico.

O segundo momento da fase 2 (Avaliação) dos materiais se seguiu, portanto, com o objetivo de refinar uma quantidade de materiais que possibilitasse a análise qualitativa com leitura integral dos textos. Foram considerados os materiais dos últimos 5 anos, por contemplar termos e conceitos mais atualizados e rejeitados todos os textos classificados como *very low*, ou seja, baixíssima prioridade de leitura. Após isso, os **1.100 registros** resultantes sofreram uma análise com leitura de títulos, que possibilitou que os critérios de inclusão e exclusão fossem mais detalhados. Foram considerados os trabalhos que tinham como tema central a Competência Digital, a Alfabetização Midiática ou as Transliteracias e priorizados, os que tinham como objeto de pesquisa as Bibliotecas, Políticas Públicas, letramentos fora da escola e questões sociais vinculadas ao letramento informacional e midiático. Foram rejeitados os trabalhos:

- 1. De temática sem precisão e/ou profundidade adequadas, como por exemplo, os artigos que tratavam apenas e isoladamente de educação midiática no jornalismo;

- 2. Focados na formação de professores, na pedagogia infantil e do adolescente;
- 3. Que não tinham nenhum enfoque sociopolítico; e
- 4. Que discutiam a pandemia ou covid-19 como temática central.

As duas primeiras regras de exclusão se deram pelos trabalhos terem perspectivas diferentes do recorte da Ciência da Informação e os últimos por não se aprofundarem nas questões relacionadas a temas como programas de Competência Digital e ações junto a bibliotecas públicas. Vale ressaltar que o recorte temporal de 5 anos destacou que muitos trabalhos ligados à Alfabetização Digital tinham como tema central a pandemia de Covid-19 entre os anos de 2020 e 2023, momento em que aconteceu a aceleração digital nas formas de aprendizado e consumo da população mundial. Optou-se por rejeitar esses materiais, pois foi entendido que, embora o momento retratado sirva como um exemplo das necessidades de letramento digital, informacional e midiático da sociedade como um todo, eles dissertam sobre um momento atípico e com variantes muito específicas, não servindo de parâmetro para uma análise generalizada.


O total de materiais chegou à fase 3 (Síntese) com **99 itens**. Os resumos foram lidos e foi aplicado um formulário de extração de dados, que permitiu a coleta prévia de informações relevantes. Como indicado na Tabela 1, nessa fase foi aplicado um questionário a fim de extrair os seguintes dados:

- Tipo de pesquisa;
- A pesquisa está relacionada com a biblioteca?;
- A pesquisa está relacionada com escolas ou algum método de ensino?;
- A pesquisa aborda políticas públicas ou programas de governo?;
- A pesquisa analisa e/ou propõe uma aplicação prática para a sociedade?; e
- A pesquisa aborda conceitos de Transliteracia?

A análise dos resumos dos 99 artigos permitiu uma melhor compreensão sobre os objetivos de cada pesquisa. Diante disso, foram selecionados materiais que estavam alinhados à reflexão social que se propõe neste trabalho a respeito da Alfabetização Digital. Artigos com objetivos muito específicos em determinados temas foram eliminados. A exemplo, a pesquisa de Gómez-Parra e Huertas-Abril (Figura 2), foi desconsiderada por ter como objetivo principal “[...] conceber um aplicativo web, de acesso gratuito e aberto, que dê acesso a recursos de formação especificamente selecionados por especialistas e avaliados especificamente para a aprendizagem de línguas (espanhol e inglês)[...;]” (n.p.). O

aprendizado autônomo de línguas é uma vertente que não se enquadra na reflexão proposta neste momento.

Figura 2 - Exemplo de artigo desconsiderado na análise de resumos.

edmetic


Revista de Educación Mediática y TIC

**La importancia de la competencia digital para la superación
de la brecha lingüística en el siglo XXI: Aproximación,
factores y estrategias**

**The importance of digital competence to bridge language
gap in the 21st century: Approach, factors and strategies**

M^a Elena Gómez Parra¹ y Cristina A. Huertas Abril²

Fecha de recepción: 29/07/2018; Fecha de revisión: 01/01/2019; Fecha de aceptación: 03/01/2019

Cómo citar este artículo:
Gómez Parra, M^a E., & Huertas Abril, C.A. (2019). La importancia de la competencia digital para la superación de la brecha lingüística en el siglo XXI: Aproximación, factores y estrategias. *EDMETIC, Revista de Educación Mediática y TIC*, 8(1), 88-106. doi: <https://doi.org/10.21071/edmetic.v8i1.11095>

Autor de Correspondencia: elena.gomez@uco.es

Resumen:
La enseñanza y el aprendizaje de segundas lenguas es una prioridad para la mayor parte de las políticas educativas internacionales. No es posible concebir el siglo XXI desprovisto del acceso a la información que se produce masivamente en inglés en los diversos campos de la ciencia, la cultura y la sociedad. Este trabajo analiza en profundidad el concepto de "brecha lingüística", así como los factores que la ocasionan y las estrategias para superarla desde la competencia digital. La interrelación de estos tres aspectos nos conducirá a la descripción de un proyecto de investigación titulado «LinguApp: Asegurando el acceso al aprendizaje universal e inclusivo de segundas lenguas» (PRY208/17), financiado por la Fundación Pública Andaluza Centro de Estudios Andaluces. **El objetivo principal de dicho proyecto es diseñar una web app, de acceso libre y gratuito, que dé acceso a recursos formativos específicamente seleccionados por expertos y evaluados ex profeso para el aprendizaje de idiomas (español e inglés), garantizándose su calidad y adecuándose a los objetivos específicos de cada usuario. Las conclusiones de este trabajo nos conducen a corroborar que el aprendizaje autónomo de lenguas solo se entiende hoy día bajo el paraguas de la competencia digital debidamente guiada y acompañada por expertos.**


Palabras clave: Brecha Lingüística; Competencia Digital; Proyecto de Investigación; Aprendizaje Autónomo de Segundas Lenguas; TIC.

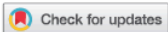
Fonte: *Revista de Educación Mediática y TIC*. Artigo disponível em <https://doi.org/10.21071/edmetic.v8i1.11095>.

Outro material que precisou ser desconsiderado é o artigo de Garcia, Fernández e Okonkwo (Figura 3) que “Baseado em epistemologias feministas negras [...] descobriu que meninas reconciliavam as suas visões da tecnologia com os seus pontos de vista existentes e desejos de mudança social” (p. 345).


Figura 3 - Exemplo de artigo desconsiderado na análise de resumos.

LEARNING, MEDIA AND TECHNOLOGY
2020, VOL. 45, NO. 4, 345–362
<https://doi.org/10.1080/17439884.2020.1773851>





Leveraging technology: how Black girls enact critical digital literacies for social change

Patricia Garcia ^a, Cecilia Fernández^a and Holly Okonkwo^b

^aSchool of Information, University of Michigan, Ann Arbor, MI, USA; ^bDepartment of Anthropology, College of Liberal Arts, Purdue University, West Lafayette, IN, USA

ABSTRACT
This study examines critical digital literacy practices among 390 Black girls, ages 13–17. Through a data sharing initiative with a community organization, we conducted a qualitative analysis of 3120 narrative responses describing their views of technology. Grounded in Black feminist epistemologies, our study found that the girls reconciled their views of technology with their existing standpoints and desires for social change. Our findings highlight how Black girls leverage technologies to account for their ways of knowing and existing in the world, including using technology to author activist identities and express feelings of agency. Our findings challenge researchers and educators to expand their understanding of critical digital literacy in ways that honor Black girls’ complex experiences and existing practices.

ARTICLE HISTORY
Received 21 July 2019
Accepted 11 May 2020

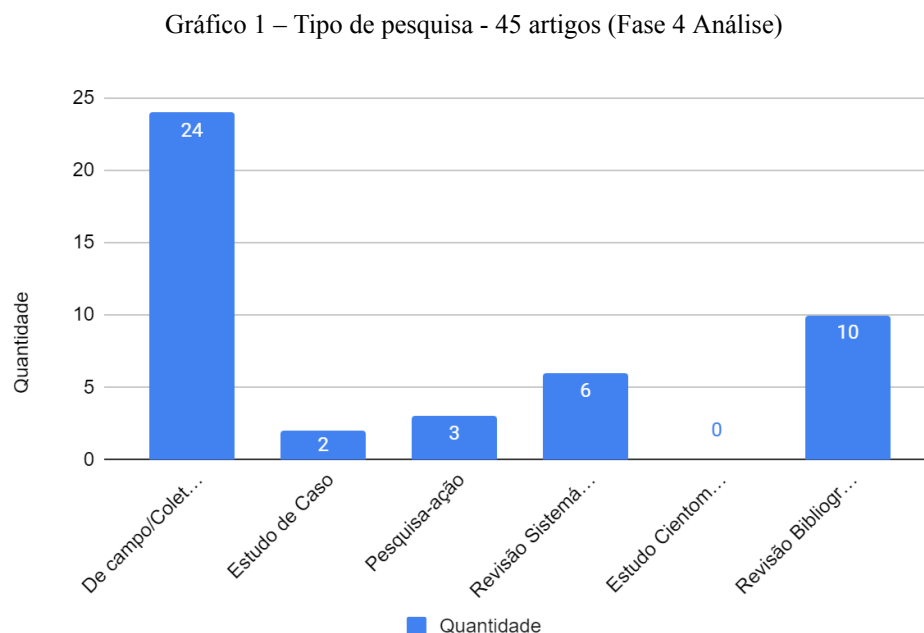
KEYWORDS
Literacy; digital literacy; critical literacy; identity; feminism; Black girls; technology

Fonte: Revista *Learning, Media and Technology*. Artigo disponível em <https://doi.org/10.1080/17439884.2020.1773851>.

Embora o artigo traga uma perspectiva social, o formato desta dissertação infelizmente não permitirá que se reflita sobre cada grupo étnico ou social em suas especificidades. Fazer esse aprofundamento nas temáticas dos grupos sociais requer a abrangência de outras correntes de estudo e por si só, já permite o desenvolvimento de uma segunda pesquisa sobre letramento digital e cidadania.

O resultado da leitura dos resumos supracitados permitiu o refinamento final de **45 artigos** que seriam lidos em sua integralidade. Por meio da extração de dados já realizada nos 99 materiais, é possível apresentar de forma gráfica o perfil dos artigos selecionados para leitura (gráficos 1 a 6).

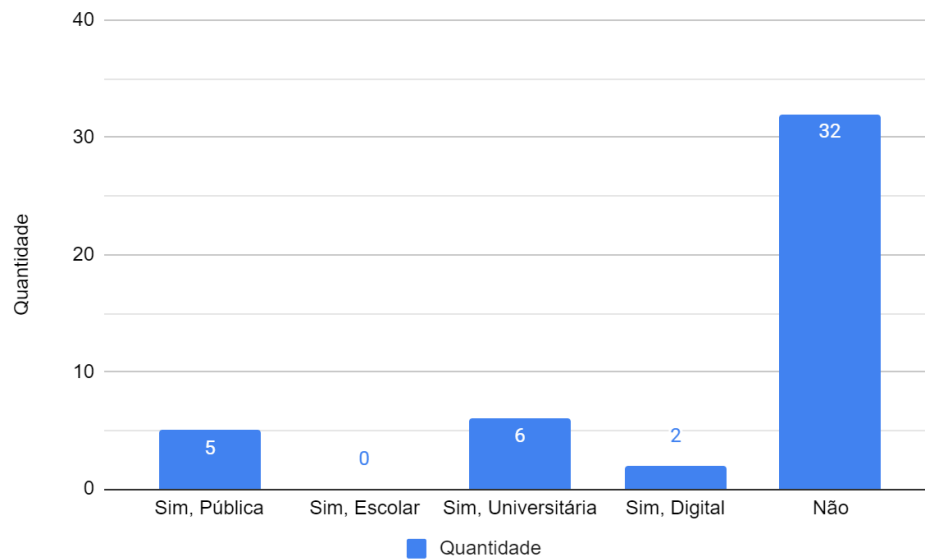
A maioria dos artigos selecionados se refere a pesquisas de campo e revisões bibliográficas ou sistematizadas, somando 40 itens nas três categorias (gráfico 1). Este resultado era esperado, visto que a busca objetivava tanto uma reflexão conceitual, quanto uma dimensão de quais eram os recortes de estudo da AMI na academia.



Fonte: Da autora, 2023.

Muitos artigos não apresentaram uma relação direta com a instituição biblioteca (gráfico 2), fator que já tinha sido observado nas etapas de revisão de títulos e de resumos (3 e 4 - Avaliação e Síntese). Apenas 13 se mostraram relatos de estudos em biblioteca e nenhum em biblioteca escolar, consequência da filtragem feita anteriormente, quando foram rejeitados os trabalhos que tratavam com exclusividade de formação de professores ou da área da Educação sem nenhuma correlação com a Ciência da Informação. A carência de pesquisas com vínculo entre letramento digital e biblioteca pode estar diretamente associada à terminologia. Há um histórico de uso do termo Competência em Informação (*Information Literacy*) na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação, ainda é recente o uso de competência ou letramento digital para pesquisas deste âmbito e muitas vezes, estes conceitos são considerados como um campo específico sob o guarda-chuva da CoInfo.

Gráfico 2 – A pesquisa está relacionada com biblioteca? - 45 artigos (Fase 4 Análise)



Fonte: Da autora, 2023.

Ainda que a priorização fosse por estudos que apresentassem alguma metodologia de alfabetização ou letramento digital prático para a comunidade, no gráfico 3 observa-se que poucos trabalhos tinham esse caráter, resultando em 5 materiais com algum método de ensino. Porém, 20 materiais estavam relacionados à políticas públicas ou planos de governo (gráfico 4), categoria que engloba os quadros teóricos, que de certa forma são metodologias de ensino.

Gráfico 3 – A pesquisa está relacionada com escolas ou algum método de ensino? - 45 artigos (Fase 4 Análise)

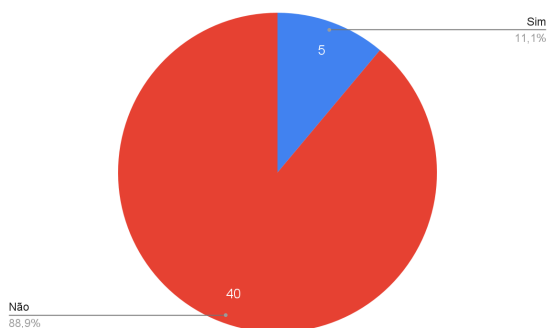
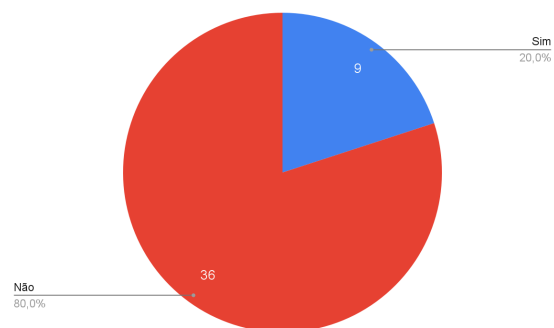


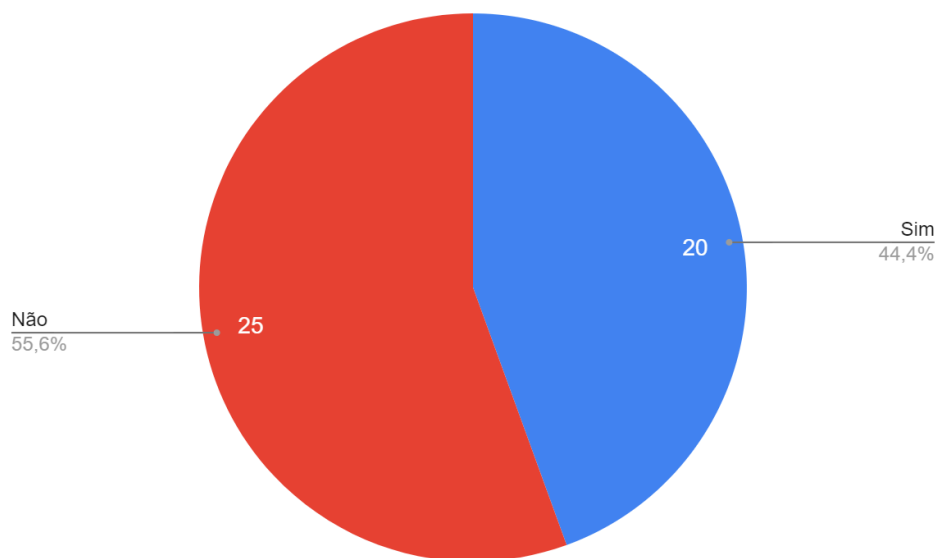
Gráfico 4 – A pesquisa aborda políticas públicas ou programas de governo? - 45 artigos (Fase 4 Análise)



Fonte: Da autora, 2023.

Metade dos trabalhos disserta sobre a importância social das questões relacionadas à Alfabetização Midiática e Informacional e como essas temáticas deveriam ser praticadas em diversas áreas da sociedade. Observa-se no gráfico 5 que 20 artigos fazem proposições de aplicação prática para a sociedade, trazendo a possibilidade de tornarem-se referência para conhecer ações que podem ser realizadas no contexto da Alfabetização Digital.

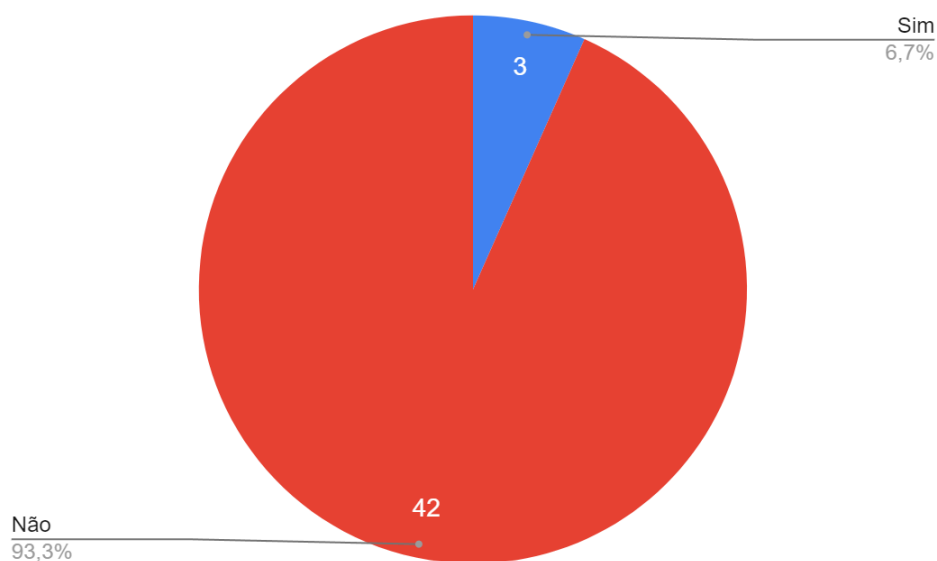
Gráfico 5 – Analisa ou propõe uma aplicação prática para a sociedade? - 45 artigos (Fase 4 Análise)



Fonte: Da autora, 2023.

Todas as fases de triagem resultaram em poucos trabalhos sobre o tema da transliteracia, transletramento ou transliteração. Dentro os selecionados para leitura, apenas 3 abordam esses conceitos, sendo que 2 deles são estudos brasileiros (gráfico 6). Esse resultado pode indicar duas possibilidades: que os estudos desse tema podem estar conectados à Educação Midiática e aos letramentos para os meios, estudos fortemente ligados à Comunicação e acabaram sendo desclassificados ao longo do processo de seleção sistematizado. Ou ainda, que são temáticas muito recentes e que a recuperação de poucos materiais reflete a carência de pesquisas na área. Em ambas as situações, a Ciência da Informação poderia se apropriar mais do conceito e fazer boas conexões entre os meios digitais e o pensamento crítico da informação.

Gráfico 6 – A pesquisa aborda conceitos de Transliteracia? - 45 artigos (Fase 4 Análise)



Fonte: Da autora, 2023.

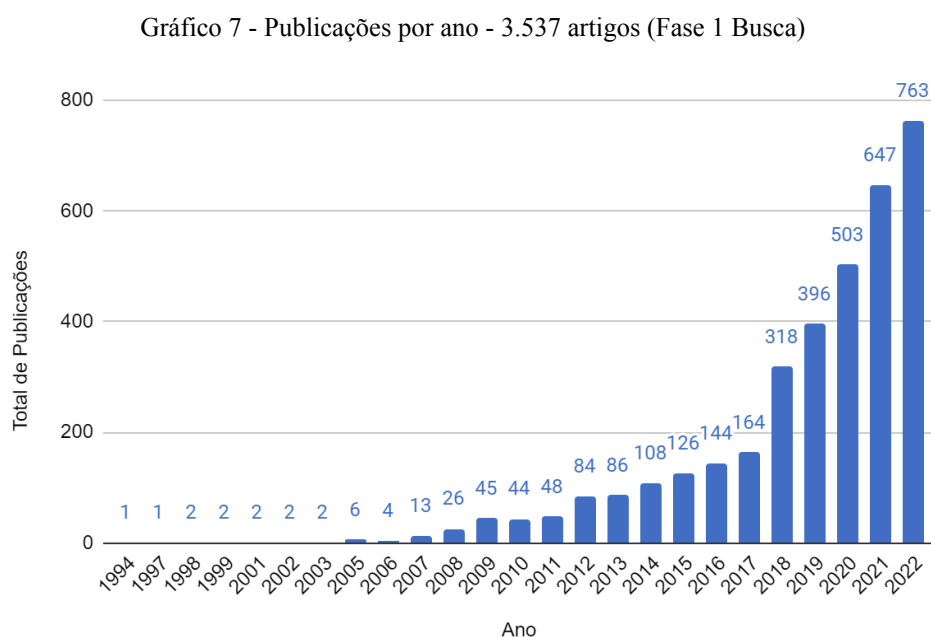
Foi possível finalizar a fase 3 (Síntese) tendo um panorama das pesquisas e observando que as bibliotecas ainda não se figuram como destaque nas pesquisas relacionadas à Alfabetização Digital.

4.1. Mapeamento bibliométrico da produção científica

Os dados extraídos dos artigos aceitos na fase 1 (Busca), totalizando **3.537 materiais**, permitiram a visualização sobre a crescente nas publicações sobre o tema a nível mundial ao longo dos anos, desde o primeiro artigo encontrado, em 1994, até o ano de 2022.

Nota-se no gráfico 7 o aumento na produção de artigos com a temática de Alfabetização Digital, midiática e informacional ao longo dos anos. Enquanto a média de publicações era pouco mais de duas por ano, a partir dos anos 2000 o avanço se deu exponencialmente. Conforme citado por Tinmaz *et al.* (2022), houve um aumento de pesquisas em letramento digital a partir do ano de 2013, contudo no recorte desta pesquisa é possível ver a mudança a partir de 2006. Acredita-se que não seja coincidência este também ter sido o ano de oficialização da Competência Digital como uma das competências chave pela União Europeia. Implica-se que a partir desse período, por consequência da democratização do acesso à internet, da popularização dos smartphones e da criação das redes

sociais digitais⁶, aumentaram-se as discussões a respeito da vivência digital e do papel da internet na vida cotidiana e conseqüentemente aumenta-se na literatura os estudos com essa vertente. A partir de 2009, as mídias sociais digitais começam a se tornar um meio de comunicação na sociedade, sendo consideradas fontes de informação. Começam também a partir de 2016 (eleições presidenciais americanas) uma proliferação de notícias falsas que passam a influenciar os rumos políticos e fica latente a necessidade de maior competência da sociedade para a manipulação das ferramentas e compreensão dos conteúdos.

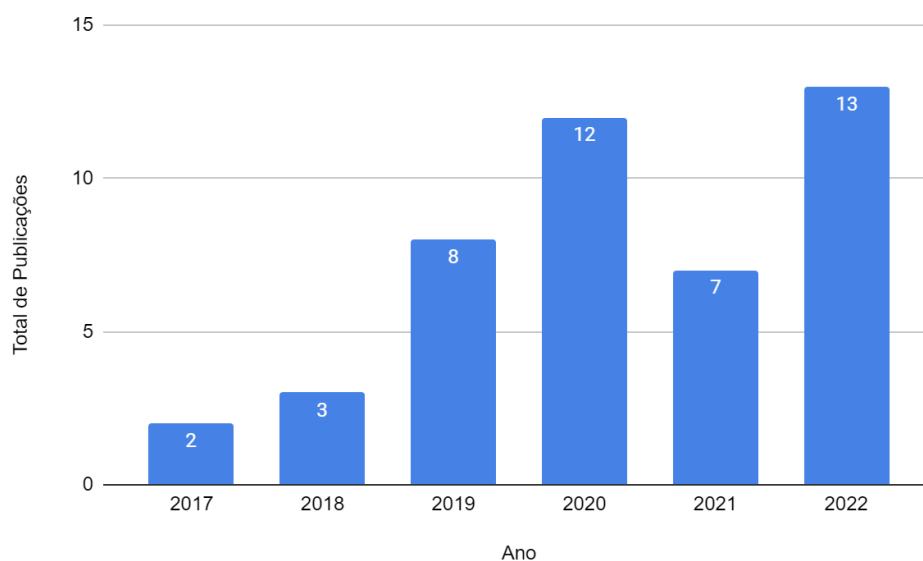


Fonte: Da autora, 2023.

Especificamente nos artigos considerados para a leitura integral no processo de revisão sistematizada vemos maior concentração a partir de 2019 (Gráfico 8). As justificativas podem ser as mesmas apontadas anteriormente e ainda denotam que a revisão sistematizada reflete a contemporaneidade, o que torna os resultados importantes para entender os rumos das pesquisas.

⁶ ⁶ A criação de uma das maiores redes sociais, o Orkut, aconteceu no ano de 2004, enquanto o lançamento do primeiro iPhone no mercado estadunidense data de 2007, mesmo ano de fundação da *bigtech* Facebook (atual Meta).

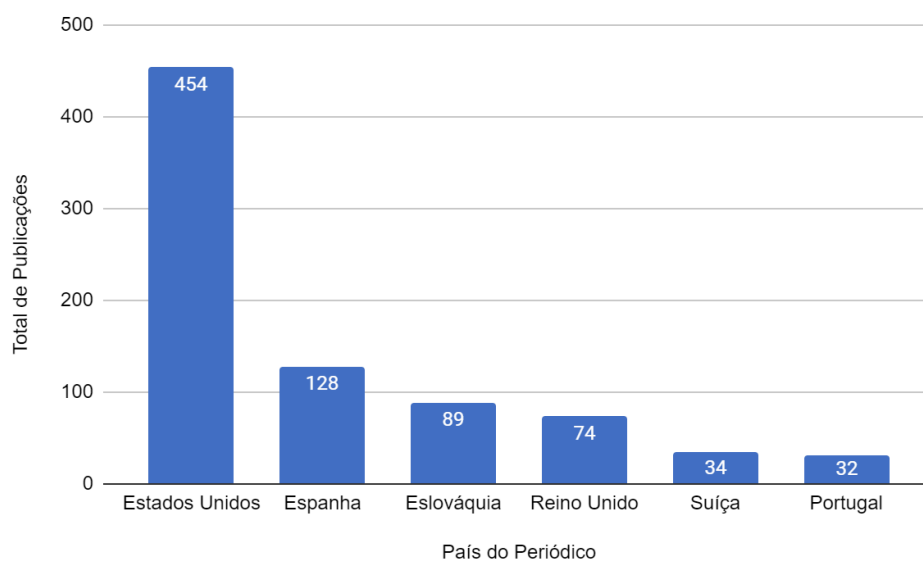
Gráfico 8 - Publicações por ano - 45 artigos (Fase 4 Análise)



Fonte: Da autora, 2023.

No que se refere aos países produtores dos 3.537 artigos recuperados na fase 1 (Busca), 6 são os locais dos 12 periódicos que ocupam as 10 primeiras posições entre os mais produtivos. Juntos, Estados Unidos, Espanha, Eslováquia, Reino Unido, Suíça e Portugal publicaram 811 artigos (23%) e têm por característica o IDH classificado como Muito Alto (Datosmacro, 2023). A quantidade de materiais por país pode ser vista no gráfico 9.

Gráfico 9 - Publicações por país do periódico - 3.537 artigos (Fase 1 Busc)



Fonte: Da autora, 2023.

No quadro 3 observa-se que entre as áreas do conhecimento, é possível observar que apenas 2 periódicos, entre os 10 mais produtivos, têm relação com a área de Ciência da Informação; 9 estão de alguma forma vinculados à Educação e 5 à Comunicação. A maioria dos casos está vinculada a mais de uma área do conhecimento.

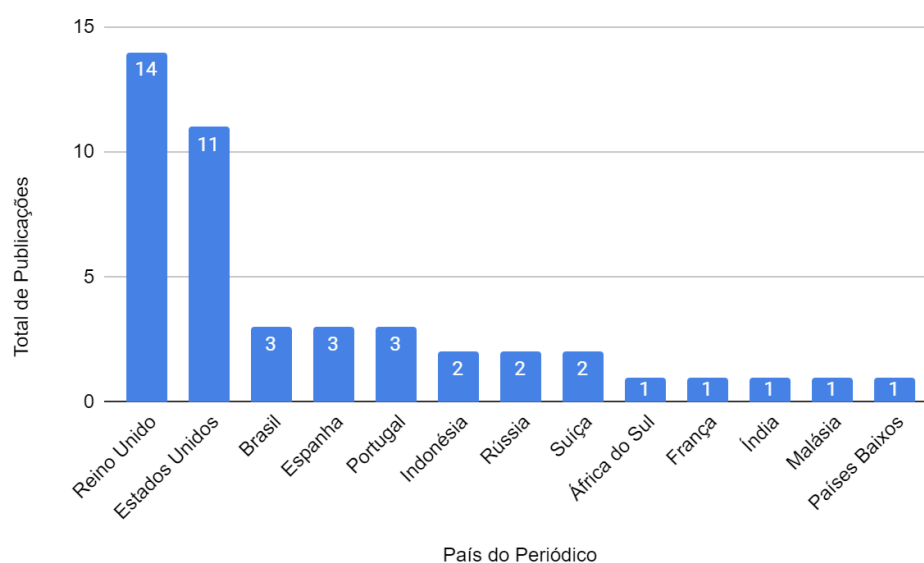
Quadro 3 - Áreas do conhecimento por periódico - 3.537 artigos (Fase 1 Busca)

| | Periódico | Publicações | Local | Áreas do Conhecimento |
|----|---|--------------------|-----------------------|--|
| 1 | <i>Journal Of Adolescent And Adult Literacy</i> | 196 | Estados Unidos | Ciências Sociais > Educação |
| 2 | <i>Comunicar</i> | 128 | Espanha | Ciências Sociais > Comunicação, Estudos Culturais, Educação |
| 3 | <i>Reading Teacher</i> | 110 | Estados Unidos | Medicina > Farmacologia (médica) Farmacologia, Toxicologia e Farmacêutica > Farmacologia Ciências Sociais > Linguística e Linguagem |
| 4 | <i>Education And Information Technologies</i> | 59 | Estados Unidos | Ciências Sociais > Educação, E-learning, Biblioteconomia e Ciências da Informação |
| 5 | <i>Journal Of Media Literacy Education</i> | 55 | Estados Unidos | Ciências Sociais > Comunicação, Educação |
| 6 | <i>International Journal Of Media And Information Literacy</i> | 45 | Eslováquia | Ciências Sociais > Ciências da Comunicação, Educação, Biblioteconomia e Informação |
| 7 | <i>Media Education-Mediaobrazovanie</i> | 44 | Eslováquia | Comunicação |
| 8 | <i>Learning Media And Technology</i> | 40 | Reino Unido | Engenharia > Tecnologia de Mídia Ciências Sociais > Educação |
| 9 | <i>Computers & Education</i> | 34 | Reino Unido | Ciência da Computação > Ciência da Computação (miscelânea) Ciências Sociais > Educação, E-learning |
| | <i>Education Sciences</i> | 34 | Suíça | Ciência da Computação > Aplicações da Ciência da Computação, Ciência da Computação (miscelânea) Profissões de Saúde > Fisioterapia, Terapia Desportiva e Reabilitação Psicologia > Psicologia do Desenvolvimento e da Educação Ciências Sociais > Educação, Administração Pública |
| | <i>Reading Research Quarterly</i> | 34 | Estados Unidos | Psicologia > Psicologia do Desenvolvimento e da Educação Ciências Sociais > Educação |
| 10 | <i>Media And Communication</i> | 32 | Portugal | Ciências Sociais > Comunicação |

Fonte: Da autora, 2023.

O Estados Unidos também se manteve em destaque entre os 45 artigos selecionados para a fase 4 (Análise), apenas perdendo o primeiro lugar de mais produtivo para o Reino Unido. Observa-se no *ranking* a inclusão de países em desenvolvimento como o Brasil e com índices de IDH médio como a Índia e a África do Sul, mas os dois primeiros colocados ainda somam mais da metade dos artigos publicados - 25 (55,5%). A distribuição das publicações entre os periódicos é mais pulverizada, totalizando 35 periódicos, onde 8 publicaram 2 ou 3 artigos e os demais apenas 1 material cada (gráfico 10).

Gráfico 10 - Publicações por país do periódico - 45 artigos (Fase 4 Análise)



Fonte: Da autora, 2023.

No quadro 4 observa-se que as áreas de conhecimento dos periódicos estão mais alinhadas à questão central da pesquisa, sendo 16 dos periódicos vinculados à área da Ciência da Informação e/ou Biblioteconomia, 11 à Educação, 9 à Comunicação e 6 sem relação direta com nenhuma das 3 áreas. A maioria dos casos está vinculada a mais de uma área do conhecimento.

Quadro 4 - Áreas do conhecimento por periódico - 45 artigos (Fase 4 Análise)

| | Periódico | Publicações | Local | Assuntos |
|----|--|-------------|----------------|---|
| 1 | <i>International Journal Of Media And Information Literacy</i> | 3 | Estados Unidos | Ciências Sociais > Comunicação, Educação, Biblioteconomia e Ciências da Informação |
| 2 | <i>Media And Communication</i> | 3 | Portugal | Ciências Sociais > Comunicação |
| 3 | <i>Education And Information Technologies</i> | 2 | Estados Unidos | Ciências Sociais > Educação, E-learning, Biblioteconomia e Ciências da Informação |
| 4 | <i>Global Knowledge Memory And Communication</i> | 2 | Reino Unido | Ciências Sociais > Biblioteconomia e Ciências da Informação |
| 5 | <i>Journal Of Siberian Federal University - Humanities And Social Sciences</i> | 2 | Rússia | Ciências Sociais > Antropologia |
| 6 | <i>Proceedings Of The Association For Information Science And Technology</i> | 2 | Estados Unidos | Ciência da Computação > Ciência da Computação (miscelânea) Ciências Sociais > Biblioteconomia e Ciências da Informação |
| 7 | <i>Reference Services Review</i> | 2 | Reino Unido | Ciências Sociais > E-learning, Biblioteconomia e Ciências da Informação |
| 8 | <i>Sustainability (Switzerland)</i> | 2 | Suíça | Ciências Sociais > Geografia, Planejamento e Desenvolvimento |
| 9 | <i>Cogent Education</i> | 1 | Reino Unido | Ciências Sociais > Educação |
| 10 | <i>Comunicação Mídia E Consumo</i> | 1 | Brasil | Ciências Sociais > Comunicação |
| 11 | <i>Desidoc Journal Of Library And Information Technology</i> | 1 | Índia | Ciências Sociais > Biblioteconomia e Ciências da Informação |

| | Periódico | Publicações | Local | Assuntos |
|----|---|--------------------|----------------------------|---|
| 12 | <i>Digital Education Review</i> | 1 | Espanha | Ciência da Computação > Aplicações da Ciência da Computação Applications Ciências Sociais > Educação |
| 13 | <i>Digital Library Perspectives</i> | 1 | Reino Unido | Ciência da Computação > Sistemas de Informação Ciências Sociais > Educação, Biblioteconomia e Ciências da Informação |
| 14 | <i>Documentação De Estudos Em Linguística Teórica E Aplicada</i> | 1 | Brasil | Ciências Sociais > Linguística e Linguagem |
| 15 | <i>Education And Training</i> | 1 | Reino Unido | Negócios, Gestão e Contabilidade > Negócios, Gestão e Contabilidade (miscelânea) Ciências Sociais > Estudos sobre Educação, Ciclo de Vida e Curso de Vida |
| 16 | <i>Essachess - Journal For Communication Studies</i> | 1 | França | Artes e Humanidades > Estudos Religiosos Ciências Sociais > Comunicação, Estudos Culturais, Linguística e Linguagem, Sociologia e Ciência Política |
| 17 | <i>Gender, Technology And Development</i> | 1 | Estados Unidos | Ciências Sociais > Desenvolvimento, Estudos de Gênero |
| 18 | <i>Information And Learning Science</i> | 1 | Reino Unido | Ciência da Computação > Aplicações da Ciência da Computação Ciências Sociais > Educação, Biblioteconomia e Ciências da Informação |
| 19 | <i>Information Discovery And Delivery</i> | 1 | Reino Unido | Ciência da Computação > Ciência da Computação (miscelânea) Ciências Sociais > Biblioteconomia e Ciências da Informação |
| 20 | <i>Information Polity</i> | 1 | Países Baixos | Ciência da Computação > Sistemas de Informação Ciências Sociais > Comunicação, Geografia, Planejamento e Desenvolvimento, Administração Pública, Sociologia e Ciência Política |
| 21 | <i>International Journal Of Innovation, Creativity And Change</i> | 1 | Reino Unido | Artes e Humanidades > Artes e Humanidades (miscelânea) Ciências Sociais > Educação |
| 22 | <i>Journal Of Indonesian Islam</i> | 1 | Indonésia | Artes e Humanidades > História, Estudos Religiosos Ciências Sociais > Estudos Culturais |
| 23 | <i>Journal Of Information, Communication And Ethics In Society</i> | 1 | Reino Unido | Artes e Humanidades > Filosofia Ciência da Computação > Redes de Computadores e Comunicações Ciências Sociais > Comunicação, E-learning, Sociologia e Ciência Política |
| 24 | <i>Journal Of Technical Education And Training</i> | 1 | Malásia | Ciências Sociais > Educação |
| 25 | <i>Journal Of The Australian Library And Information Association</i> | 1 | Reino Unido | Ciências Sociais > Biblioteconomia e Ciências da Informação |
| 26 | <i>Jurnal Ilmu Sosial Dan Ilmu Politik</i> | 1 | Indonésia | Ciências Sociais > Sociologia e Ciência Política |
| 27 | <i>New Media & Society</i> | 1 | Reino Unido | Ciências Sociais > Comunicação, Sociologia e Ciência Política |
| 28 | <i>Profesional De La Información</i> | 1 | Espanha | Ciência da Computação > Sistemas de Informação Ciências Sociais > Comunicação, Estudos Culturais, Biblioteconomia e Ciências da Informação |
| 29 | <i>Public Library Quarterly</i> | 1 | Estados Unidos | Ciências Sociais > Biblioteconomia e Ciências da Informação |
| 30 | <i>Revista Iberoamericana De Ciência Da Informação</i> ² | 1 | Brasil ² | Ciência da Informação |
| 31 | <i>Revista Mediterránea De Comunicación</i> | 1 | Espanha | Ciências Sociais > Comunicação, Estudos Culturais |

| | Periódico | Publicações | Local | Assuntos |
|----|---|--------------------|----------------|--|
| 32 | <i>Serials Librarian</i> | 1 | Estados Unidos | Ciências Sociais > Biblioteconomia e Ciências da Informação |
| 33 | <i>Smart Learning Environments</i> | 1 | Reino Unido | Ciência da Computação > Aplicações da Ciência da Computação Ciências Sociais > Educação |
| 34 | <i>South African Journal Of Libraries And Information Science</i> | 1 | África do Sul | Biblioteconomia e Ciências da Informação |
| 35 | <i>Universal Journal Of Educational Research</i> | 1 | Estados Unidos | Ciências Sociais > Educação |

Fonte: Da autora, 2023.

4.2. Categorias de análise e reflexões sobre a produção científica

A **fase 4 (Análise)**, permitiu que fossem observadas nos 45 artigos questões a respeito da Alfabetização Midiática e Informacional no mundo no que se refere à aplicação das práticas a ela associadas. As temáticas gerais puderam ser divididas em 2 grandes áreas metodológicas, sub-classificados por assuntos:

1- Revisões sistematizadas e Levantamentos Bibliográficos (18 artigos)

- a- Materiais que abordam teoricamente conceitos gerais de AMI, Competência Digital e/ou Transliteracias (13 artigos) e
- b- Materiais que abordam teoricamente projetos, programas e questões sociais relacionadas à AMI (5 artigos).

2- Pesquisas de Campos e relatos de aplicações práticas (26 artigos).

- c- AMI na comunidade (13 artigos) e
- d- AMI e bibliotecas (13 artigos).

Dentre os 45 artigos, 1 não teve seu conteúdo analisado, pois na fase de análise descobriu-se que só era possível o acesso ao material completo mediante pagamento. O texto, então, foi descartado e restaram **44 materiais** para leitura.

4.2.1. Revisões sistematizadas e levantamentos bibliográficos

Toda a literatura levantada para esta revisão está na língua inglesa ou espanhola, logo optou-se pela tradução das citações.

4.2.1.1. Conceitos gerais de Alfabetização Midiática e Informacional, Competência Digital e Transliteracias

Dentre os objetivos da revisão sistematizada foi encontrar na produção científica definições de termos e conceitos da Competência Digital e de suas áreas relacionadas e da compreensão a respeito dos perfis dos programas de treinamento, a fim de identificar as barreiras que afetam negativamente a efetividade desses programas nas práticas educacionais de Alfabetização Digital. Entre os autores, há o entendimento de que o termo para estudos de Alfabetização Digital ainda não é padronizado, primeiramente, por ser objeto de pesquisa de vários campos de estudo e, logo, por “cada termo atender aos interesses e entendimentos de cada época” (Martínez-Bravo; Sádaba-Chalezquer; Serrano-Puche, 2020, p. 2), tendo surgido no final do século XX com a proliferação das TIC, sendo no início dos anos 80 mais comum o termo letramento em informática (*computer literacy*) e nos anos 90 o letramento informacional (*information literacy*), termo alavancado pela área de Biblioteconomia e Ciência da Informação (Naval, Serrano-Puche, Sádaba, Arbués, 2016, p. 75).

Diante da quantidade de termos e frente às diferentes proposições de unificação e subclassificação dos conceitos, não é possível definir um consenso na literatura. Contudo, Martínez-Bravo, Sádaba-Chalezquer, Serrano-Puche (2020) elegeram *Digital Literacy* (letramento digital), como o termo mais abrangente e central dentre os 11 estudados em sua meta-pesquisa. O trabalho busca compreender a contribuição de cada termo-chave e a conceitualização de um *framework* (quadro teórico) integrado sobre o tema. Na discussão, o letramento digital, é visto como mais do que uma soma de competências, mas sim como um processo que envolve diferentes atores e etapas e, embora o seu uso venha sendo mais escolhido, é entendido por alguns autores, como Heena e Nidhi (2022) que ainda “Não existe uma definição única comumente aceita de letramento digital [...]. Diferentes estudiosos, reconhecidos por terminologias variantes, o interpretaram de maneira diferente” (p. 111). Leaning (2019), por exemplo, define como sendo:

[...] um amplo conjunto de competências relacionadas ao uso de mídias digitais, computadores e Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Muitas vezes, entende-se que compreende (ou inclui) uma série de outras formas de alfabetização, como alfabetização de computador, alfabetização de internet, alfabetização de mídia e alfabetização de informação (p. 4)

No que Bali (2019) contribui apontando que apesar das diferentes definições, a maioria das conceituações a definem como multidimensional e por muitas vezes, engloba a Competência em Informação como seu componente crítico (p. 69), ou seja, por se tratar de

um conceito interdisciplinar e que comporta muitas vertentes, dificilmente teremos uma definição única e definitiva sobre letramento digital, mas sua aplicação na sociedade é esperada e para acontecer de forma efetiva requer a união de variadas formas de alfabetização.

Alguns autores, ainda se aprofundam nas questões civis: além de classificar a Alfabetização Midiática como um conceito guarda-chuva que abrange as literacias de informação, de mídia, digital, de dados, multimodal e de rede, Polizzi (2023) considera o letramento digital como sua variante e propõe que além de uma compreensão crítica o letramento digital também deve ser o entendimento sobre o que é o ambiente digital em si. Segundo Polizzi (2023) “[...] tal abordagem baseia-se na ideia de que o letramento digital crítico deve se referir não apenas à capacidade de avaliar o conteúdo online, mas também ao conhecimento da economia política da Internet, juntamente com seus potenciais e limitações para a vida cívica.” (p. 1221). Já Tinmaz *et al.* (2022) discute em sua revisão um aumento de pesquisas em letramento digital a partir de 2013, onde a maioria dos artigos é de análise qualitativa e se referem a revisões sistematizadas com os temas sendo, majoritariamente, sobre letramento digital, competências digitais, habilidades e pensamento digital. Os autores propõem que é imprescindível criar *frameworks* para diferentes contextos e diferentes níveis tecnológicos (altos ou baixos), já que “[...] cada grupo [de pessoas] pode exigir um conjunto diferente de habilidades ou competências. Portanto, diferentes especialistas no assunto, como tecnólogos, designers instrucionais, especialistas em conteúdo, devem se juntar à equipe.” (Tinmaz *et al.*, 2022, p. 13).

Tais correlações levam a crer que letramento digital pode ser uma ferramenta para atenuar ou sanar os problemas causados pelo *Digital Divide*, a Exclusão Digital, um fenômeno citado em alguns dos trabalhos e que, segundo Cullen (2001), é uma expressão “aplicada à lacuna que existe na maioria dos países entre aqueles com acesso imediato às ferramentas de tecnologias de informação e comunicação [TIC] e ao conhecimento a que elas fornecem acesso e aqueles sem esse acesso ou habilidades” (p. 311). Sendo o segundo termo mais encontrado na revisão de Martínez-Bravo, Sádaba-Chalezquer, Serrano-Puche (2020), Exclusão Digital é um dos fatores que mostram o sentido social da *Digital Literacy*, pois “coloca a pessoa no centro e a inclui socialmente em oportunidades oferecidas pela tecnologia, foco por vezes ofuscado pela visão instrumental e nas competências básicas, menos críticas, globais e transversais” (Martínez-Bravo; Sádaba-Chalezquer; Serrano-Puche, 2020, p. 13).

Segundo Choudhary e Nidh (2022a), a Alfabetização Digital é fundamental para capacitar as pessoas a utilizar as TICs de forma eficaz, melhorar o acesso à informação, promover a participação cívica e aumentar as oportunidades de emprego. Elas citam ainda que algumas barreiras a serem transpostas incluem falta de acesso à tecnologia e à Internet, falta de conhecimento e habilidades básicas em informática, falta de suporte e recursos adequados, barreiras linguísticas e culturais e falta de motivação e confiança. Nesse sentido, Scolari, Masanet, Guerrero-Pico e Establés (2018), descrevem a importância de que o letramento digital e midiático ultrapassem os muros da educação formal e atinjam todas as camadas da população. Esse pensamento é corroborado por Martínez-Bravo, Sádaba-Chalezquer, Serrano-Puche (2020) que acreditam que isso fortalece a pesquisa no âmbito da cidadania e de práticas junto a grupos vulneráveis (p. 12).

A partir dessas necessidades junto à população, emergem alguns conceitos referentes às práticas de letramento digital. Um deles são os Programas de Treinamento em letramento digital, os DLTP (*Digital literacy training programs*), modelos de desenvolvimento de letramento digital que começaram a ser criados a partir do momento em que a *Digital Literacy* foi reconhecida como competência chave pela União Europeia. Pérez-Escoda, García-Ruiz e Aguaded (2019) fazem referência a cinco dessas iniciativas: “o Projeto DigComp (Comissão Europeia), o modelo Krumsvik (Noruega), o modelo TPACK (EUA), o modelo JISC (Reino Unido), os Padrões ISTE (EUA) e o modelo P21 (EUA) [...] que podem ser muito valiosas para pesquisadores, educadores e formuladores de políticas.” (p. 232). Choudhary e Nidhi (2022b) concluíram que os programas de treinamento em letramento digital podem desempenhar um papel significativo na redução da exclusão digital e que devem ser adaptados às necessidades específicas dos indivíduos e comunidades, levando em consideração fatores como idade, gênero, nível educacional e contexto socioeconômico e destacam que “Curiosamente, a questão não é apenas fornecer acesso às TIC; em vez disso, é como as tecnologias digitais são usadas e capacitam a vida de um indivíduo.” (Choudhary; Nidhi, 2022b, p. 225). Essas conclusões vão de encontro ao sentido essencial de letramento no que se refere à compreensão dos códigos sociais e a atuação cívica do cidadão e traduzem como a exclusão digital pode impactar o sujeito em variados aspectos da vida cotidiana, inclusive com relação aos preconceitos de gênero.

A maioria dos trabalhos coletados entende a emergência do tema e discute a direção futura do letramento digital, buscando explorar em ambientes diversos o potencial para a promoção da Alfabetização Midiática e Informacional, como é o caso do trabalho de Hughes, Wolf e Foth (2017), um estudo de caso da Austrália que relata a experiência de voluntários

em um *social living lab* (Laboratório de Convivência Social). Este modelo conceitual se vale de processos de aprendizagem informal e orgânica, formatando ambientes de “[...] transformação social onde residentes e organizações trabalham com pesquisadores para explorar usos atuais e inovadores de tecnologias para melhorar o bem-estar pessoal e comunitário por meio da participação digital.” (Hughes; Wolf; Foth, 2017, p. 520). O estudo investigou a experiência de voluntários que selecionaram, instalaram e utilizaram um *software* de robô de resgate de alimentos de código aberto e concluiu que o processo melhorou a Alfabetização Digital dos voluntários e a eficiência da organização. Além de demonstrar o potencial dos Laboratórios de Convivência Social, o estudo provou melhorias em conceitos que visam ser desenvolvidos pelo letramento digital, como por exemplo: o uso de múltiplas tecnologias de aprendizagem digital, tipos de informação e mídia; uso ético e sensato das informações e tecnologias digitais; engajamento comunitário e aprendizagem compartilhada; empoderamento por meio de mudanças na forma de uso e compreensão da informação e tecnologia digital; entre outras (Hughes; Wolf ; Foth, 2017, p. 531).

Esses métodos vão sendo desenvolvidos em paralelo ou em conjunto com os programas de letramento e visam suprir as necessidades de um novo comportamento de aprendizado ambientado no cenário transmidiático, que considera “[...] um mundo não linear no qual qualquer história, narrativa, som, signo, imagem e relacionamento se desenrola por meio de um grande número de canais de mídia.” (Freire, 2020, p. 4). A cultura de convergência envolve a convergência de mídias, a cultura participativa e a inteligência coletiva e as múltiplas plataformas de mídia vão permitir que uma narrativa encaminhe seu significado de uma a outra. Este conceito é bastante difundido no campo da Comunicação e mais perceptível atualmente, com a proliferação de redes sociais e uso multiplataforma dos usuários que flutuam entre suportes digitais e *off-line* a todo momento. Alguns autores da Ciência da Informação vão explorar o potencial das narrativas transmídia para promover o transletramento ou transliteracia, entendendo que este é “Uma faceta da Alfabetização como termo guarda-chuva que enfatiza a capacidade de lidar com a expansão narrativa e as múltiplas conexões midiáticas dentro da cultura da convergência.” (Freire, 2020, p. 5). Um conceito enriquecedor para o letramento digital, já que considera o ambiente e o processo cognitivo do usuário no processo de letramento. Hovious (2018) ainda afirma que a transliteracia não deve ser vista apenas como um conjunto de habilidades, mas sim como uma prática social que atravessa múltiplos contextos.

No quadro 5 apresentamos os autores levantados nas pesquisas que tratam de conceitos gerais e elegemos termos chave que direcionaram o estudo.

Quadro 5 – Autores que direcionaram suas pesquisas para o levantamento de conceitos gerais de Alfabetização Midiática e Informacional, Competência Digital e Transliteracias

| Autores | Termos-chave |
|--|---|
| María-Cristina Martínez-Bravo; Charo Sádaba-Chalezquer; Javier Serrano-Puche | Digital literacy; Media literacy; Information literacy; New literacies; Digital divide; Digital competence; ICT Competence; ICT Literacy; Multiliteracies |
| Hasan Tinmaz; Yoo-Taek Lee; Mina Fanea-Ivanovici; Hasnan Baber | Digital literacy; Digital competence |
| Chennupati K. Ramaiah; M. Saraswati Rao | Media and information literacy; Information literacy; Media literacy |
| Alexander Kazakov | Media literacy; Information literacy |
| Heena Choudhary; Nidhi Bansal | Digital literacy; Digital divide |
| Marcus Leaning | Critical digital literacy; Digital literacy; Information literacy; Media literacy |
| Hilary Hughes, Rike Wolf; Marcus Foth | Digital literacy; Social living labs |
| Maximina Maria Freire | Transliteracy; Transmedia; Transmedia storytelling |
| Amanda Hovious | Information literacy; Metaliteracy; Transliteracy |
| Brasilina Passarelli; Ana Claudia Fernandes Gomes | Media and information literacy; Transliteracy; Informational waves |
| Gianfranco Polizzi | Critical digital literacy, Digital literacy, Media literacy |
| Maha Bali | Digital literacies; Fake news; Feminist critical thinking |

Fonte: Da autora, 2023.

4.2.1.2. Projetos, programas e questões sociais

O sistema global está mais democrático ao acesso de informação e o desenvolvimento de projetos voltados ao letramento digital têm o propósito de capacitar o cidadão a essa sociedade fluida de mudanças cada vez mais velozes. Conforme Martínez-Bravo, Chalezquer e Serrano-Puche (2022), “Este desafio envolve um ciclo de aprendizagem ao longo da vida e o desenvolvimento de novas competências que permitam a adaptabilidade à mudança e à complexidade dos sistemas” (p. 2). Uma vez estabelecida a necessidade do letramento, há que se compreender como fazê-lo e como medir os resultados de suas aplicações. Tendo o Conselho da União Europeia recomendado oito competências-chave para empregabilidade, realização pessoal, saúde, cidadania e inclusão social, incluindo a Competência Digital,

vários quadros teóricos foram desenvolvidos para avaliar o desenvolvimento da Alfabetização Digital de cidadãos, estudantes e educadores.

A própria União Europeia disponibilizou o citado DigComp e outros quadros teóricos com áreas e propósitos específicos e várias ferramentas online foram desenvolvidas para medir a Competência Digital com base nesses documentos. Martínez-Bravo, Chalezquer e Serrano-Puche (2022) analisam oito iniciativas de diferentes instituições (UNESCO, União Europeia, ATCS, P21, NETS, NAEP, Engauge e OCDE) que destacam o letramento digital como competência essencial e identificam 6 dimensões convergentes inerentes ao letramento digital, que embora expressados de maneiras diferentes, aparecem nos 8 quadros analisados: a dimensão crítica que envolve tomar decisões informadas, entender questões éticas e legais, e utilizar as ferramentas digitais de forma responsável; a dimensão cognitiva que abrange habilidades como resolução de problemas, raciocínio lógico, criatividade e gerenciamento de informações; a dimensão social que diz respeito ao senso de pertencimento a uma comunidade global, trabalho em equipe, colaboração e comunicação; a dimensão operacional que se concentra nas habilidades práticas e técnicas necessárias para utilizar efetivamente as tecnologias digitais; a dimensão emocional que destaca o papel das emoções na experiência digital e como elas influenciam a forma como nos relacionamos com a tecnologia; e, por fim, uma dimensão projetiva que envolve o planejamento e a gestão de projetos no contexto digital. Os resultados demonstraram que as dimensões crítica e cognitiva são as mais desenvolvidas, enquanto a social, a operacional, a emocional e a projetiva aparecem em menor percentual.

Na prática, segundo Martínez-Bravo, Chalezquer e Serrano-Puche (2022) isso quer dizer que “a visão instrumental da Alfabetização Digital ficou em segundo plano.” (p. 5) e que os *frameworks* “expressam um consenso em direção a uma abordagem tecno-crítica, que vai além da visão operacional das tecnologias.” (p. 10). Martínez-Bravo, Chalezquer e Serrano-Puche (2022) concluíram que a ênfase na dimensão crítica “constitui uma grande aposta na construção de ecossistemas significativos e no desenvolvimento de uma consciência e valores ligados à responsabilidade social e cívica num mundo globalizado.” (p. 11), enquanto a importância dada à dimensão cognitiva também faz sentido, visto que são “derivadas de esquemas de pensamento e resolução de problemas complexos, coerentes num mundo cada vez mais repleto de desafios econômicos, sociais, culturais, etc.” (p. 11). Em resumo, esses pontos demonstram que o aprendizado apenas da técnica não é suficiente em um mundo multi e inter dimensional, resultando em uma maior preocupação a respeito da autonomia, empoderamento e responsabilidade social dos cidadãos em um ambiente que

difere da vida física em formas de acesso e uso, mas que não deixa de ser “real” e por isso, carente de normas e pensamento crítico.

Mattar, Ramos e Lucas (2022, n.p.) também analisam *frameworks*, entretanto focando em comparar instrumentos (questionários) desenvolvidos a partir do quadro teórico europeu *DigComp 1.0* e seus descendentes *DigComp 2.1*, *DigCompEdu* e *Entrecomp*, que têm como fins a autoavaliação de competências digitais ou a pesquisa educacional. O *DigComp* foi escolhido como referencial baseado na confiabilidade dos processos de produção e validação dos *frameworks* desenvolvidos pela Comissão Europeia e inspirados em Cabero-Almenara *et al.* (2020) que realizou uma pesquisa com os quadros para professores de ensino superior *DigCompEdu*, *ISTE Standards*, *UNESCO ICT Competency Framework for Teachers*, *The Common Digital Competence Framework for Teachers (INTEF)* e concluiu que o mais bem avaliado por especialistas foi o *DigCompEdu* (Mattar; Ramos; Lucas, 2022, n.p.). A principal contribuição do trabalho é a proposta de uma tipologia para esses instrumentos, classificando-os em tipos de questões, sendo: de conhecimento direto, de autoavaliação, cenários (conhecimento e habilidades) e avaliações de desempenho.

Alguns outros trabalhos de revisão de literatura possuem um recorte mais específico e não apenas avaliam os quadros teóricos, como também os correlacionam com questões sociais emergentes e criam ou adaptam novas dinâmicas para sanar necessidades específicas. É o caso do tema de exclusão de cidadãos do mercado de trabalho digitalizado e a necessidade de desenvolver competências digitais para aumentar a empregabilidade. Guitert, Romeu e Colas (2020), analisam a lacuna de habilidades digitais enfrentadas pelos cidadãos desempregados e propõem um *framework* conceitual para o treinamento dessas habilidades. O mesmo olhar se apresenta no tema de desenvolvimento da Alfabetização Digital em iniciativas comunitárias visando inovação social e Phelps (2017) ressalta que “[...] a preocupação com a inclusão digital e a preparação da força de trabalho tem levado ao desenvolvimento da Alfabetização Digital entre os cidadãos como uma maneira de promover o desenvolvimento social e econômico da comunidade.” (p. 770). Nesse contexto, Phelps entende que inovação social é um processo colaborativo entre indivíduos e organizações e visa compreender como se dá essa organização em iniciativas de letramento digital, explorando seus diferentes papéis sociais e desenvolvendo um *framework* de liderança coletiva para essas iniciativas (quadro 6). O autor enfatiza como a liderança coletiva, ou seja, horizontal, diferente da tradicional verticalizada, é importante nas iniciativas de letramento digital na comunidade, que são projetos com muitas partes interessadas (Phelps, 2017, p. 771).

Quadro 6 - *Framework* de liderança coletiva de Phelps (2017)

| Papel | Descrição |
|-------------------|--|
| Navegador | Estabelece propósito e direção. |
| Engenheiro | Organiza o grupo e a estrutura de tarefas. |
| Integrador Social | Desenvolve e mantém coesão. |
| Conector | Desenvolve e mantém relações externas úteis. |

Fonte: PHELPS (2017, p. 771), tradução da autora.

É possível perceber preocupações que não figuravam entre os principais temas abordados em décadas passadas, quando a Alfabetização Digital era tratada como complemento dissociado da vida offline ou como um ensino técnico apenas para o aprendizado de manipulação das TIC. A visão de Phelps e outros, calculam a dimensão das crises sociais trazidas pelo comportamento digital, e entendem que as tecnologias estão carregadas de problemáticas que podem ser atenuadas pelo letramento digital.

4.2.2. Pesquisas de campo com coletas de dados

4.2.2.1. AMI na comunidade

Além da mudança de paradigma e a compreensão de ambientes online e offline convergentes, sendo quase impossíveis serem desassociados, outros temas começaram a ser explorados relacionados ao letramento digital. Com o aumento da expectativa de vida, em especial dos países desenvolvidos, nota-se uma curva exponencial em trabalhos focados no aprendizado digital de idosos e de adultos de meia idade, quando antes, o foco era essencialmente em crianças e jovens. Byundyugova, Babikova e Kornienko (2021), por exemplo, estudaram as habilidades de letramento informacional em ambiente digital de uma população, focando especialmente nas faixas etárias intermediárias, com pessoas de 30 a 60 anos. A pesquisa comprovou uma lacuna em programas de treinamentos voltados para essa faixa e recomendou-se que centros de treinamento utilizassem tecnologias de visualização para aprimorar a alfabetização informacional de pessoas de meia-idade.

Na Espanha, uma pesquisa quantitativa na Universidade de Granada foi realizada no intuito de comparar o conhecimento de jovens entre 18 e 22 anos e de idosos entre 80 e 85 anos em “utilização das TIC na comunicação social e na aprendizagem colaborativa, competências de utilização para a procura e tratamento da informação, bem como

competências interpessoais da sua utilização” (Agudo; García; Martínez-Heredia, 2020, p. 22). O objetivo é proporcionar uma cidadania mais inclusiva, reduzindo a lacuna digital geracional. É estimado que 4.9 bilhões de pessoas usaram a internet em 2021, mas os jovens seguem sendo mais conectados que o resto da população: “[...] 71% da população mundial entre os 15 e os 24 anos utiliza a Internet, em comparação com 57% de todos os outros grupos etários” (ITU Publications, 2021, p. 3). A pesquisa de Agudo, Garia e Martínez-Heredia (2020) obteve resultados com a mesma lacuna: 100% dos jovens entrevistados se mantinham conectados por computadores ou tablets, enquanto somente 30% dos mais velhos tinham o mesmo hábito, os outros 70% declararam não ter os equipamentos próprios para essa conexão. A média de Competência Digital em uso e conhecimento das TIC também se mostrou mais baixa entre os adultos mais velhos e adequado em relação às competências para busca e tratamento de informação, sendo a segunda mais alinhada com a faixa dos mais jovens, o mesmo ocorre com as competências interpessoais (Agudo; García; Martínez-Heredia, 2020, p. 25). O trabalho apresenta a importância de se reduzir as lacunas, entende que a inclusão é uma responsabilidade dos governos (Agudo; Garia; Martínez-Heredia, 2020, p. 22) e propõe que a interação intergeracional pode ser benéfica, com os jovens auxiliando os adultos mais velhos na aquisição de habilidades digitais (Agudo; Garia; Martínez-Heredia, 2020, p. 29).

Zhang (2022) buscou refletir sobre o acesso digital e o senso de acesso dos idosos rurais na China e investigou a correlação entre letramento digital e o acesso dos idosos, unindo à pesquisa outro tema que ganhou protagonismo nos últimos anos: a preocupação com usuários fora da zona urbana. Sendo o acesso à internet uma das necessidades básicas atuais e crescendo o percentual de vivência das pessoas em ambiente virtual, por democratização, hábito e/ou necessidade, foi preciso a compreensão de que existem diferentes modos de se experienciar o mundo digital. Algumas pessoas terão mais acesso, outras terão que se adaptar com tecnologias mais defasadas, e ainda assim, ambos os grupos terão que viver em uma sociedade repleta de obrigações cívicas que só são possíveis online.

Yue, Nekmat e Beta (2019), refletem sobre o letramento digital através do que eles definem como Cidadania Digital (*Digital Citizenship*), uma extensão da cidadania tradicional que pode fornecer “novos *insights* sobre a qualidade da participação cívica online que resulta em reivindicações e atos de cidadania.” (2019, p. 100). O objeto de estudo do artigo são os jovens do sudeste asiático, incluindo grupos de mulheres muçulmanas na Indonésia e a opinião pública dos jovens sobre a comunidade LGBT em Cingapura. O estudo examina a participação cívica desse público online e como isso contribui para a construção de

cidadanias alternativas nas sociedades do sudeste asiático (Yue; Nekmat; Beta, 2019, p. 100). Apesar de relativamente novo, o conceito da Cidadania Digital parte do pressuposto da onipresença das tecnologias digitais e sua “promessa de novos modos de participação e as ameaças e riscos associados às mídias digitais” (Yue; Nekmat; Beta, 2019, p. 102). Os autores apresentam duas abordagens pré-existentes da cidadania digital: a da liberdade e a do controle; e propõem um novo caminho, a abordagem da participação cívica:

Esta abordagem desafia dualismos que distinguem mundos digital e real, direitos e responsabilidades quando se pensa em cidadania. Desta forma, as linhas entre privado e público, online e offline, local e global tornam-se tênues enquanto a cidadania se torna inseparável de outras práticas cotidianas. A cidadania digital não é vista como mais uma dimensão ou eixo da cidadania, mas como uma prática através da qual se realizam atividades cívicas nas várias dimensões da cidadania (Yue; Nekmat; Beta, 2019, p. 103).

Essa visão é muito importante para a compreensão da amplitude do que é ser letrado digitalmente, quantos fatores sociais estão envolvidos e a importância do ambiente digital ser tratado como uma extensão do ambiente físico e não como um local isolado de responsabilidades. Como citam Byundyugova, Babikova e Kornienko (2021):

Em um futuro próximo, espera-se que o “eu real” e o “eu virtual” convirjam cada vez mais – ou seja, uma pessoa não será capaz de pensar sobre si mesma ou imaginar-se fora do espaço digital. Tudo isso tem um impacto significativo no desenvolvimento proposital e na formação de um sistema de conhecimento sobre o sistema digital, trabalhando com informações, dados etc (p. 59)

Na Indonésia, devido a um problema já identificado de leitura na população, o governo lançou um modelo de empoderamento baseado nas necessidades de comunidades aldeãs, chamado *Kampung Literasi* (Aldeia da Alfabetização). Esse modelo aborda seis tipos de alfabetização: “[...] leitura e escrita, numérica, científica, informacional, financeira e alfabetização cultural [...]” (Suherman; Supriyadi; Safari, 2020, p. 1.372), contudo o foco principal vem sendo no desenvolvimento de habilidades da primeira alfabetização, a leitura e escrita. A partir desse cenário e entendendo o avanço das necessidades de aprendizado tecnológico, Suherman, Supriyadi e Safari (2020), focaram em responder a seguinte questão: “como e quais meios de comunicação podem melhorar as habilidades de Alfabetização Digital da comunidade Kampung Literasi?” (p. 1.373). Por meio de um modelo de pesquisa-ação chamado ICARE (Identificação, Consolidação, Ação, Revisão e Avaliação) realizado junto à comunidade, os autores concluíram que os programas estabelecidos em *Kampung Literasi* melhoraram as habilidades de Alfabetização Digital da comunidade no uso de e-bibliotecas e gerenciamento de e-recursos, “os dados foram recolhidos através de diversas técnicas, nomeadas de inquérito, entrevista semiestruturada e avaliação da

capacidade de letramento digital.” (Suherman; Supriyadi; Safari, 2020, p. 1.376) e os participantes passaram por atividades de treinamento.

Aliado ao aparecimento de temas como a alfabetização em zona rural e em comunidades afastadas, também se entendeu que o processo de letramento têm necessidades específicas que diferem em sociedades de primeiro mundo e em sociedades em desenvolvimento. Com o aumento da oferta de produtos e serviços digitais, assim como o aumento da vivência online, houve um aumento na preocupação com a questão da Exclusão Digital, um tema que encorajou Mulyaningsih, Wahyunengseh e Hastjarjo (2020) a refletir sobre a pobreza e a exclusão digital, particularmente em áreas urbanas pobres da Indonésia. Houve coleta de dados por meio de pesquisas que mediram o acesso à informação, a difusão digital e o uso da tecnologia entre moradores de três aldeias e foi constatado que há exclusão, especialmente entre aqueles com baixa renda e que, além do letramento digital entre eles ser baixo, reflexo do baixo envolvimento com a informação digital, a difusão digital é dominada por certos grupos, como jovens e mulheres (Mulyaningsih; Wahyunengseh; Hastjarjo, 2020, p. 201). O estudo discorre sobre uma preocupante situação de pobreza da Indonésia e relaciona o letramento digital diretamente com necessidades básicas como moradia e saúde e “[...] encontra evidências de que a pobreza pode diminuir a difusão da tecnologia digital.” (Mulyaningsih; Wahyunengseh; Hastjarjo, 2020, p. 200). A falta de acesso, decorrente da falta de estrutura e poder aquisitivo, exclui essa parcela da população de informações essenciais, como programas assistenciais do governo, por exemplo, em especial os mais velhos que têm menos acesso à smartphones.

Lev-On *et al.* (2020) também focou em populações desfavorecidas em seu estudo que examina os efeitos de longo prazo de um programa governamental de letramento digital em Israel. Vários programas que visam diminuir a desigualdade digital operam no país e o estudo optou por se concentrar no *Lehava* “[...] a principal e maior iniciativa governamental destinada a aumentar a Alfabetização Digital de populações desfavorecidas.” (p. 149). Entrevistas foram feitas com participantes formados pelos cursos do programa e os resultados concluíram que as principais razões para ingressar no curso tiveram motivações cognitivas e a busca por se familiarizar com aplicativos e até conseguir um emprego. Os entrevistados também relataram que embora, após a finalização do curso tenha havido perda no conhecimento adquirido, pela falta de contato com os professores e organizadores do curso, o processo teve impacto positivo, gerando confiança no uso da tecnologia, empoderamento e aumento da autoeficácia (2020, p. 158).

Nedungadi *et al.* (2018) por sua vez, tratou de propor e testar uma Estrutura de Educação Digital, também no âmbito de políticas públicas, neste caso o “Digital India”. O objetivo deste *framework* é reduzir a exclusão digital na Índia, em especial de povos rurais e tribais, que estão entre os menos favorecidos da população. Conforme Nedungadi *et al.* (2018), o quadro teórico:

[...] deve considerar as lacunas de recursos, baixo nível de alfabetização e até mesmo exploração, ao mesmo tempo em que sugere um caminho para o empoderamento e o uso da tecnologia que ajudará a diminuir a exclusão digital (Nedungadi *et al.*, 2018, p. 517).

Foram aplicados treinamentos e provas de conteúdos relevantes acerca de educação, saúde, segurança, esquemas de governo, habilidades em informática e conscientização sobre TI no local de assentamento das comunidades tribais, com o intuito de aumentar as habilidades e o senso de empoderamento nessa população que vive em áreas remotas. Embora o programa tenha reconhecido que “[...] o letramento em informática por si só não é suficiente para o empoderamento” (Nedungadi *et al.*, 2018, p. 524), a pesquisa retornou taxas positivas nos exames de avaliação, um baixo índice de desistência e respostas positivas à pergunta “Qual é a coisa mais importante que você aprendeu no programa *Amrita ACC?*”, [em que] 90% dos alunos descreveram sentir-se muito mais confiantes ao usar o computador e a internet.” (Nedungadi *et al.*, 2018, p. 523). A pesquisa se mostrou eficaz e concluiu:

O fornecimento de Alfabetização Digital para comunidades remotas traz a promessa de melhoria, bem-estar e sucesso em todos os níveis – para indivíduos, famílias, comunidades tribais e a nação como um todo. À medida que os cidadãos se tornam confiantes, conscientes, informados e empoderados, seu potencial para beneficiar e contribuir se expande exponencialmente, não apenas em saúde, educação e meios de subsistência, mas também em termos de preservação e extensão do patrimônio cultural (Nedungadi *et al.*, 2018, p. 526).

Compartilhando deste pensamento, uma pesquisa qualitativa envolvendo pesquisa-ação também foi realizada em uma comunidade indígena da África do Sul. Mwanza (2022) teve como objeto de estudo a utilização da tecnologia digital como ferramenta para promover o letramento digital e preservar o conhecimento indígena em comunidades rurais. Os resultados concluíram que recursos digitais podem ser utilizados de maneira efetiva para empoderar as comunidades, facilitar a troca de conhecimento e promover a valorização das culturas indígenas (Mwanza, 2022, p. 9) e apontaram pensamentos em relação à prática comunitária que vão de encontro ao pensamento de Phelps (2017) sobre liderança coletiva e a consciência de que o trabalho colaborativo tem influência positiva em processos de letramento digital, já que todas as partes envolvidas têm interesse no processo. Mwanza (2017), inclusive, propõe um quadro de colaboração participativa (*Participatory*

Collaboration Framework), que “[...] fornece um processo operacional que se baseia em estratégias pedagógicas que apoiam a aprendizagem de adultos, como a andragogia, e abordagens pedagógicas, como a aprendizagem baseada em problemas.” (2017, p. 9). Esse trabalho resulta em um aprendizado contextualizado, no qual os participantes têm interesse pela participação, uma vez que a troca de conhecimento indígena está inclusa na realidade desta comunidade e é útil em suas atividades sociais, culturais e econômicas.

Além da pauta colaborativa em muitos trabalhos de letramento digital, a noção de contextualização também está presente. Hufada *et al.* (2019), em um estudo com 94 mulheres ativistas da zona rural da Indonésia, concluiu que as “que estão ativamente envolvidas em organizações alcançam melhores habilidades de Alfabetização Digital do que aquelas que não estão.” (Hufada *et al.*, 2019, p. 285). A pesquisa focou no uso e acesso das tecnologias pelas mulheres: horas de uso diário, locais de acesso, gasto com internet, dispositivos utilizados, redes sociais acessadas, motores de busca utilizados etc. Esse é um conceito de aprendizagem formulado a partir da vivência, de experiências e do contato com o meio. O estudo mostrou que essas mulheres se desenvolveram mais por estarem envolvidas nas atividades de sua comunidade, e ainda que, sem nível elevado de educação formal atingiram altos índices de Alfabetização Digital. Sobre o ambiente em que vivem essas mulheres, Hufada *et al.* (2019) compartilha:

A maioria das mulheres que atuam como empoderamento comunitário nas áreas rurais só concluem o ensino médio como o nível de educação mais alto. No entanto, sua habilidade de Alfabetização Digital é aprimorada ao se envolver em organizações, embora precisem de mais tempo para se adaptar à tecnologia digital no início porque são imigrantes digitais (p. 284).

Outro trabalho também com mulheres ativistas indonésias focou no uso ativo do *Twitter* como meio de Alfabetização Digital. O artigo teve como objetivo investigar o papel das ativistas muçulmanas indonésias no uso das mídias digitais para liderar a comunidade muçulmana indonésia em direção a uma sociedade crítica (Rusydiyah, 2020, p. 210). Foram analisados o comportamento informacional dos usuários que interagiram com os tweets das quatro filhas do ex-presidente da Indonésia Abdurrahman Wahid (Gus Dur). A escolha arbitrária por essas mulheres teve motivação nos seus reconhecidos papéis como ativistas sociais em questões de religião, multiculturalismo, igualdade, democracia e direitos humanos, e no seu uso das mídias sociais como disseminador de informação e influenciador social. Foi percebida uma forte influência nos leitores proveniente dos tweets que transmitiam “mensagens de educação social” (Rusydiyah, 2020, p. 240). Rusydiyah concluiu que “as

respostas públicas aos tweets das filhas de Gus Dur mostram que o público é tão crítico que pode expressar as suas ideias e ver um problema de várias perspectivas” (2020, p. 240).

Os trabalhos analisando grupo de mulheres e/ou conteúdos e processos de aprendizagem digital vivenciados por mulheres é muito significativo e Abima *et al.* (2021) traz luz a um conceito associado a esse processo: a Inclusão Digital de Gênero, uma iniciativa que visa proporcionar mais acesso de tecnologias digitais para mulheres, entendendo que essas tecnologias “permitem que as mulheres tenham acesso a informações que antes não estavam disponíveis para elas, abrindo novas oportunidades de geração de renda, e facilitam sua independência financeira, desenvolvimento pessoal e envolvimento com a comunidade (Abima *et al.*, 2021, p. 88). Abima *et al.* (2021) discorre sobre o potencial de desenvolvimento da sociedade como um todo, a partir da diminuição das desigualdades e das barreiras que as mulheres enfrentam e exemplificam com os dados referentes à exclusão digital de mulheres na Uganda, país que em 2017 “[...] apenas 9,5% das mulheres tinham acessado e utilizado a Internet” (Abima *et al.*, 2021, p. 88). A pesquisa ainda revela que globalmente, a proporção de mulheres usando a Internet é 12% menor do que a dos homens, e em países de baixa e média renda, essa proporção é ainda maior (Abima *et al.*, 2021, p. 88). Mesmo com um cenário tão negativo, as hipóteses otimistas levantadas se comprovaram: existe uma relação positiva tanto entre o conteúdo relevante quanto entre o letramento digital e o uso de tecnologias digitais pelas mulheres de Uganda. Isso significa que proporcionar conteúdo localizado e útil para as suas necessidades e alfabetizar as mulheres para o conhecimento e uso das tecnologias aumentam significativamente a atitude de adoção e utilização dessas tecnologias.

Abordando um outro objeto de estudo, Manabat (2021) optou por uma pesquisa-ação com alunos e professores de uma escola localizada em uma ilha da Indonésia, com o objetivo principal de registrar uma ação de introdução à Alfabetização Midiática e Informacional. A escola é a única instituição privada da ilha e tem como característica uma internet limitada. Sabendo que integrar a AMI ao currículo escolar é um dos objetivos da UNESCO (Manabat, 2021, p. 158), o estudo buscou entender o nível de conhecimento prático dos envolvidos por meio de seminários-oficina onde 35 alunos de ensino médio e 16 professores responderam testes pré e pós palestras e atividades a fim de avaliar se seus conhecimentos sobre o tema haviam sofrido alguma alteração. Foram apresentados conceitos como *Misinformation* (Informação Falsa, mas quem a divulga acredita ser verdadeira); *Disinformation* (Desinformação, informação falsa e quem a divulga sabe que é falsa, tratando-se, portanto, de uma mentira deliberada e intencional); e *Mal-information* (Desinformação Maliciosa –

informação que é baseada na realidade, mas é usada para infligir danos a uma pessoa, organização ou país.) (Manabat, 2021, p. 158). Os resultados apontaram satisfação com a atividade, além de um notável aumento na pontuação dos participantes antes e pós ação. O estudo ainda enfatiza a essencial participação de professores e bibliotecários em ações de letramento digital em escolas.

A Indonésia se destacou entre os artigos selecionados pela quantidade de materiais produzidos com iniciativas de Alfabetização Digital no país, um espaço fora do eixo de produção científica da Europa e Estados Unidos e um referencial para países em desenvolvimento, pois exemplifica as barreiras que essas sociedades enfrentam com relação ao letramento digital. Em sua maioria, as problemáticas envolvem mais do que o desenvolvimento de competências isoladas, elas têm que estar alinhadas com questões básicas como educação e saúde, fatores que levam as lacunas e a exclusão social a níveis maiores do que em países desenvolvidos. As preocupações apontadas nos artigos, vão de encontro aos dados apresentados pela União Internacional de Telecomunicações (UIT), que trazem luz para a desigualdade digital e citam que embora o mundo caminhe para 100% de pessoas com alguma possibilidade de conexão, “As estatísticas revelam um ‘*grand canyon*’ de conectividade que separa os digitalmente capacitados dos digitalmente excluídos, com 96% dos 2,9 milhões que ainda estão offline, vivendo em países em desenvolvimento.” (ITU, 2021, p. 3). O que não quer dizer, necessariamente, que os países desenvolvidos não enfrentam problemas de outras esferas, menos ainda, que não exista um problema global de letramento digital que ultrapassa o tópico tecnológico de acesso e conectividade.

4.2.2.2. AMI e bibliotecas

A hipótese deste trabalho tem como pilar principal a ideia de que o espaço da biblioteca é ideal para a aplicação de atividades de Alfabetização Midiática e Informacional, incluídos os letramentos digitais. Sua estrutura comunitária incentiva o trabalho colaborativo, especialmente as instituições públicas, que possuem uma grande variedade de perfis de usuário, possibilitando ações com diferentes gerações e alcançando com mais facilidade as camadas da população que estão vulneráveis digitalmente. Esta ideia segue o conceito de biblioteca pública com função social, uma biblioteca que “[...] tem sido descrita como uma instituição que vai além das coleções impressas tradicionais para oferecer espaços colaborativos informais e centrados nas pessoas, equipados com a tecnologia, as ferramentas e os recursos cada vez mais necessários para o envolvimento na sociedade contemporânea”

(Rhinesmith; Stanton, 2018, p. 421). Esta afirmação exemplifica o potencial do espaço da biblioteca pública para projetos de letramento informacional, midiático e digital, tornando-as ainda mais relevantes no contexto da sociedade digital.

Hernández-Pedreño, Romero-Sánchez e Gómez-Hernández (2019) exploram o papel crucial das bibliotecas públicas na promoção da inclusão digital, enfocando sua capacidade de fornecer acesso tanto a tecnologias quanto à competência digital. Através de entrevistas e grupos de discussão com 10 especialistas em ciência da informação, os pesquisadores investigaram a hipótese de que as bibliotecas públicas são fundamentais para a inclusão digital. Eles descobriram que, embora os bibliotecários estejam empenhados em promover a educação e inclusão digital, enfrentam desafios significativos relacionados à falta de recursos humanos e materiais adequados. Apesar desses obstáculos, o estudo reitera o longo compromisso das bibliotecas públicas com a minimização das disparidades digitais:

Nos últimos 25 anos, as bibliotecas têm abordado esta faceta através de três formas de inclusão digital: a) facilitando o acesso a computadores, tablets, e-books ou laptops nas suas instalações, b) ligação gratuita à Internet, tanto através destes dispositivos como Wi-Fi. Redes Fi, e c) serviços de formação no domínio digital, especialmente dirigidos a grupos como idosos, imigrantes ou em geral pessoas em situação de vulnerabilidade social e digital (Gómez-Hernández; Hernández-Pedreño; Romero -Sanchez, 2017, p. 42).

O estudo realizado por Gómez-Hernández, Hernández-Pedreño e Romero-Sanchez em 2019, conduzido na Espanha — um membro destacado da União Europeia, um bloco de países desenvolvidos que, desde 2006, reconhece a Competência Digital como uma das oito competências essenciais para a aprendizagem ao longo da vida —, ressalta o empenho significativo dos bibliotecários na promoção de iniciativas de letramento digital na comunidade. Embora a pesquisa evidencie um compromisso notável dos bibliotecários com essas ações educativas, ela também sublinha que tal dedicação por si só não garante que todos os profissionais tenham atingido um domínio completo das competências digitais.

Estudos voltados à avaliação do letramento digital entre profissionais da área de biblioteconomia revelam que, embora haja um bom domínio de competências digitais básicas, as habilidades mais avançadas necessitam de aprimoramento. Baro, Obaro e Aduba (2019) conduziram uma pesquisa com bibliotecários de instituições de ensino superior anglófonas na África, aplicando 214 questionários de autoavaliação. Os resultados indicaram que os profissionais demonstram alta competência em tarefas específicas, tais como o upload de documentos em plataformas online, o manejo eficaz de diversas redes sociais, a habilidade para enviar e receber e-mails e a capacidade de criar diferentes tipos de arquivos. No entanto,

isso destaca a necessidade de desenvolvimento contínuo em áreas de competência digital mais complexas.

Porém, os profissionais classificaram seu conhecimento em letramento digital como moderado, apontando alguns motivos para a defasagem: “[...] falta de recursos alocados para apoiar a formação de profissionais de biblioteca; falta de instalações físicas e a escassez de educadores qualificados em TIC[...]” (Baro; Obaro; Aduba, 2019, p. 187).

Utilizando a metodologia de pesquisa adotada por Baro, Obaro e Aduba (2019), Okeji, Tralagba e Obi (2019) empreenderam um estudo detalhado sobre várias dimensões da Alfabetização Digital entre bibliotecários, incluindo: o nível de habilidades de Alfabetização Digital; a competência em proteger conteúdos digitais; os métodos pelos quais os bibliotecários desenvolvem suas habilidades digitais; e os obstáculos enfrentados no processo de aquisição dessas habilidades. Nesta ocasião, a investigação focou exclusivamente em bibliotecas universitárias na Nigéria, por meio de questionários online distribuídos especificamente para essas instituições. Os resultados foram similares:

[...] a maioria dos bibliotecários classificou como muito elevadas as suas competências de pesquisa de bases de dados, envio e recepção de e-mails, carregamento de documentos em plataformas online e competências na utilização de diferentes meios de comunicação social [e] avaliou as suas competências de digitalização; habilidades de desenvolvimento de biblioteca digital; aplicação de novas tecnologias em serviços de biblioteca; habilidades de desenvolvimento de sites de biblioteca e capacidade de criar diferentes formatos de arquivo (*PDF*, *gif*, *bitmap* e *jpg*) como moderado e baixo (Okeji; Tralagba; Obi, 2019, p. 325).

Nos estudos realizados por Baro, Obaro e Aduba (2019) e Okeji, Tralagba e Obi (2019), observou-se que poucos profissionais relataram ter adquirido habilidades de letramento digital durante sua formação em escolas de Biblioteconomia. Este achado levou ambos os grupos de pesquisa a sugerir a necessidade de uma revisão curricular nas instituições de ensino de Biblioteconomia em países em desenvolvimento, visando integrar de maneira efetiva o letramento digital à formação dos futuros bibliotecários. Essa recomendação foi ecoada por A., Sinha e Ugwulebo (2022) em um estudo subsequente que expandiu a análise para incluir Índia e Zâmbia, além da Nigéria. Este estudo adicional enfatizou que, sem investimentos adequados em tecnologia, o aprimoramento das competências digitais permanecerá insuficiente. Os autores destacaram a importância crítica dos bibliotecários na gestão da informação, afirmando: “Os bibliotecários estão na vanguarda da gestão da informação e, sem essas competências, estes gestores ficarão à deriva no vasto mar da explosão informacional que atinge todos os setores.”

Nos estudos mencionados anteriormente, observa-se uma ênfase na avaliação das competências digitais dos bibliotecários, especialmente aquelas habilidades operacionais

cruciais para o desempenho diário de suas funções. Esse enfoque é igualmente evidente no trabalho de Babina, Ermolovich e Bekuzarova (2022), que examinam o corpo de bibliotecários na Biblioteca Científica da Universidade Federal da Sibéria, na Rússia. A pesquisa, estruturada em três fases, busca identificar conceitos chave da Competência Digital, diagnosticar as principais questões enfrentadas pela biblioteca universitária e propor um modelo experimental para o aprimoramento dessas competências na instituição em questão. Os autores concluem que “a presença de um número significativo de colaboradores com competências digitais avançadas confere à organização uma vantagem competitiva notável.” (Babina, Ermolovich e Bekuzarova, 2022, p. 1373).

Atendendo às demandas específicas da Biblioteca Científica da Universidade Federal da Sibéria, foi desenvolvido um modelo inovador destinado ao aprimoramento de habilidades distribuídas em quatro categorias principais: cognitiva, funcional-operacional, motivacional-valorativa e comunicativa. Esse modelo é adaptado para atender às necessidades distintas de quatro perfis profissionais dentro da biblioteca: catalogadores, bibliógrafos, gestores e membros da equipe de serviços. Embora o estudo não ofereça uma análise comparativa dos resultados antes e após a implementação do modelo, os autores sugerem que a abordagem tem potencial para ser "validada e aplicada nas principais universidades do país", indicando sua relevância e aplicabilidade no cenário educacional superior russo (Babina; Ermolovich; Bekuzarova, 2022, p. 1375).

Em um estudo complementar focado na Universidade Federal da Sibéria, Baryshev e colaboradores (2021) examinaram a capacitação dos usuários da biblioteca do ponto de vista do ensino. Validaram a hipótese de que os usuários possuem competências digitais avançadas para a utilização dos recursos informacionais disponíveis, através de uma metodologia tripartida: uma análise teórica sobre Competência em Informação em ambientes digitais e Competência Digital; uma coleta de dados sobre o nível de competências dos usuários, efetuada por meio de um questionário online; e, finalmente, uma fase experimental destinada a fomentar o desenvolvimento dessas competências entre os estudantes. Baryshev e sua equipe (2021) defendem a integração da formação em Competência Digital aos currículos universitários, abrangendo também os programas de pós-graduação. Concluem que, embora a biblioteca possua usuários com habilidades digitais para o aproveitamento de seu espaço, existe um potencial subutilizado que poderia ser explorado por meio do investimento na criação de produtos digitais, na realização de eventos formativos, no desenvolvimento de competências para a utilização das ferramentas da biblioteca, na formação de comunidades como plataformas de comunicação e na oferta de serviços de consultoria especializados.

Rafi, JianMing e Ahmad (2019) empregaram questionários para coletar dados de usuários, destacando o papel crucial das bibliotecas acadêmicas no desenvolvimento de competências digitais dos estudantes e no acesso a bancos de dados e recursos online. A pesquisa, envolvendo estudantes de oito instituições paquistanesas, identificou que, apesar de certas limitações, a fusão de tecnologia com habilidades de Alfabetização Digital tem potencial para elevar o desempenho acadêmico e a integração social dos alunos. Contudo, a ausência de um programa estruturado para a alfabetização informacional e digital nas universidades significa que o progresso dos estudantes em aprimorar suas habilidades depende majoritariamente da autodidática. Uma descoberta significativa aponta que "a frequência da exposição digital dos alunos não é determinante para o desenvolvimento de suas competências tecnológicas, embora possa atuar como um estímulo para tal evolução".

Ferrar (2019) apresenta uma investigação na biblioteca da universidade pública *Virginia Tech*, nos Estados Unidos, abordando o desafio de desenvolver um *framework* compartilhado de Alfabetização Digital para os alunos. O rascunho do quadro teórico foi criado, baseado em trabalhos anteriores, e foram realizados grupos focais para colher *feedback* e identificar áreas de desenvolvimento. O trabalho apresenta uma revisão teórica sobre quadros de letramento e levanta algumas questões relevantes sobre o que eles apresentam.

Ferrar (2019) cita que muitos quadros fazem referência a diferentes tipos de letramento como o informacional, o visual e o midiático, mas poucos dissertam sobre a relação entre essas literacias e como tratá-las como abordagens sobrepostas ou combinadas. Essa é uma questão muito relevante para começarmos a entender o letramento digital como um processo mais complexo, que é “[...] muitas vezes simplificado para abordagens baseadas em competências, particularmente relacionadas com o acesso e utilização de ferramentas digitais.” (Ferrar, 2019, p. 94). Se esta visão simplista se estabelece como verdadeira, consequentemente, as investigações sobre o nível de letramento digital tanto de profissionais quanto de cidadãos, também vão se limitar à quantificação dos acessos e ao nível de capacidade de utilização de ferramentas, como é o caso de muitos materiais coletados nesta revisão. A biblioteca da Universidade *Virginia Tech* propõe um *framework* mais robusto com fortes influências do Quadro de Competência Digital da JISC, “[...] uma empresa sem fins lucrativos no Reino Unido que apoia o ensino, aprendizagem e pesquisa no ensino superior.” (Ferrar, 2019, p. 95). Seis elementos são contemplados por Ferrar (2019):

- proficiência em TIC;
- letramento para informação, dados e mídia;
- criação digital, resolução de problemas e inovação;

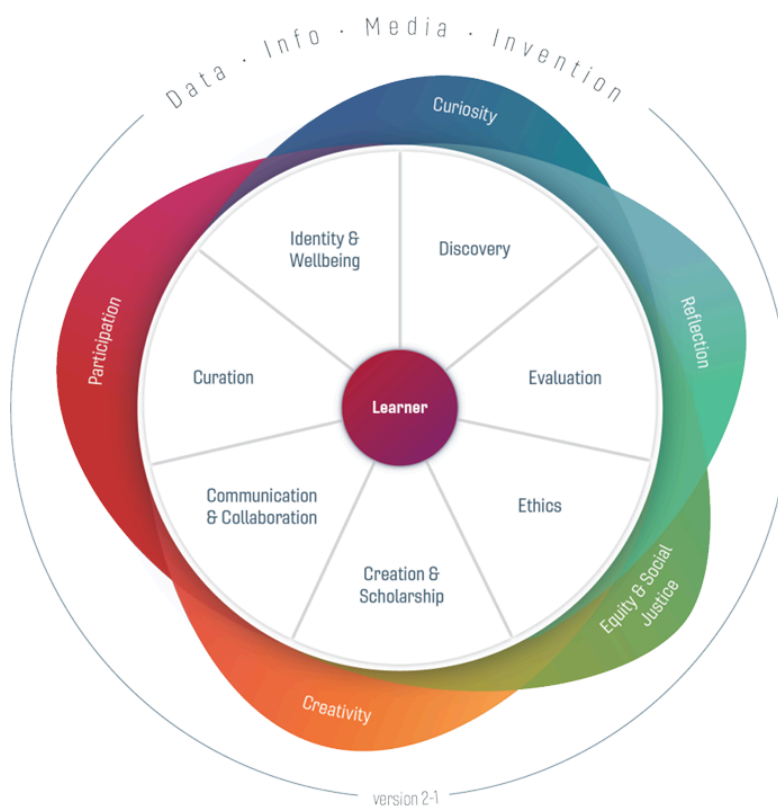
- comunicação, colaboração e participação digital;
- aprendizagem e desenvolvimento digital; e
- identidade digital e bem-estar (Jisc, 2019).

Outros fatores foram consultados e o grupo responsável pela criação do *framework* estabeleceu áreas-chave entre os materiais de referência e que deveriam ser abordados no rascunho do quadro:

- ferramentas: tecnologia de informação e comunicação;
- criação: criação digital, inovação e bolsa de estudos;
- conteúdo: informação, dados, mídia e outras alfabetizações emergentes;
- aprendizagem: aprendizagem digital e autodesenvolvimento;
- interação: comunicação, colaboração e participação; e
- resultado: identidade e bem-estar (Relatório do Grupo de Trabalho sobre Alfabetização Digital, 2016 apud. Ferrar, 2019, p. 96).

A estrutura já revisada (figura 4), pós-coleta de *feedbacks* nos grupos focais, “[...] inclui sete áreas de competência: Identidade e Bem-Estar, Descoberta, Avaliação, Ética, Criação e Bolsa, Comunicação e Colaboração e Curadoria. [...] E cinco valores-chave enquadram as competências: Curiosidade, Reflexão, Equidade e Justiça Social, Criatividade e Participação.” (Ferrar, 2019, p. 102).

Figura 4 - Projeto de estrutura para Alfabetização Digital da Universidade *Virginia Tech*



Fonte: Ferrar, 2019, p. 97.

A segunda versão se tornou um quadro maleável, onde as competências podem se sobrepor e combinar, centrado no usuário e que pode ser adaptado a qualquer instituição. Ferrar (2019, p. 102) afirma que “Os próximos trabalhos incluirão a elaboração de resultados de aprendizagem abrangentes para cada área de competência do quadro”.

Um estudo de caso australiano analisou a biblioteca Hume, localizada no subúrbio da cidade de Melbourne, conhecida por desenvolver programas e serviços de apoio digital nas comunidades locais. O estudo conduzido por Whiteside *et al.* (2022) realizou uma análise abrangente dos programas de Alfabetização Digital tanto em âmbito nacional quanto internacional, revelando que as bibliotecas públicas australianas dispõem de uma diversidade ampla de iniciativas em andamento. O trabalho destaca uma variedade de serviços oferecidos à comunidade, que abrange desde apoio tecnológico individualizado e sessões de capacitação, passando por cursos de Alfabetização Digital em níveis básico e avançado, até a disponibilização de *makerspaces* e o empréstimo de equipamentos. Além disso, aponta para serviços específicos direcionados a segmentos particulares da população, incluindo idosos, comunidades multiculturais e programas especialmente desenvolvidos para atender a comunidades indígenas, de baixa renda e imigrantes. No contexto da biblioteca de Hume, foram realizadas entrevistas semiestruturadas e grupos focais com funcionários, com o propósito de "explorar uma ampla gama de questões sob a ótica dos colaboradores da biblioteca".

Os resultados ajudaram a melhorar os serviços e o quadro de Alfabetização Digital da instituição e mostraram a visão geral dos funcionários sobre os aspectos mais relevantes na aplicação das práticas. Personalização e flexibilidade nas sessões de aprendizado foram enfatizadas, bem como a noção de que esses treinamentos e apoio não podem depender apenas do ambiente online, é preciso uma variedade de meios de acesso para que nenhum participante tenha a aprendizagem prejudicada (Whiteside *et al.*, 2022, p. 395). Embora as iniciativas da biblioteca se concentrem primariamente em indivíduos com habilidades digitais limitadas, as entrevistas enfatizaram que “[...] idealmente, tais esforços deveriam expandir-se para educar o público sobre a onipresença (e potencial manipulativo) da tecnologia em nosso dia a dia, afetando desde nossos padrões de consumo até nossas visões políticas e além” (Whiteside *et al.*, 2022, p. 395).

Compreender as necessidades específicas das bibliotecas é crucial para avaliar o estágio atual da Alfabetização Digital nessas entidades e identificar as medidas necessárias para fortalecê-las com conhecimento e recursos adequados. No entanto, é essencial focar nas necessidades dos usuários e elaborar estratégias que os coloquem no centro das atenções,

garantindo que a Alfabetização Digital alcance os grupos mais vulneráveis e cumpra seu objetivo fundamental de mitigar as desigualdades. Riso *et al.* (2020) direcionaram sua pesquisa para um segmento pouco explorado nas iniciativas de Alfabetização Digital de bibliotecas públicas: as crianças em situação de rua. Enquanto existem numerosos estudos sobre Alfabetização Midiática e Informacional voltados para o público infantil em contextos escolares, especialmente nas áreas de Educação e Comunicação, que se concentram no impacto dos conteúdos midiáticos e na formação para o manejo de mídias digitais, a inclusão de crianças sem-teto nessas discussões representa um campo de atuação inovador e necessário.

Riso *et al.* (2020) procuram responder à questão: “Estamos oferecendo oportunidades para que crianças em situação de rua prosperem na era digital?” Para isso, adotaram duas metodologias de coleta de dados visando obter resultados relevantes. Inicialmente, desenvolveram e disseminaram um questionário online dirigido a bibliotecas situadas em quatro cidades distintas. Complementarmente, realizaram uma entrevista com um bibliotecário de Seattle especializado em serviços para adolescentes. Os dados do questionário revelaram que os programas de Alfabetização Digital frequentemente focam em habilidades básicas de informática e navegação na internet, direcionados primariamente às faixas etárias de 7 a 10 anos e de 11 a 14 anos. A colaboração com escolas públicas emergiu como a forma de parceria mais usual, enquanto limitações orçamentárias e a falta de pessoal se destacaram como os principais empecilhos para a expansão dessas iniciativas. A entrevista com o bibliotecário especializado destacou que a Alfabetização Digital abarca oportunidades de aprendizagem colaborativa e ensino recíproco.

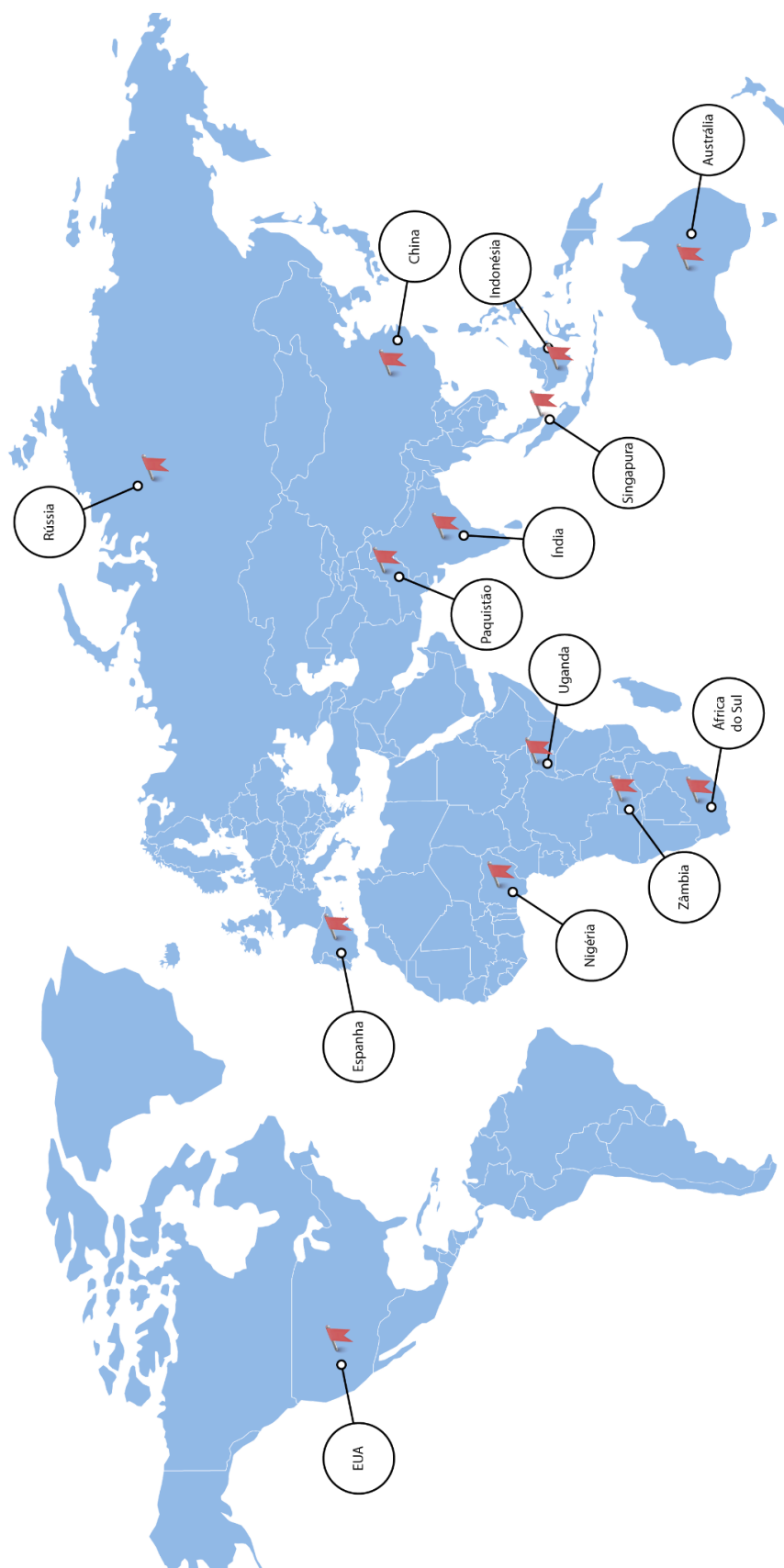
Riso *et al.* (2020) apontam para diversas possibilidades de investigação futura nesse segmento, reconhecendo o compromisso das bibliotecas públicas com o letramento digital. Contudo, observam que, por diversas razões, os serviços oferecidos frequentemente não alcançam os jovens em situação de rua devido à falta de divulgação e programação específica, bem como à comunicação insuficiente entre os bibliotecários e este grupo, impedindo a personalização dos programas às suas necessidades. Por fim, Riso *et al.* (2020) sugerem a necessidade de desenvolver métricas para avaliar a eficácia dos programas de Alfabetização Digital, considerando que o sucesso das ações pode variar significativamente conforme a perspectiva de cada público envolvido.

Enquanto os bibliotecários podem dizer que um programa de Alfabetização Digital bem-sucedido é ensinar as pessoas a usar e-mail e fazer um currículo, os jovens sem-teto podem achar que programas bem-sucedidos ensinam habilidades de mídia

social, codificação ou jogos. Sem essa clareza, uma programação bem intencionada pode errar completamente o alvo (p. 335).

Reconhecendo os desafios impostos pela escassez de recursos nas bibliotecas públicas para implementar programas inovadores de Alfabetização Midiática e Informacional, assim como o desenvolvimento de competências digitais, Rhinesmith e Stanton (2018) dedicam-se a explorar o papel do letramento midiático e a sinergia potencial entre centros de mídia comunitários e bibliotecas públicas. O estudo foca nas contribuições e impactos das iniciativas de alfabetização midiática provenientes desses centros para as comunidades, além de examinar os objetivos e práticas correntes nos centros de mídia comunitários dos Estados Unidos, com o intuito de compreender sua influência sobre os programas de produção de mídia digital em bibliotecas públicas. O propósito central da pesquisa é suprir uma carência na literatura acadêmica a respeito da alfabetização midiática em ambientes bibliotecários públicos, analisando os efeitos dessas iniciativas em centros de mídia comunitários. Os autores concluem que as parcerias estabelecidas entre bibliotecas públicas e centros de mídia comunitários são vantajosas, pois permitem o compartilhamento de experiências e recursos, minimizando redundâncias e esforços duplicados.

Figura 5 - Mapa de estudos relacionados à Alfabetização Digital coletados na revisão sistematizada.



Fonte: Da autora, 2024.

5. AÇÕES EM BIBLIOTECAS PÚBLICAS – LEVANTAMENTO E ANÁLISE

Com o intuito de trazer parâmetros para os tipos de ações que podem ser realizadas e analisar o que vêm sendo feito em bibliotecas públicas pelo mundo, foram selecionados 28 exemplos de instituições, bibliotecas ou redes, em 5 continentes do mundo. Conforme citado no capítulo sobre os caminhos metodológicos, o levantamento não teve caráter exaustivo e objetivou destacar ações relacionadas à Alfabetização Digital a fim de utilizá-las como exemplo para possíveis ações em bibliotecas públicas brasileiras. As atividades foram extraídas dos websites das próprias instituições. A seleção se deu da seguinte forma (quadro 7):

Quadro 7: Bibliotecas e suas respectivas ações de Alfabetização Digital

| País | Biblioteca | Programa | Ações | Quadro Relacionado ao País |
|----------------------|-------------------------------------|--|---|--|
| África do Sul | Bibliotecas públicas de Joanesburgo | Divisão de Serviços <i>eLearning</i> | <ul style="list-style-type: none"> . Redesenho dos espaços . eWorld (projeto Acesso Público à Internet) . Formação em tecno-alfabetização . Alfabetização móvel (Alfabetização Midiática e Desinformação, Internet Segura e Uso de Wi-fi, Atividades de Leitura, Escrita e Storytelling) . Alfabetização digital e desenvolvimento de competências (Programa Highlight : Alfabetização Digital para Cidadãos Senior) | <ul style="list-style-type: none"> . Agenda 2030 . Joburg 2040 – Growth and Development Strategy |
| Alemanha | Associação Alemã de Bibliotecas | Rede de Alfabetização Midiática de Bibliotecas | <ul style="list-style-type: none"> . Oficina de Desintoxicação Digital (Biblioteca Municipal de Paderborn) . Ajuda digital (Centro de Mídia de Munique do JFF) . <i>Fake Hunters</i> (Análise crítica de fake news através de jogos - Biblioteca Schleswig-Holstein) . <i>TruthTellers</i> – Confie em mim, se você puder (Alfabetização informacional de forma holística - Instituto de Educação para a Mídia Berlim) | <ul style="list-style-type: none"> . DigComp . Digital Strategy 2025 |
| Austrália | Geelong Library & Heritage Centre | Programa "Play & Learn Computers" - Construção de habilidades digitais | <ul style="list-style-type: none"> . Como usar os sites do governo . Golpes e Internet Segura . Introdução ao myGov . Tecnologia e sua saúde . Mouse e Teclado Básico . Alfabetização Digital para Idosos | <ul style="list-style-type: none"> . Be Connected (The Digital Literacy for Older Australians Program - Governo da Austrália) . Australian Digital Capability Framework (Governo da Austrália) |

| País | Biblioteca | Programa | Ações | Quadro Relacionado ao País |
|------------------|--|---|---|--|
| Austrália | Bibliotecas de Cockburn | Programas para Adultos : "Tech Help – One-on-one" | Ajuda de tecnologia básica: <ul style="list-style-type: none"> . Primeiros passos com e-books e audiolivros . Processamento de texto básico . Configurando uma conta de e-mail . Facebook básico . Ajuda básica para instalar aplicativos em seu telefone ou tablet | <ul style="list-style-type: none"> . Be Connected (The Digital Literacy for Older Australians Program - Governo da Austrália) . Australian Digital Capability Framework (Governo da Austrália) |
| Austrália | Biblioteca Marrickville | Programa "Digital Learning: Tech Savvy Seniors" | Oficinas: <ul style="list-style-type: none"> . Computador . Internet . Email . Social Media . Tablets/Smartphones . Segurança Cibernética | <ul style="list-style-type: none"> . Be Connected (The Digital Literacy for Older Australians Program - Governo da Austrália) . Australian Digital Capability Framework (Governo da Austrália) |
| Austrália | Biblioteca Parramatta | Programa "Digital Learning: Tech Savvy Seniors (+55)" | Oficinas: <ul style="list-style-type: none"> . Aula de Informática para Iniciantes . Introdução ao email e redes sociais . Introdução a tablets | <ul style="list-style-type: none"> . Be Connected (The Digital Literacy for Older Australians Program - Governo da Austrália) . Australian Digital Capability Framework (Governo da Austrália) |
| Austrália | Biblioteca Estadual de Queensland | Bibliotecas públicas conectadas | <ul style="list-style-type: none"> . Programa de Inclusão Digital . Comunidades Digitais Mortais . Comunidades experientes em tecnologia . Alfabetização digital em saúde . Torne-se um mentor digital do Be Connected . Idosos experientes em tecnologia | <ul style="list-style-type: none"> . Be Connected (The Digital Literacy for Older Australians Program - Governo da Austrália) . Australian Digital Capability Framework (Governo da Austrália) |
| Austrália | Bibliotecas Hume | Eventos da Biblioteca | <ul style="list-style-type: none"> . Informática Básica (Aula de informática para iniciantes) . SOS Tech SOS para adultos (e-mails, mídias sociais, mapas, compartilhamento de fotos, compras online, acesso a serviços de governo online e reconhecimento de fraudes). | <ul style="list-style-type: none"> . Be Connected (The Digital Literacy for Older Australians Program - Governo da Austrália) . Australian Digital Capability Framework (Governo da Austrália) |
| Bélgica | Biblioteca Pública de Mechelen Het Predikheren | Programa "Digidokters" | <ul style="list-style-type: none"> . Voluntários experientes em mídia que estão disponíveis na biblioteca todos os meses para ajudar qualquer pessoa com dúvidas digitais. | <ul style="list-style-type: none"> . DigComp . Belgium - Digital Wallonia 2019-2024 Strategy . The national and intersectoral strategy "Women in Digital 2021-2026" |
| Brasil | Biblioteca Parque Villa-Lobos | Programa "Tecnologia Dia a Dia" | <ul style="list-style-type: none"> . Curso de Informática e Oficina de Smartphones e Redes Sociais (60+) | Agenda 2030 |

| País | Biblioteca | Programa | Ações | Quadro Relacionado ao País |
|------------------|--|--|--|---|
| Brasil | Biblioteca Pública do Espírito Santo “Levy Curcio da Rocha” | Projeto Social Alfabetização Digital para Mulheres | . Curso de 16h sobre Alfabetização Digital para Mulheres com o seguinte conteúdo: <ul style="list-style-type: none"> • Informática básica • Pacote Office Básico (Word, PowerPoint e Excel) • Orientações na utilização de smartphones | Agenda 2030 |
| Canadá | Biblioteca Pública de Brandon (Bibliotecas Regionais de Manitoba) | Programa "Digital Creators" | . Atividades de Alfabetização Digital, robótica e codificação. | . MediaSmarts - Programa Jovens Canadenses em um Mundo Sem Fio (YCWW) . Digital Literacy Model of Media Smarts . The BC Digital Literacy Framework |
| Colômbia | Biblioteca Pública Centro Occidental e Biblioteca Piloto (Sistema de Bibliotecas Públicas de Medellin) | Eventos da Biblioteca | . Oficina de Alfabetização Digital para adultos . Oficina de Excel básico | Estratégia Nacional Digital 2023-2026 |
| Dinamarca | Biblioteca Pública Dokk1 (Bibliotecas de Aarhus) | Eventos da Biblioteca | . Café de TI da Gellerup: Ajuda para pequenos e grandes problemas online, PC, tablet e celular. . Brincadeira Digital para Crianças e Famílias: Compreensão da tecnologia para crianças | . DigComp . Digital Growth Strategy 2025 . National Strategy for Digitalization 2022-2026 . National Strategy for Cyber and Information Security 2022-2024 |
| Dinamarca | Biblioteca Gellerup | Eventos da Biblioteca | Café de TI da Gellerup : Ajuda para pequenos e grandes problemas online, PC, tablet e celular. | . DigComp . Digital Growth Strategy 2025 . National Strategy for Digitalization 2022-2026 . National Strategy for Cyber and Information Security 2022-2024 |
| Espanha | Biblioteca Sant Gervasi - Joan Maragall | Eventos da Biblioteca | . Formação básica em TIC: oficinas de curta duração para descobrir, conhecer e aprender a utilizar ferramentas digitais. | . DigComp . Digital Spain Agenda 2026 (Plan Nacional de Competencias Digitales) . National Plan for Digital Skills |

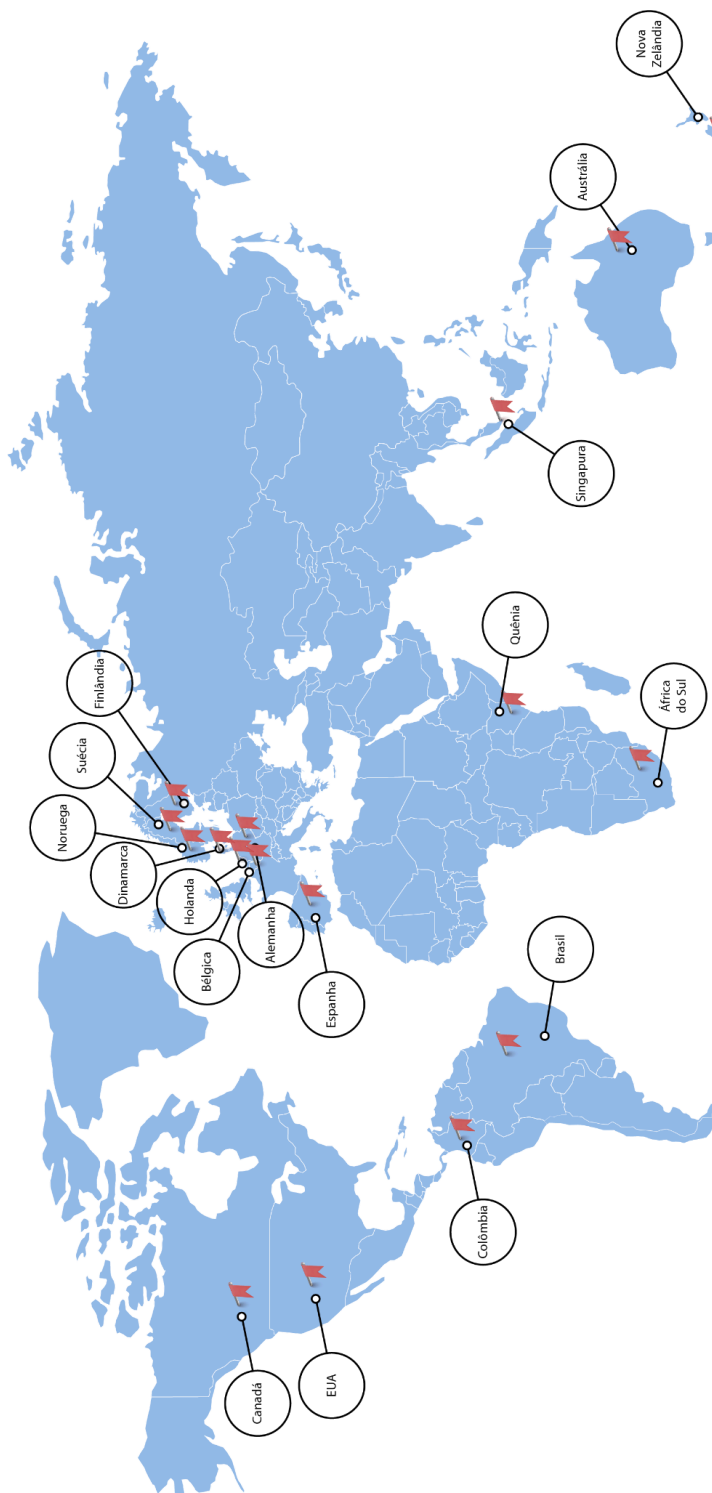
| País | Biblioteca | Programa | Ações | Quadro Relacionado ao País |
|-----------------------|-----------------------------------|---|--|---|
| Espanha | Biblioteca Gabriel García Márquez | Eventos da Biblioteca | <p>. Suporte à TIC: Serviço de aconselhamento aos utilizadores de tecnologias de informação onde são prestadas consultas sobre pesquisa de informação na Internet, envio de correio electrónico, elaboração de documentos escritos, folhas de cálculo, retoque de imagens, etc.</p> <p>Cursos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conheça o seu nível de habilidades digitais • Você conhece seu smartphone ou tablet. • Como configurar e proteger seu smartphone ou tablet • Não fique sem memória no seu celular • Instalar e desinstalar aplicativos • Organize o seu dia-a-dia com o seu celular • Encontre seu caminho e planeje suas viagens com o Google Maps • Introdução ao e-mail • Usar a nuvem • Ferramentas do Google para uso diário • Procedimentos com a Administração e certificados digitais • Aprenda a gerenciar sua privacidade e segurança na Internet • Gerencie sua privacidade e segurança online | <p>. DigComp</p> <p>. Digital Spain Agenda 2026 (Plan Nacional de Competencias Digitales)</p> <p>. National Plan for Digital Skills</p> |
| Estados Unidos | Biblioteca Pública de Chicago | Programa "Chicago Digital Learn" - Cursos de Habilidades Digitais | <p>Cursos:</p> <ul style="list-style-type: none"> . Básico . Segurança Online . Produtividade . Trabalho . Social . Compras . Dispositivos Móveis . Saúde Online . Conectividade Acessível | <p>. Connect Illinois</p> <p>. Digital Literacy Framework for Adult Learners of Maryland</p> |
| Estados Unidos | Biblioteca Pública de Missoula | Eventos da Biblioteca | Grupo de Usuários do Windows 11: demonstrações e discussões de recursos específicos, seguidas por discussões abertas com perguntas e respostas. | <p>. Digital Opportunity Plan of Montana</p> <p>. Digital Literacy Framework for Adult Learners of Maryland</p> |
| Finlândia | Biblioteca Central Oodi | Associação Enter (Idosos interessados em tecnologias de informação e comunicação) | . Orientação digital de sênior para sênior - ajuda para usar um computador, tablet ou smartphone. | DigComp |

| País | Biblioteca | Programa | Ações | Quadro Relacionado ao País |
|----------------------|--|---|--|--|
| Holanda | Biblioteca School 7 de Den Helder | Eventos da Biblioteca | . Ponto de informação governamental digital . Acesso ao governo digital . Horário de consulta para dúvidas digitais . Clique e toque (Noções básicas sobre o uso do computador e da Internet) | . DigComp . Dutch Digitalisation Strategy 2.0 |
| Holanda | Biblioteca LocHal | Programa "Senior Web" - cursos online Eventos da Biblioteca | . Clique e toque (Noções básicas sobre o uso do computador e da Internet). DigiCafé . Horário de consulta 'Ajuda com sites governamentais' . Horário de consulta para dúvidas digitais | . DigComp . Dutch Digitalisation Strategy 2.0 |
| Noruega | Biblioteca Pública de Oslo | Eventos da Biblioteca | . Orientação de Dados: Ajuda com computador, tablet ou celular. | DigComp |
| Nova Zelândia | Devonport Library (Bibliotecas da Tasmania) | Programa de computação e tecnologia "Habilidades digitais para a vida diária " | . Noções básicas de Internet . Noções básicas de dispositivos Apple ou Android . Noções básicas de segurança eletrônica . Noções básicas de e-mail . Conectando-se a outras pessoas . Noções básicas de mídia social . Aprenda habilidades digitais on-line | 2020 Digital Inclusion Action Plan |
| Nova Zelândia | Tūranga - Biblioteca Central de Christchurch | Programa de Informática 65+ "Better Digital Futures for Seniors" | . Oficina Habilidades Digitais para Idosos . Sessões de atendimento Ajuda para Tecnologias . Atendimento <i>GenConnect</i> | 2020 Digital Inclusion Action Plan |
| Quênia | Biblioteca Nacional do Quênia | Programa "Competências digitais essenciais para o mundo do trabalho" | . Treinamento básico em informática . Oficina sobre privacidade digital para jovens . Programa de formação em TIC de 3 meses . Programa de formação em competências básicas de design . Programa de formação em literacia digital para educar os jovens em competências digitais essenciais. . Treinamento de marketing digital | The Kenya National Digital Master Plan 2022-2032 |
| Singapura | Biblioteca Regional de Tampines | Programa "Futuro do trabalho" | . Cibersegurança do zero . Introdução à Segurança da Informação | ASEAN's Digital Framework |
| Suécia | Bibliotecas Municipais de Estocolmo | Eventos da Biblioteca | . Quer saber como funciona o seu celular? (Biblioteca de Östermalm) . Curso de programação para crianças (Biblioteca Farsta) | . DigComp . Digital Development Strategy |

Fonte: Da autora, 2024.

A figura 6 demonstra a disposição das bibliotecas coletadas no mapa mundial a fim de exibir suas localizações geográficas.

Figura 6 - Localização geográfica das ações coletadas.



Fonte: Da autora, 2024.

No geral, as ações são voltadas para a Alfabetização Digital e o desenvolvimento de habilidades tecnológicas entre diferentes públicos. As atividades mais realizadas, baseando-se na frequência e variedade das atividades mencionadas, incluem:

- **Oficinas e Cursos de Alfabetização Digital:** Desde a introdução ao uso de computadores, e-mails e redes sociais até oficinas específicas sobre segurança na internet, produtividade e uso de dispositivos móveis.
- **Ajuda Técnica e Orientação:** Serviços oferecidos por voluntários experientes ou consultas especializadas para resolver dúvidas digitais, configurar dispositivos ou melhorar o uso de ferramentas digitais.
- **Workshops de Segurança na Internet e Uso Seguro de Dispositivos:** enfatizam a importância da segurança online, apresentando tópicos como "Golpes e Internet Segura" e "Cibersegurança do zero".
- **Programas de Inclusão Digital:** Destinados a públicos específicos, como idosos, mulheres e crianças, visando reduzir a exclusão digital e promover o acesso equitativo às tecnologias de informação.
- **Desenvolvimento de Habilidades em Ferramentas Digitais Específicas:** Cursos focados em ferramentas produtivas, como o Pacote *Office*, e plataformas digitais, como *Google Maps* e serviços de nuvem.

A partir dessas ações é possível inferir que existe um forte enfoque em:

- **Educação Continuada:** As atividades são projetadas para atender a uma ampla gama de habilidades, desde iniciantes até usuários mais avançados.
- **Segurança e Conscientização Digital:** Há um reconhecimento da importância da segurança online e do uso responsável da internet como parte essencial da Alfabetização Digital.
- **Inclusão e Acessibilidade:** Programas são direcionados a grupos que podem enfrentar barreiras ao acesso tecnológico, como idosos e mulheres.
- **Futuro do Trabalho:** Há preocupação com o treinamento e adaptação de crianças, jovens e adultos em ferramentas especializadas para o mercado de trabalho atual e futuro.

Ao localizar as atividades no Quadro Europeu de Competência Digital para Cidadãos (DigComp), um dos mais completos voltados à instrução para Alfabetização Digital, entende-se que as ações coletadas atingem as cinco áreas de competências do *framework*:

- **Área 1 - Literacia de informação e de dados:** nas oficinas e cursos de informática básica, que permitem entre outros, “[...] identificar como organizar, armazenar e recuperar dados, informação e conteúdo de forma simples em ambientes digitais, reconhecer onde organizá-los de forma simples num ambiente estruturado[...]” (Lucas; Moreira; Trindade, 2022, p. 13);
- **Área 2 - Comunicação e colaboração:** capacidades trabalhadas em quase todas as áreas das atividades coletadas. Na educação continuada e na inclusão digital, promove, através de cursos de informática, redes sociais e internet, a possibilidade de “Identificar serviços digitais simples para participar na sociedade[...]” (Lucas; Moreira; Trindade, 2022, p. 19), assim como nas sessões de atendimento e ajuda para dúvidas digitais, ajudam o usuário a “Reconhecer tecnologias digitais apropriadas simples para partilhar dados, informação e conteúdo digital[...]” (Lucas; Moreira; Trindade, 2022, p. 17), além proporcionar a capacidade de “Selecionar tecnologias digitais simples para interagir [...]” (Lucas; Moreira; Trindade, 2022, p. 15). Na área do futuro do trabalho, as oficinas de ferramentas específicas, como por exemplo, Excel Básico ou ferramentas Google para uso diário, ajudam o sujeito a ser capaz de “[...] utilizar as ferramentas digitais mais apropriadas no trabalho (por exemplo, Dropbox, Google Drive, wiki)[...]” (Lucas; Moreira; Trindade, 2022, p. 22).
- **Área 3 - Criação de conteúdo digital:** uma das áreas menos trabalhadas entre as atividades coletadas, pode ser visualizada nas oficinas de programação para crianças e em projetos como o “*Digital Creators*” do Canadá, que oferece instruções de robótica e codificação. Esses programas proporcionam a capacidade de “Listar instruções simples para um sistema informático resolver um problema simples ou executar uma tarefa simples.” (Lucas; Moreira; Trindade, 2022, p. 33).
- **Área 4 - Segurança:** a importância dessa competência é trabalhada nas oficinas e programas de segurança cibernética. Desenvolvê-la capacita o sujeito para proteger seus dispositivos e seus dados pessoais, além de seu bem-estar e proteção do meio ambiente. A oficina de “Desintoxicação Digital” oferecida nas bibliotecas da Associação Alemã de Bibliotecas, pode contribuir para a produção da saúde e bem-estar pessoal e ajudar o sujeito a “Distinguir formas simples de evitar riscos para a saúde e ameaças ao bem-estar físico e psicológico ao utilizar tecnologias digitais[...]” (Lucas; Moreira; Trindade, 2022, p. 39).

- **Área 5 - Resolução de problemas** - os encontros de ajuda e orientação técnica contribuem com a capacitação em “Identificar problemas técnicos simples ao operar dispositivos e ao utilizar ambientes digitais [...] (Lucas; Moreira; Trindade, 2022, p. 43), em paralelo, oficinas de informática básica e letramento em TIC ajudam a “Reconhecer onde a própria competência digital necessita de ser melhorada ou atualizada [...] (Lucas; Moreira; Trindade, 2022, p. 49).

As pesquisas analisadas na revisão sistematizada e as iniciativas práticas de Alfabetização Digital implementadas em bibliotecas específicas mostram uma interseção significativa, evidenciando um compromisso com a inclusão e a acessibilidade digitais. Destacam-se, por exemplo, os diversos programas voltados à inclusão digital de adultos acima de 55 anos e os cursos de informática básica, predominantes entre as atividades realizadas. Tais esforços refletem uma clara preocupação em superar as barreiras à inclusão digital.

Além disso, os estudos abordados exploram temas como a dificuldade de acesso digital para idosos em áreas rurais e as variações no uso de tecnologias digitais entre adultos de meia idade e idosos, em comparação com outras faixas etárias. Essas análises contribuem para um entendimento mais profundo sobre a inclusão digital e a necessidade de diminuir o fosso digital, especialmente em contextos marcados por obstáculos tecnológicos e vulnerabilidades informacionais.

Através de cursos e oficinas de informática básica, como primeiro acesso a computadores, celulares e internet e uso de ferramentas de governo como site, aplicativos e criação de email pessoal, programas como *Digital Learning: Tech Savvy Seniors* da Austrália e *Better Digital Futures for Seniors* da Nova Zelândia alcançam importantes objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) como:

Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos, Objetivo 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles e Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis (IFLA, 2016).

As atividades propostas são notavelmente diversificadas e direcionadas a uma ampla gama de públicos, incluindo crianças, mulheres, idosos e a população adulta de modo geral. Esta abordagem inclusiva evidencia um compromisso firme com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente no que tange à promoção da inclusão e da equidade. Destaca-se, neste contexto, o Objetivo 5, que visa "Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas", refletindo o esforço contínuo para garantir

que o acesso e o benefício das tecnologias digitais sejam equitativos e universais (IFLA, 2016).

Quanto às estratégias implementadas, percebe-se uma gama de ações que variam desde iniciativas simples e específicas, como a incorporação de oficinas temáticas nos calendários de eventos das instituições, até projetos mais complexos e estruturados. Estes últimos ganham particular destaque em países como África do Sul, Austrália e Espanha, demonstrando um compromisso robusto e multifacetado com a promoção da Alfabetização Digital.

A rede de bibliotecas públicas de Johannesburg, a maior metrópole da África do Sul, destaca-se como um exemplo de sucesso em iniciativas de Alfabetização Digital. Sete anos atrás, esta rede estabeleceu uma divisão dedicada ao e-learning, com a missão de desenvolver estratégias alinhadas com as diretrizes de cidades inteligentes e que apoiassem a visão estratégica de crescimento e desenvolvimento urbano delineada no “*Joburg 2040 – Growth and Development Strategy*”. Os desafios mais significativos incluem desemprego, pobreza, disparidades educacionais, restrições no acesso e na disponibilidade de tecnologia, corrupção, crise energética, condições econômicas adversas e questões migratórias (SisEB São Paulo, 2023). As oficinas revelam resultados promissores, sublinhando a relevância e a urgência dessas iniciativas. Em particular, nas sessões dedicadas à Alfabetização Digital com dispositivos móveis, sobressaem testemunhos de participantes que, até participarem, nunca haviam interagido com um tablet (SisEB São Paulo, 2023).

A Austrália, frequentemente reconhecida como finalista no Prêmio de Biblioteca do Ano pela IFLA, sobressai pela rica variedade e quantidade de atividades digitais oferecidas em suas bibliotecas, destacando-se ainda pela implementação do Be Connected, um programa nacional voltado para o letramento digital de cidadãos mais velhos. Especificamente, a rede de Bibliotecas de Hume, em Melbourne, foi realçada em análises prévias por oferecer um amplo espectro de programas e serviços de suporte digital que beneficiam as comunidades locais. Esse compromisso com a inclusão digital é evidente na ampla gama de programas oferecidos pelas bibliotecas australianas, abrangendo desde o ensino do uso de aplicativos e websites governamentais para acesso a serviços públicos até a promoção da saúde por meio da tecnologia.

Com relação ao planejamento e a aplicação de políticas públicas em prol da Alfabetização Digital, a rede de bibliotecas públicas municipais de Barcelona é um dos maiores exemplos. Segundo o Plano Diretor Bibliotecas de Barcelona 2030 (Consortio de Bibliotecas de Barcelona, 2023):

As bibliotecas de Barcelona, de propriedade municipal, fazem parte da Rede de Bibliotecas Municipais do distrito de Barcelona, pelo que o modelo de serviço e a gestão são promovidos em conjunto com a Câmara Municipal de Barcelona e o Conselho Provincial de Barcelona, as duas administrações que constituem o Consórcio de Bibliotecas de Barcelona (2023, p. 8).

Em 2023, a rede abrangia 40 unidades, destacando-se entre elas a Biblioteca Gabriel García Márquez, laureada com o prêmio Biblioteca do Ano. Orientadas pelo “*Plan Director de Bibliotecas de Barcelona 2030*”, as iniciativas se harmonizam tanto com o quadro teórico europeu DigComp quanto com estratégias nacionais como a Digital Spain Agenda 2026, o *National Plan for Digital Skills* e a Carta de Direitos Digitais, esta última introduzida pelo governo espanhol em 2021.

O Plano Diretor delinea estratégias e práticas destinadas a contribuir para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, atribuindo especial importância à Alfabetização Digital, especialmente no que tange às competências digitais básicas e transversais. Essa ênfase no letramento digital básico e inclusivo, projetado para persistir até 2030, reflete-se nas atividades promovidas pelas Bibliotecas de Barcelona. Oficinas como “*Instalar e desinstalar aplicativos*”, “*Organize o seu dia-a-dia com o seu celular*” e “*Encontre seu caminho e planeje suas viagens com o Google Maps*” evidenciam o empenho em garantir que o acesso e a utilização das tecnologias estejam ao alcance de todos os cidadãos. Além disso, o plano antecipa a ampliação dessas iniciativas para abranger outras áreas, incluindo o desenvolvimento do pensamento crítico e habilidades de avaliação:

No capítulo da literacia digital, temos trabalhado intensamente com a Barcelona Activa e outras entidades para oferecer um catálogo de formação básica que sirva toda a população, especialmente as pessoas em maior risco de exclusão digital, como idosos, desempregados etc. Paralelamente, tem-se trabalhado no sentido de formar o espírito crítico da população mais jovem, para que saibam diferenciar entre informação segura e as chamadas notícias falsas, que se espalham facilmente na Internet (Consortio de Bibliotecas de Barcelona, 2023, p. 20).

Alguns *frameworks* também apresentam a classificação de proficiência das competências por níveis, no caso do DigComp, são quatro: básico, intermediário, avançado e altamente especializado (Lucas; Moreira; Trindade, 2022). Na coleta realizada identificou-se poucas atividades de nível avançado e nenhuma de nível altamente especializado.

Nos programas *Fake Hunters* e *Truth Tellers*, da Associação Alemã de Bibliotecas, identifica-se um objetivo de nível avançado para a competência Avaliação de Dados, Informação e Conteúdo Digital, da área de Literacia de Informação e Dados. A proposta dos projetos vai de encontro com “Avaliar criticamente a credibilidade e fiabilidade das fontes de dados, informação e conteúdo digital” (Lucas; Moreira; Trindade, 2022, p. 13).

No âmbito do projeto "Alfabetização Digital para Mulheres", promovido pela Biblioteca Pública do Espírito Santo, no Brasil, destaca-se o enfoque avançado na competência de "Proteção da Saúde e do Bem-estar", dentro do domínio da Segurança. Este programa visa empoderar as participantes com conhecimentos para “[...] adaptar as formas mais apropriadas de me proteger a mim e aos outros dos perigos em ambientes digitais [...] variar a utilização de tecnologias digitais para o bem-estar e inclusão sociais” (Lucas; Moreira; Trindade, 2022, p. 13). Contudo, o projeto foi realizado nos anos de 2018 e 2019 (Espíndola e Moreira, 2020, p. 175) e não foram encontradas atividades de Alfabetização Digital nas mídias da biblioteca atualmente.

Reconhece-se que os esforços em Alfabetização Digital são relativamente novos, e o letramento digital representa um processo evolutivo. Dessa forma, persistem lacunas nas ofertas de Alfabetização Digital, especialmente nos níveis intermediário e avançado, destacando a necessidade contínua de desenvolvimento e expansão dessas iniciativas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo foi elaborado a partir da **hipótese** de que a biblioteca pública é a instituição adequada para o desenvolvimento de práticas de Alfabetização Digital, acreditando-se que essas atividades ajudam a mitigar o fenômeno da exclusão digital que está em constante crescimento na maior parte do mundo. Enquanto centro social, a biblioteca pública alcança parcelas da comunidade que outras instituições não alcançam por falta de interesse ou estrutura. A partir dessa premissa, teorizou-se que barreiras como falta de investimento em políticas públicas, de treinamento profissionalizante e falta de planos de desenvolvimento digital específicos, poderiam ser algumas das causas que impedem que projetos de Alfabetização Digital se disseminem por meio das bibliotecas públicas.

O processo de validação dessa hipótese se deu pelo cumprimento de objetivos específicos que compõem o objetivo geral deste trabalho de diagnosticar se as bibliotecas públicas estão implementando os princípios e diretrizes estabelecidos pela literatura acadêmica e pelos planos estratégicos de Alfabetização Digital, competência reconhecida na Agenda 2030 da ONU como objetivo de desenvolvimento sustentável.

No primeiro passo, a realização do levantamento bibliográfico das terminologias e dos conceitos apresentados permitiu estabelecer a diferença entre Alfabetização (ou letramento) Digital e Competência Digital. Identificou-se que os quadros teóricos de alfabetização optam por chamar de competências as habilidades necessárias para ser letrado digitalmente. Estas competências são mapeadas de forma a contemplar diversos aspectos da vivência digital, como por exemplo, ser capaz de identificar fontes de informação confiáveis, ser capaz de identificar e entender ameaças cibernéticas ao utilizar um sistema virtual, se valer de boas práticas em ambiente online de trabalho ou estudo, entre outros.

Ao levantar os objetivos e responsabilidades da biblioteca pública na sociedade atual, a fim de traçar um paralelo com as contribuições possíveis dentro das camadas da Alfabetização Midiática e Informacional, **uma das problemáticas secundárias do trabalho foi respondida**. Constatou-se o compromisso das bibliotecas, a nível global, em fazer parte do plano de ação de cumprimento dos ODS da Agenda 2030, assim como mostrou-se emergente o pensamento da biblioteca como centro social, uma das funções essenciais da biblioteca enquanto local de suporte ao cidadão. Não se mostrou explicitamente direto o interesse das bibliotecas em ações específicas de Alfabetização Digital, mas tanto a Agenda 2030, quanto os planos nacionais de digitalização de alguns países, demonstram a

preocupação com o processo de Alfabetização Digital e isso acaba se refletindo em mais atividades voltadas às competências digitais nas bibliotecas públicas.

Nesse sentido, após o levantamento bibliográfico houve maior compreensão de que o histórico de desenvolvimento da biblioteca pública em cada país impacta na expectativa sobre as suas responsabilidades e funções no imaginário social. No Brasil, por exemplo, seu histórico é moldado por um pensamento elitista e colonialista que pensava as coleções para a coroa e não para o povo, seguido de uma função educativa e de apoio à escola, já que as bibliotecas escolares não têm um histórico de incentivo público. Assim, hoje não é comum para o cidadão brasileiro entender a biblioteca pública como um local de troca, isso talvez dificulte a prática das atividades de Alfabetização Digital que são essencialmente colaborativas. Para a mudança de um paradigma tão estruturado, se vê necessário fortes políticas públicas de apoio à biblioteca pública, entendendo-a como pilar essencial de apoio à cidadania.

Esse apoio é visualizado em políticas governamentais como da Espanha, país comprometido com o cumprimento de planos globais como a Agenda 2030 desde o marco de sua publicação e com sólidas políticas públicas digitais nacionais, regionais e locais. O caso da rede de Bibliotecas de Barcelona se destaca por possuir projeto próprio de desenvolvimento sustentável alinhado às estratégias de cidade inteligente em desenvolvimento no país.

No Brasil há perspectivas para o aumento de práticas de Alfabetização Digital e de um melhor aproveitamento das bibliotecas para os próximos anos, mesmo que isso implique uma mudança estrutural. Alguns indícios são positivos, como o trabalho que a FEBAB segue fazendo em apoio a Agenda 2030, lançando anualmente um relatório que posiciona o país no caminho de cumprimento dos ODS; o lançamento da Semana Brasileira de Educação Midiática e do “Estudo do Valor Social das Bibliotecas Públicas do Brasil” e a escolha da UNESCO pela cidade do Rio de Janeiro como Capital Mundial do Livro em 2025. Esses fatores podem não ser decisivos para efetivar políticas públicas que beneficiem toda a população, mas servem de incentivo para o avanço nas discussões sobre o tema e em práticas mais inclusivas e assertivas.

A revisão sistematizada em banco de dados científicos permitiu traçar um panorama sobre o estado da arte da Alfabetização Digital, midiática e informacional no mundo. Foi essencial para encontrar variadas formas de aplicação do letramento digital em diferentes tipos de sociedade e perceber a crescente preocupação com a exclusão digital de grupos oprimidos, comunidades excluídas ou afastadas e até mesmo com faixas etárias antes não

priorizadas, como adultos de meia idade e idosos. **A problemática primária levantada** a respeito do avanço mundial da discussão sobre Alfabetização Digital para além do acesso, se comprovou relevante. Algumas nações avançaram na discussão sobre Alfabetização Digital no sentido de comprovar e sanar o crescente aumento da exclusão digital por diversos motivos.

Foi identificado que a exclusão digital pode se dar por faixa etária, como por exemplo, de adultos e idosos que não foram capacitados para usufruir de tecnologias como computador, celular, sites e redes sociais e perdem acesso à informações e direitos relevantes como os provenientes de serviços públicos. De jovens que, por falta de capacitação crítica, não conseguem discernir a nível cognitivo, o que é um conteúdo relevante e verdadeiro. Ou ainda, de adultos de meia idade que perdem espaço no mercado de trabalho por falta de capacitação digital. A exclusão também pode se dar por dificuldades geográficas, a partir do momento que o acesso à internet e capacitação tecnológica não atinge áreas rurais ou povoados distantes dos grandes centros, como tribos indígenas ou comunidades ilhadas. Fator que também pode impactar moradores de favelas e bairros afastados em países como o Brasil.

Identificou-se que esses mecanismos que culminam na marginalização, discriminação ou restrição de acesso a oportunidades, recursos e direitos para certos grupos são temas recorrentes de artigos científicos da área. Foram destacados 13 países com algum tipo de ação relacionada à Alfabetização Digital nos 5 continentes povoados do mundo.

Os trabalhos analisados discorrem sobre a emergência do tema e discutem a direção futura do letramento digital e sobre a aplicação de quadros teóricos no combate de questões sociais emergentes como a exclusão de cidadãos do mercado de trabalho digitalizado e a desigualdade digital. Em países desenvolvidos, nota-se uma curva exponencial em trabalhos focados no aprendizado digital de idosos e de adultos de meia idade, quando antes, o foco era essencialmente em crianças e jovens. A Indonésia se destacou pela quantidade de materiais produzidos fora do eixo de produção científica da Europa e Estados Unidos e se mostrou um referencial para estudos em países em desenvolvimento. Em sua maioria, os projetos tentam identificar pontos críticos e levantar possibilidades de melhoria, que em sua maioria envolvem participação do poder público.

A importância da Alfabetização Digital foi constatada por meio do interesse de grandes nações no desenvolvimento de planos teóricos e políticas públicas sobre o tema. Porém, nota-se que o Brasil seguiu um caminho contrário nos últimos anos, se distanciando de países como a Espanha, Austrália e África do Sul no que se refere à iniciativas para

incorporar medidas de competência digital e até mesmo de outros Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

Modelos e cases de bibliotecas públicas ao redor do mundo foram levantados a fim de quantificar e qualificar o fomento às atividades de competências digitais. Dezesete países foram referenciados, alguns já identificados por seus estudos teóricos, como Austrália, Singapura, Espanha, África do Sul e Estados Unidos; e outros que não tiveram destaque entre as pesquisas científicas, mas que demonstram grande fomento em prática e políticas de Alfabetização Digital, como Alemanha, Canadá, Dinamarca, Bélgica e Nova Zelândia. O Brasil possui tímida inclusão na área, tendo desenvolvido entre 2018 e 2019 um projeto social de Alfabetização Digital para mulheres na Biblioteca Pública do Espírito Santo e atualmente, um programa de Tecnologia para o dia-a-dia, no qual oferece curso de informática e oficina de uso de smartphones e redes sociais para maiores de 60 anos.

Foram levantadas atividades em bibliotecas com algum destaque mundial por terem alguma atividade relacionada à Alfabetização Digital. Esse agrupamento permitiu visualizar 3 fatores que podem ser mais aprofundados em pesquisas futuras.

O primeiro, é que, embora existam ações para desenvolver competências digitais nas bibliotecas públicas, as mesmas acontecem predominantemente em bibliotecas modernas, com fortes incentivos públicos ou privados e com alguma intenção de se tornar modelo de referência. Essa informação é relevante já que grande parte das pesquisas científicas analisadas apontam a falta de investimento como barreira para capacitar profissionais para a Alfabetização Digital, e conseqüentemente, seus usuários. Infere-se que bibliotecas com mais recursos podem proporcionar uma agenda de eventos e atividades inovadoras e um espaço que compreende a nova visão sobre a biblioteca pública: espaço comunitário e de troca social.

O segundo fator relevante diz respeito ao nível de aprendizado que os cursos e oficinas propõem. Em sua maioria, foca no nível básico das competências mapeadas em planos como o DigComp. A partir disso, é possível identificar possibilidades de crescimento em atividades dos âmbitos intermediário, avançado e altamente especializado, que se referem ao pensamento crítico e ao potencial de compartilhamento desse conhecimento com outras pessoas. Evoluir a aprendizagem para o âmbito das competências digitais avançadas é tornar possível exercer de fato a teoria do “aprender a aprender” e desenvolver o aprendizado ao longo da vida. Apenas nesse cenário, será possível refletir sobre o que é ser cidadão no mundo virtual e avançar uma etapa nesse processo evolutivo. Avançar é sair da zona da

capacitação em massa para o mercado de trabalho e entrar na discussão sobre a evolução social humana em um mundo dominado pela inteligência artificial.

O terceiro fator ressaltado está relacionado aos demais e se refere aos reais motivos que levam determinados países a investir mais em planos digitais. Seria ingênuo não cogitar que esses planos proliferaram nos últimos anos majoritariamente por motivos de ordem econômica. Existe uma necessidade latente em capacitar a população para posições de trabalho que ainda nem foram criadas. Assim, como seguir estratégias de cidade inteligente para não ficar para trás na corrida econômica e não sofrer as consequências da crise climática. Uma cidade inteligente é mais bem posicionada politicamente e cidadãos especializados digitalmente evoluem o mercado de trabalho e tornam o local mais produtivo e com maior potencial para solucionar problemas de cunho social e ambiental.

Contudo, ainda se vê uma tentativa de equalizar, mesmo que pelo nível mais baixo, as competências digitais da população. Em certo grau, isso impacta no trabalho de redução da lacuna digital por falta de acesso ou conhecimento básico. Essa equalização é interessante para o início do processo, mas a longo prazo é preciso que se aumente a oferta de Alfabetização Digital avançada especializada. Especialmente em países que não figuram entre as potências mundiais, que são mais vulneráveis e podem acabar se tornando nações analfabetas pro mundo digital, o que não causaria somente a proliferação de subempregos, mas provavelmente do desemprego completo.

Há 30 anos, quando Richard A. Lanham (1995) escreveu pela primeira vez sobre Letramento Digital, os mais otimistas acreditavam que a tecnologia permitiria um estágio de democracia informacional. Com todos podendo acessar a informação de sua própria casa, ficaria fácil garantir o conhecimento de forma igualitária. Um dos patronos da biblioteconomia, Paul Otlet, no início do século XX já previa um cenário otimista com suas redes de cooperação, almejando facilitar a troca de informação ao redor do globo. Mas assim que o processo de democratização da internet se iniciou, iniciou-se também o processo de exclusão digital. Contudo, acessar a informação não é suficiente, o processo de consumo informacional se dá pela sobreposição de diferentes camadas que, no cenário virtual, ainda não foram totalmente reconhecidas.

E, ainda que somente o acesso fosse o suficiente, garantir internet para todos ainda é a dor de muitos países, ao mesmo tempo que serviços civis estão cada vez mais digitalizados. Para receber um benefício do governo há que se cadastrar no *website*, para agendar uma consulta médica, há que se ter o aplicativo; para receber a conta de energia, há que se ter uma

conta de e-mail. Ferramentas que parecem simples, impactam cada vez mais a vida de pessoas que até pouco tempo atrás tinham a escolha de não viver conectados.

Mesmo para quem superou a fase de ter uma conta de e-mail, de acessar aplicativos e lidar bem com a tecnologia, ainda assim, não há controle sobre o conteúdo consumido, uma vez que todos nós somos produtores de informação. Um processo facilitado cada vez mais pelas inteligências artificiais, que podem reproduzir com um clique milhões de conteúdos validados por ninguém, exceto ela mesma. O menosprezo pela autoridade, origem e profundidade dos conteúdos acabará por fazer até buscadores como o Google se tornarem obsoletos já que o comportamento de consumo informacional não é mais o mesmo, em especial entre a geração Z que em alguns anos entrará no mercado de trabalho e que, hoje, optam por outras formas de buscar informação, como o aplicativo TikTok (New York Times, 2022). Esse caminho é irreversível e com a tecnologia digital as discrepâncias entre gerações ficam cada vez mais acentuadas.

As discussões acerca dos letramentos digitais avançados e do desenvolvimento cognitivo na Ciência da Informação ainda não são predominantes. Igualmente, atividades de alto nível em bibliotecas não são a norma, e tópicos como transliteracia e letramento transmidiático são raramente abordados na área. No entanto, as respostas obtidas neste estudo indicam uma preocupação geral da ciência com a Alfabetização Digital, e mostram que as bibliotecas estão começando, ainda que de maneira tímida, a se posicionar como centros sociais e a promover o desenvolvimento de habilidades digitais entre seus usuários.

Nos últimos cinco anos, países mais ricos têm liderado na criação de políticas públicas focadas no digital, embora muitas dessas iniciativas ainda sejam influenciadas por interesses econômicos. Em contrapartida, nações com menos recursos têm direcionado seus esforços para a implementação de práticas comunitárias que buscam promover a Alfabetização Digital por meio de projetos sociais, visando reduzir a exclusão digital como um dos principais obstáculos enfrentados por suas populações.

É fundamental que a Alfabetização Digital evolua em paralelo aos avanços da inteligência artificial, e percebe-se a necessidade de mais pesquisas sobre o assunto. A partir dos conhecimentos fundamentais adquiridos com este trabalho, espera-se delinear com mais precisão o tema da Alfabetização Digital, focando em nichos sociais, étnicos e de gênero específicos, para debater sobre letramento digital e cidadania. Também se pretende discutir a viabilidade de integrar teorias pedagógicas, como a Taxonomia de Bloom, que propõe uma abordagem hierárquica da aprendizagem, ao contexto da Alfabetização Digital. O objetivo é explorar formas de aprimorar o desenvolvimento de habilidades digitais básicas e refletir

sobre os aspectos mais avançados da Alfabetização Digital, promovendo assim um processo gradativo e eficaz de aprendizado.

REFERÊNCIAS

- A., Subaveerapandiyar; SINHA, Priyanka; UGWULEBO, Jeremiah Emeka. Digital literacy skills among African library and information science professionals – an exploratory study. *Global Knowledge, Memory and Communication*, 2022. Disponível em: <<https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/GKMC-06-2022-0138/full/html>>. Acesso em: 14 jun. 2023.
- ABIMA, Bonface; ENGOTOIT, Benard; KITUYI, G. Mayoka; et al. Relevant local content, social influence, digital literacy, and attitude toward the use of digital technologies by women in Uganda. *Gender, Technology and Development*, v. 25, n. 1, p. 87–111, 2021. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09718524.2020.1830337>>. Acesso em: 11 jun. 2023.
- ACHILLES, D.; DA SILVA, R. O. Biblioteca pública no Brasil: lugar habitado?. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, [S. l.], v. 18, n. 3, p. 1–12, 2022. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1901>. Acesso em: 13 out. 2023.
- ACHILLES, Daniele; GONÇALVES, Maria Lúcia; PEIXOTO, Ruylon Calheiro. Comunidade de práticas em bibliotecas públicas: trajetórias teórico-práticas para a construção de narrativas históricas, identitárias e de memória das bibliotecas populares do município de Niterói (RJ). In: *Anais do 29º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação*, v. 1 n. 1 (2022). Anais eletrônicos. São Paulo: FEBAB, 2022. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/cbbd2022/article/view/2467/2544>. Acesso em: 16 fev. 2024.
- AMARO AGUDO, Ana; GONZÁLEZ GARCÍA, Erika; MARTÍNEZ-HEREDIA, Nazaret. Desafios para una ciudadanía inclusiva: competencia digital entre adultos mayores y jóvenes. *Comunicação Mídia e Consumo*, v. 17, n. 48, p. 11–33, 2020. Disponível em: <<https://revistacmc.espm.br/revistacmc/article/view/2247>>. Acesso em: 11 jun. 2023.
- ARAÚJO, C. A. V. Pós-verdade: novo objeto de estudo para a ciência da informação. *Informação & Informação*, v. 26, n. 1, p. 94-111, 2021. DOI: 10.5433/1981-8920.2021v26n1p94 Acesso em: 10 out. 2023.
- AZEVEDO, Fabiano Cataldo de. 200 anos da primeira Biblioteca Pública do Brasil: considerações histórico-biblioteconômicas acerca dessa efeméride. *Perspectivas em Ciência da Informação*, [S.L.], v. 17, n. 2, p. 2-25, jun. 2012. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-99362012000200002>.
- BABINA, Olga I.; ERMOLOVICH, Elena V.; BEKUZAROVA, Natalya V. Model of Digital Competence of University Library Staff. *Journal of Siberian Federal University - Humanities and Social Sciences*, v. 15, n. 11, p. 1368 - 1377, 2022. Disponível em: <<http://elib.sfu-kras.ru/handle/2311/148216>>. Acesso em: 14 jun. 2023.
- BALI, Maha. Reimagining Digital Literacies from a Feminist Perspective in a Postcolonial Context. *Media and Communication*, v. 7, n. 2, p. 69–81, 2019. Disponível em: <<https://www.cogitatio.press.com/mediaandcommunication/article/view/1935>>. Acesso em: 9 jun. 2023.
- BARO, Ebikabowei Emmanuel; OBARO, Onyedikachi G.; ADUBA, Emetarom Doris. An assessment of digital literacy skills and knowledge-based competencies among librarians working in university libraries in Africa. *Digital Library Perspectives*, v. 35, n. 3/4, p. 172–192, 2019. Disponível em: <<https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/DLP-04-2019-0013/full/html>>. Acesso em: 14 jun. 2023.
- BARYSHEV, Ruslan A.; TSVETOKHINA, Irina A.; et al. Formation of Digital Competences of University Library Users. *Journal of Siberian Federal University. Humanities & Social Sciences*, v. 14, n. 9, p. 1420–1431, 2021. Disponível em: <<http://journal.sfu-kras.ru/en/article/144204>>. Acesso em: 14 jun. 2023.
- BECKER, Bernd W. Information Literacy in the Digital Age: myths and principles of digital literacy. *School Of Information Student Research Journal*, [S.L.], v. 7, n. 2, p. 1-8, 21 jan. 2018. San Jose State University Library.

<http://dx.doi.org/10.31979/2575-2499.070202>. Disponível em:
<https://scholarworks.sjsu.edu/ischoolsrj/vol7/iss2/2/>. Acesso em: 26 set. 2022.

BELLUZZO, R. C. B. Competência em informação: das origens às tendências. , v. 30, n. 4, p. 1-28, 2020. DOI: 10.22478/ufpb.1809-4783.2020v30n4.57045 Acesso em: 13 out. 2023.

BNE - BIBLIOTECA NACIONAL DA ESPANHA. Cronología. 2023 Disponível em:
<https://www.bne.es/es/conocenos/historia/cronologia>. Acesso em: 28 ago. 2023.

BOYD, Danah. It's complicated : the social lives of networked teens. Yale University Press: New Haven + London, 2014.

BOSTON PUBLIC LIBRARY. BPL History - Founding. 2024. Disponível em: <https://www.bpl.org/bpl-history/>. Acesso em: 06 fev. 2024.

CABERO-ALMENARA, Julio; BARROSO-OSUNA, Julio; PALACIOS-RODRÍGUEZ, Antonio; et al. Marcos de Competencias Digitales para docentes universitarios: su evaluación a través del coeficiente competencia experta. Revista Electrónica Interuniversitaria de Formación del Profesorado, v. 23, n. 2, 2020. Disponível em: <<https://revistas.um.es/reifop/article/view/413601>>. Acesso em: 13 out. 2023.

CCB - Consejo de Cooperación Bibliotecaria Informe (febrero, 2021). Bibliotecas y Agenda 2030. Grupo de Trabajo/Comisión bibliotecas y Agenda 2030. 2021. Disponível em:
<https://www.ccbiblio.es/estructura-del-consejo/grupos-de-trabajo/estrategicos-grupos-trabajo-ccb/bibliotecas-agenda-2030/>. Acesso em: 28 ago. 2023.

CHOUDHARY, Heena; BANSAL, Nidhi. Addressing Digital Divide through Digital Literacy Training Programs: a systematic literature review. Digital Education Review, [S.L.], n. 41, p. 224-248, 5 jul. 2022. Edicions de la Universitat de Barcelona. <http://dx.doi.org/10.1344/der.2022.41.224-248>.

CODINA, Luis. Revisiones sistematizadas en Ciencias Humanas y Sociales. 1: Fundamentos. In: Lopezosa C, Díaz-Noci J, Codina L, editores. Anuario de Métodos de Investigación en Comunicación Social, 1. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra; 2020. 161 p. DOI: 10.31009/metodos.2020.i01.00. Disponível em: <https://repositori.upf.edu/handle/10230/44613>. Acesso em: 13 jul. 2023.

CONSORCIO DE BIBLIOTECAS DE BARCELONA. El Plan Director de Bibliotecas de Barcelona 2030. – Espanha: Ayuntamiento de Barcelona, 2023. 1 recurso eletrônico (92p.) : pdf. Disponível em: https://ajuntament.barcelona.cat/biblioteques/sites/default/files/pla_director_biblioteques_barcelona.pdf. Acesso em: 14 fev. 2024.

CRIPPA, Giulia. Pensando o espaço público do presente: a biblioteca pública em sua função social. DataGramZero, v. 16, n. 2, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/8404>. Acesso em: 23 nov. 2023.

CULLEN, Rowena. Addressing the digital divide. Online Information Review, v. 25, n. 5, p. 311–320, 2001. Disponível em: <<https://doi.org/10.1108/14684520110410517>>. Acesso em: 13 out. 2023.

DATOSMACRO. Expansión. Disponível em: <https://datosmacro.expansion.com/paises/grupos/naciones-unidas>. Acesso em: 21 set. 2023.

DETLOR, Brian; JULIEN, Heidi. Success factors affecting digital literacy training initiatives led by local community organizations. Proceedings of the Association for Information Science and Technology, v. 57, n. 1, 2020. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/pra2.331>>. Acesso em: 11 jun. 2023.

Disputació Barcelona. Modelo de biblioteca pública de las Bibliotecas Municipales de la Diputación de Barcelona (Model XBM de biblioteca pública). 2021. Disponível em:
<https://www.diba.cat/web/biblioteques/model-xbm>. Acesso em 12 nov. 2023.

ENANCIB. Políticas das Modalidades. 2023. Disponível em:
<https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxii/enancib/schedConf/trackPolicies>. Acesso em: 20 ago. 2023.

ESPÍNDOLA, Lara Vitória Pinto; MOREIRA, Aline Da Silva. A disseminação de informação e o papel social da Biblioteca Pública: relato do curso de Alfabetização Digital para mulheres na Biblioteca Pública do Espírito

Santo. In: SILVESTRE, Luciana Pavowski Franco (Ed.). *Ciências Sociais Aplicadas: Organizações, Inovações e Sustentabilidade 2*. 1. ed. [s.l.]: Atena Editora, 2020, p. 173–178. Disponível em: <<https://www.atenaeditora.com.br/post-ebook/3665>>. Acesso em: 15 fev. 2024.

EUROPEAN UNION. Recommendation of the european parliament and the council of 18 december 2006 key competences for lifelong learning. Official Journal of the European Union, 2006.

FARIAS, Gabriela Belmont. de; BELLUZZO, Regina Célia Baptista. Como desenvolver a competência em informação mediada por modelagem conceitual teórico-prática: por uma aprendizagem significativa e criativa na educação. Londrina: ABECIN Editora, 2015.

FEBAB. Bibliotecas por um Mundo Melhor - Agenda 2030. Repositório FEBAB, 2018. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/4563>. Acesso em: 20 ago. 2023.

FEERRAR, Julia. Development of a framework for digital literacy. *Reference Services Review*, v. 47, n. 2, p. 91–105, 2019. Disponível em: <<https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/RSR-01-2019-0002/full/html>>. Acesso em: 11 jun. 2023.

FREIRE, Maximina Maria. Transmedia Storytelling: from Convergence to Transliteracy. *DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada*, v. 36, n. 3, p. 2020360309, 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502020000300407&tlng=en>. Acesso em: 8 jun. 2023.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa; RICARTE, Ivan Luiz Marques. Revisão Sistemática da Literatura: Conceituação, Produção e Publicação. *Logeion: Filosofia da Informação*, Rio de Janeiro, RJ, v. 6, n. 1, p. 57–73, 2019. DOI: 10.21728/logeion.2019v6n1.p57-73. Disponível em: <https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4835>. Acesso em: 13 jul. 2023.

GARCIA, Patricia; FERNÁNDEZ, Cecilia; OKONKWO, Holly. Leveraging technology: how Black girls enact critical digital literacies for social change. *Learning, Media and Technology*, v. 45, n. 4, p. 345–362, 2020. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/17439884.2020.1773851>>. Acesso em: 21 fev. 2024.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002. 4. ed.

GILSTER, Paul. *Digital Literacy*. Wiley Computer Pub. : New York, 1997.

GÓMEZ-PARRA, María Elena; HUERTAS-ABRIL, Cristina Aránzazu. La importancia de la competencia digital para la superación de la brecha lingüística en el siglo XXI: Aproximación, factores y estrategias. *EDMETIC*, v. 8, n. 1, p. 88–106, 2019. Disponível em: <<https://journals.uco.es/edmetic/article/view/11095>>. Acesso em: 13 out. 2023.

GOV.BR - Presidência da República. Objetivos De Desenvolvimento Sustentável. Presidente Lula institui Comissão Nacional para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/noticias/2023/setembro/presidente-lula-institui-comissao-nacional-para-os-objetivos-do-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 28 ago. 2023.

GOV.BR Ministério do Turismo. Bibliotecas Públicas do Brasil. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/secretaria-especial-da-cultura/assuntos/sistema-nacional-de-bibliotecas-publicas-s-snbp/informacoes-das-bibliotecas-publicas-1>. Acesso em: 28 ago. 2023.

GTSC A2030. GT Agenda 2030 dá as boas-vindas à FEBAB. 2020. Disponível em: <https://gtagenda2030.org.br/2020/04/13/gt-agenda-2030-da-as-boas-vindas-a-febab/>. Acesso em: 20 set. 2023.

GUITERT, Montse; ROMEU, Teresa; COLAS, Jean-François. Basic digital competences for unemployed citizens: conceptual framework and training model. *Cogent Education*, v. 7, n. 1, p. 1748469, 2020. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/2331186X.2020.1748469>>. Acesso em: 9 jun. 2023.

GUTIÉRREZ-ÁNGEL, Nieves; GARCÍA-SÁNCHEZ, Jesús-Nicasio; MERCADER-RUBIO, Isabel; et al. Digital Competence, Validation and Differential Patterns between Spanish and Portuguese Areas as Assessed from the Latest PISA Report as a Pathway to Sustainable Education and Social Concerns. *Sustainability*, v. 14,

n. 19, p. 12721, 2022. Disponível em: <<https://www.mdpi.com/2071-1050/14/19/12721>>. Acesso em: 28 jun. 2023.

HEENA, Choudhary; NIDHI, Bansal. Barriers Affecting the Effectiveness of Digital Literacy Training Programs (DLTPs) for Marginalised Populations: a systematic literature review. *Journal Of Technical Education And Training*, [S.L.], v. 14, n. 1, p. 110-127, 30 jun. 2022. Penerbit UTHM. <http://dx.doi.org/10.30880/jtet.2022.14.01.010>.

HERNÁNDEZ-PEDREÑO, Manuel; ROMERO-SÁNCHEZ, Eduardo; GÓMEZ-HERNÁNDEZ, José-Antonio. Las bibliotecas públicas ante la inclusión digital: desafíos para una ciudadanía más igualitaria. *Revista Mediterránea de Comunicación*, v. 10, n. 1, p. 41, 2019. Disponível em: <<https://www.mediterranea-comunicacion.org/article/view/2019-v10-n1-las-bibliotecas-publicas-ante-la-inclusion-digital-desafios-para-una-ciudadania-mas-igualitaria>>. Acesso em: 14 jun. 2023.

HOVIOUS, Amanda. Toward a socio-contextual understanding of transliteracy. *Reference Services Review*, v. 46, n. 2, p. 178–188, 2018. Disponível em: <<https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/RSR-02-2018-0016/full/html>>. Acesso em: 8 jun. 2023.

HUFADA, Achmad; PURNOMOB; SUTARNIC, Nani; RAHMATD, Abdul. Digital literacy of women as the cadres of community empowerment in rural areas. *International Journal of Innovation, Creativity and Change*, v.9, n.7, p. 276-288, 2019. Disponível em: <https://www.ijicc.net/images/vol9iss7/9718_Hufad_2019_E_R.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2023.

HUGHES, Hilary; WOLF, Rike; FOTH, Marcus. Informed digital learning through social living labs as participatory methodology: The case of Food Rescue Townsville. *Information and Learning Science*, v. 118, n. 9/10, p. 518–534, 2017. Disponível em: <<https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/ILS-05-2017-0041/full/html>>. Acesso em: 8 jun. 2023.

IBERBIBLIOTECAS. Miembros del Programa España. 2023. Disponível em: <https://www.iberbibliotecas.org/miembros-del-programa/espana/>. Acesso em: 21 set. 2023.

IFLA - Federação Internacional de Associações e Instituições de Bibliotecas. As bibliotecas e a implementação da Agenda 2030 da ONU. Repositório - IFLA, 2015. Disponível em: <https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/hq/topics/libraries-development/documents/libraries-un-2030-agenda-toolkit-pt.pdf>. Acesso em: 21 set. 2023.

IFLA - International Federation of Library Associations and Institutions. Acesso e oportunidade para todos: Como as bibliotecas contribuem para a agenda de 2030 das Nações Unidas. Repositório - FEBAB, 2016. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/590>. Acesso em: 01 set. 2023.

IFLA UNESCO. Manifesto da Biblioteca Pública IFLA-UNESCO 2022. Repositório - FEBAB, 2022. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/6247>. Acesso em: 01 set. 2023.

ITU Publications. Measuring digital development - Facts and figures 2021. International Telecommunication Union : Geneva, 2021.

JENKINS, Henry. *Cultura da convergência* [livro eletrônico]. São Paulo : Aleph, 2013.

JISC. Building digital capabilities: the six elements defined. 2022. Disponível em: http://repository.jisc.ac.uk/6611/1/JFL0066F_DIGIGAP_MOD_IND_FRAME.pdf. Acesso em : 26 ago. 2023.

JOURNAL SEARCHES. Media Education-Mediaobrazovanie impact factor, indexing, ranking (2023). 2023. Disponível em: <https://journalsearches.com/journal.php?title=Media%20Education-Mediaobrazovanie>. Acesso em: 21 set. 2023.

JULIEN, Heidi; SUNY AT BUFFALO. Beyond the Hyperbole: Information Literacy Reconsidered. *ComminfoLit*, v. 10, n. 2, p. 124, 2016. Disponível em: <<http://archives.pdx.edu/ds/psu/22347>>. Acesso em: 13 out. 2023.

KAZAKOV, Alexander. The Main Trends in Media and Information Literacy in the Era of the COVID-19 Pandemic. *International Journal Of Media And Information Literacy*, [S.L.], v. 7, n. 2, p. 463-472, 12 dez. 2022. Cherkas Global University Press. <http://dx.doi.org/10.13187/ijmil.2022.2.463>.

- LANHAM, Richard A. Digital literacy. *Scientific American*, Estados Unidos, v. 273, n. 3, p. 198-200, 1995. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/24981795>. Acesso em: 13 jul. 2023.
- LEANING, Marcus. An Approach to Digital Literacy through the Integration of Media and Information Literacy. *Media and Communication*, v. 7, n. 2, p. 4–13, 2019. Disponível em: <https://www.cogitatiopress.com/mediaandcommunication/article/view/1931>>. Acesso em: 8 jun. 2023.
- LEE, Seung-Hyun. Digital Literacy Education for the Development of Digital Literacy: *International Journal of Digital Literacy and Digital Competence*, v. 5, n. 3, p. 29–43, 2014. Disponível em: <https://services.igi-global.com/resolvedoi/resolve.aspx?doi=10.4018/ijdlde.2014070103>>. Acesso em: 9 jun. 2023.
- LEV-ON, Azi; STEINFELD, Nili; ABU-KISHK, Hama; et al. The long-term effects of digital literacy programs for disadvantaged populations: analyzing participants' perceptions. *Journal of Information, Communication and Ethics in Society*, v. 19, n. 1, p. 146–162, 2021. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/JICES-02-2020-0019/full/html>>. Acesso em: 11 jun. 2023.
- LÉVY, Pierre. A revolução contemporânea em matéria de comunicação. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, n. 9, 1998. DOI: 10.15448/1980-3729.1998.9.3009. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3009>. Acesso em: 10 ago. 2022.
- LIASA. About the Journal. 2023. Disponível em: <https://sajlis.journals.ac.za/pub/about>. Acesso em: 11 jun. 2023.
- LOPES, Janine Ramos. *Caderno do educador: alfabetização e letramento 1*. [s.l.]: Sec. de Educ. Continuada, Alfabetiz., Diversid. e Inclusão, 2010.
- LUCAS, Margarida; MOREIRA, António; TRINDADE, Anícia Rebelo. DigComp 2.2: Quadro Europeu de Competência Digital para Cidadãos: com exemplos de conhecimentos, capacidades e atitudes. 2022. Disponível em: <https://ria.ua.pt/handle/10773/35024>>. Acesso em: 14 fev. 2024.
- MANABAT, April R. Bringing MIL into the Margins: Introducing Media and Information Literacy at the Outskirts. *International Journal of Media and Information Literacy*, v. 6, n. 1, 2021. Disponível em: http://ejournal46.com/journals_n/1624031664.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2023.
- MARTÍNEZ-BRAVO, María Cristina; SÁDABA CHALEZQUER, Charo; SERRANO-PUCHE, Javier. Dimensions of Digital Literacy in the 21st Century Competency Frameworks. *Sustainability*, v. 14, n. 3, p. 1867, 2022. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/14/3/1867>>. Acesso em: 9 jun. 2023.
- MARTÍNEZ-BRAVO, María-Cristina; SÁDABA-CHALEZQUER, Charo; SERRANO-PUCHE, Javier. Fifty years of digital literacy studies: A meta-research for interdisciplinary and conceptual convergence. *El profesional de la información*, p. e290428, 2020. Disponível em: <https://revista.profesionaldelainformacion.com/index.php/EPI/article/view/77310>>. Acesso em: 13 out. 2023.
- MATTAR, João; RAMOS, Daniela Karine; LUCAS, Margarida Rocha. DigComp-Based Digital competence Assessment Tools: Literature Review and Instrument Analysis. *Education and Information Technologies*, v. 27, n. 8, p. 10843–10867, 2022. Disponível em: <https://link.springer.com/10.1007/s10639-022-11034-3>>. Acesso em: 9 jun. 2023.
- MINISTERIO DE CULTURA Y DEPORTE . Estrategia nacional de información y bibliotecas como agentes para la consecución de los objetivos de la agenda 2030 : Propuesta Inicial Febrero 2019. Secretaría General Técnica, 2019. Disponível em: https://www.ccbiblio.es/wp-content/uploads/propuesta_estrategia_Bcas-y-Agenda-2030_02.19_rev2.pdf. Acesso em: 20 ago. 2023.
- MINISTERIO DE CULTURA Y DEPORTE. Bibliotecas. 2023. Disponível em: <https://www.culturaydeporte.gob.es/cultura/bibliotecas/portada.html>. Acesso em: 18 set. 2023.
- MULYANINGSIH, Tri; WAHYUNENGSEH, Rutiana; HASTJARJO, Sri. Poverty and Digital Divide: A Study in Urban Poor Neighborhoods. *Jurnal Ilmu Sosial dan Ilmu Politik*, v. 24, n. 2, p. 189, 2020. Disponível em: <https://jurnal.ugm.ac.id/jsp/article/view/52325>>. Acesso em: 11 jun. 2023.

- MWANZA, Alfred John. Can digital technology be used for addressing digital literacy in the dissemination of Indigenous Knowledge in rural areas? *South African Journal of Libraries and Information Science*, v. 88, n. 1, 2022. Disponível em: <<https://sajlis.journals.ac.za/pub/article/view/2137>>. Acesso em: 11 jun. 2023.
- NAVAL, Concepción; SERRANO-PUCHE, Javier; SÁDABA, Charo; et al. Sobre la necesidad de desconectar: algunos datos y propuestas. *Education in the Knowledge Society (EKS)*, v. 17, n. 2, p. 73–90, 2016. Disponível em: <<https://revistas.usal.es/index.php/eks/article/view/eks20161727390>>. Acesso em: 13 out. 2023.
- NEDUNGADI, Prema P.; MENON, Rajani; GUTJAHR, Georg; et al. Towards an inclusive digital literacy framework for digital India. *Education + Training*, v. 60, n. 6, p. 516–528, 2018. Disponível em: <<https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/ET-03-2018-0061/full/html>>. Acesso em: 11 jun. 2023.
- NEW YORK TIMES. For Gen Z, TikTok Is the New Search Engine. 2022. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2022/09/16/technology/gen-z-tiktok-search-engine.html>. Acesso: 15 fev. 2024.
- OKEJI, Chukwuma Clement; TRALAGBA, Eriye Chris; OBI, Ifeyinwa Calista. An investigation of the digital literacy skills and knowledge-based competencies among librarians working in university libraries in Nigeria. *Global Knowledge, Memory and Communication*, v. 69, n. 4/5, p. 311–330, 2019. Disponível em: <<https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/GKMC-05-2019-0054/full/html>>. Acesso em: 14 jun. 2023.
- ONU. Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Traduzido do inglês pelo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio) e revisado pela Coordenadoria-Geral de Desenvolvimento Sustentável (CGDES) do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. 2016.
- PASSARELLI, Brasilina; GOMES, Ana Claudia Fernandes. Transliteracias: a terceira onda informacional nas humanidades digitais. *Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação*, [S.L.], v. 13, n. 1, p. 253–275, 6 fev. 2020. Biblioteca Central da UNB. <http://dx.doi.org/10.26512/rici.v13.n1.2020.29527>. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/29527>. Acesso em: 26 set. 2022.
- PHELPS, Kirstin C. Designing a leadership-based inquiry into community digital literacy initiatives. *Proceedings of the Association for Information Science and Technology*, v. 54, n. 1, p. 770–772, 2017. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/pra2.2017.14505401151>>. Acesso em: 10 jun. 2023.
- POLIZZI, Gianfranco. Internet users' utopian/dystopian imaginaries of society in the digital age: Theorizing critical digital literacy and civic engagement. *New Media & Society*, v. 25, n. 6, p. 1205–1226, 2023. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/14614448211018609>>. Acesso em: 9 jun. 2023.
- PPGCI - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Linhas de Pesquisa. 2023. Disponível em: <https://www.ppgci.ufscar.br/pt-br/sobre/linhas-de-pesquisa>. Acesso em: 21 set. 2023.
- PÚBLICAS, Sistema Nacional de Bibliotecas. **Estudo do valor social das bibliotecas públicas no Brasil - 2022**. Brasília, DF: Ministério da Cultura, 2023.
- RAFI, Muhammad; JIANMING, Zheng; AHMAD, Khurshid. Technology integration for students' information and digital literacy education in academic libraries. *Information Discovery and Delivery*, v. 47, n. 4, p. 203–217, 2019. Disponível em: <<https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/IDD-07-2019-0049/full/html>>. Acesso em: 14 jun. 2023.
- RAMAIAH, Chennupati K.; RAO, M. Saraswati. Media and Information Literacy. *Desidoc Journal Of Library & Information Technology*, [S.L.], v. 41, n. 4, p. 316–336, 2 ago. 2021. Defence Scientific Information and Documentation Centre. <http://dx.doi.org/10.14429/djlit.41.4.17358>.
- RAULINO, Cleide Elis Da Cruz; MEIRA, Roberta Barros. A circulação de um modelo verde no Brasil: a Biblioteca Parque Villa-Lobos. *Investigación Bibliotecológica: archivonomía, bibliotecología e información*, v. 35, n. 88, p. 13, 2021. Disponível em: <<http://rev-ib.unam.mx/ib/index.php/ib/article/view/58360>>. Acesso em: 13 out. 2023.
- RHINESMITH, Colin; STANTON, Christiana Lynne Urbano. Developing Media Literacy in Public Libraries: Learning from Community Media Centers. *Public Library Quarterly*, v. 37, n. 4, p. 420–440, 2018. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/01616846.2018.1525527>>. Acesso em: 14 jun. 2023.

RICI. Sobre a Revista. 2023. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/about>. Acesso em: 11 jun. 2023.

RISO, Anna; MIDDLEBROOK, Callie; WHINIHAN, Erika; et al. Are We Creating Opportunities for Homeless Children to Succeed in the Digital Age? *The Serials Librarian*, v. 79, n. 1–2, p. 30–37, 2020. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/0361526X.2020.1772171>>. Acesso em: 9 jun. 2023.

ROŽUKALNE, Anda. Perception of media and information literacy among representatives of mid-age and older generations: The case of Latvia. *ESSACHESS - Journal for Communication Studies*, v. 13, n. 2, p. 207-232, 2020. Disponível em: <https://www.essachess.com/index.php/jcs/article/view/500>>. Acesso em: 11 jun. 2023.

RUSYDIYAH, Evi Fatimatur. Social Education Through Digital Literacy Among Indonesian Female Muslim Activists: The Experience of Abdurrahman Wahid's Daughters. *JOURNAL OF INDONESIAN ISLAM*, v. 14, n. 1, p. 210, 2020. Disponível em: <http://jiis.uinsby.ac.id/index.php/JIIs/article/view/1225>>. Acesso em: 11 jun. 2023.

SÁNCHEZ-GARCÍA, Sandra; YUBERO, Santiago. Función social de las bibliotecas públicas: nuevos espacios de aprendizaje y de inserción social. *El Profesional de la Información*, v. 24, n. 2, p. 103, 2015. Disponível em: <https://revista.profesionaldelainformacion.com/index.php/EPI/article/view/epi.2015.mar.03>>. Acesso em: 16 out. 2023.

SANTOS, Marcel Pereira; SANTOS, Cintia Almeida da Silva. Bibliotecas públicas no século xxi: uma releitura da literatura. *CRB8 Digital*, v. 5, n. 2, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/10079>. Acesso em: 16 out. 2023.

SCIMAGO Journal & Country Rank. Journal Rankings. 2023. Disponível em: <https://www.scimagojr.com/journalrank.php>. Acesso em: 11 jun. 2023

SCOLARI, Carlos A.; MASANET, Maria-José; GUERRERO-PICO, Mar; et al. Transmedia literacy in the new media ecology: Teens' transmedia skills and informal learning strategies. *El Profesional de la Información*, v. 27, n. 4, p. 801, 2018. Disponível em: <https://revista.profesionaldelainformacion.com/index.php/EPI/article/view/epi.2018.jul.09>>. Acesso em: 16 out. 2023.

SILVA, Fabiane Simões da; BORGES, Jussara. A biblioteca pública como viabilizadora da Agenda 2030 da ONU. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 17, p. 1-23, 2021. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1456>. Acesso em: 26 set. 2022.

SILVA, Márcia Regina Da; HAYASHI, Carlos Roberto Massao; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. Análise bibliométrica e cientométrica: desafios para especialistas que atuam no campo. InCID: *Revista de Ciência da Informação e Documentação*, v. 2, n. 1, p. 110–129, 2011. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42337>>. Acesso em: 16 out. 2023.

SISEB. Sobre. 2023. Disponível em: <https://siseb.sp.gov.br/sobre/>. Acesso em: 16 out. 2023.

SISEB SÃO PAULO. Transformação e Alfabetização Digital para os ODS: o caso das bibliotecas de Joanesburgo | 14º SBV. YouTube, 30 de junho de 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=MPmn2AL2uZI&ab_channel=SisEBS%C3%A3oPaulo. Acesso em: 14 de fevereiro de 2024.

SNBP - Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. Informações das Bibliotecas Públicas. 2023. Disponível em: <http://snbp.cultura.gov.br/bibliotecaspublicas/>. Acesso em: 16 out. 2023.

SUAIDEN, Emir José. Biblioteca pública brasileira: desempenho e perspectivas. 1979. 103 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1979. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/3980>. Acesso em: 10 fev. 2024.

SUHERMAN, Ayi; SUPRIYADI, Tedi; SAFARI, Indra. Promoting Digital Literacy Skills: An Action Research to People of Kampung Literasi. *Universal Journal of Educational Research*, v. 8, n. 4, p. 1372–1386, 2020. Disponível em: http://www.hrpub.org/journals/article_info.php?aid=9050>. Acesso em: 11 jun. 2023.

- TINMAZ, Hasan; LEE, Yoo-Taek; FANEA-IVANOVICI, Mina; BABER, Hasnan. A systematic review on digital literacy. *Smart Learning Environments*, [S.L.], v. 9, n. 1, p. 1-18, 8 jun. 2022. Springer Science and Business Media LLC. <http://dx.doi.org/10.1186/s40561-022-00204-y>. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s40561-022-00204-y>. Acesso em: 04 maio 2023.
- UNESCO. A Global Framework of Reference on Digital Literacy Skills for Indicator 4.4.2. UNESCO Institute for Statistics, 2018. Disponível em: <https://uis.unesco.org/sites/default/files/documents/ip51-global-framework-reference-digital-literacy-skills-2018-en.pdf>. Acesso em: 16 out. 2023.
- UNESCO. Manifesto da Biblioteca Pública IFLA-UNESCO 2022. Repositório FEBAB, 2022. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/6247>. Acesso em: 01 set. 2023.
- UNESCO. Manifiesto de la UNESCO sobre la biblioteca pública 1994. Repositório - UNESCO, 1994. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000112122_spa. Acesso em: 01 set. 2023
- UNESCO. Marco de Avaliação Global da Alfabetização Midiática e Informacional (AM): disposição e competência do país. [s.l.]: UNESCO Brasil, 2016.
- UNESCO. The Public library: a living force for popular education. Repositório - UNESCO, 1949. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000147487>. Acesso em: 01 set. 2023
- UNESCO. Unesco Public Library Manifesto. UNESCO Bulletin for Libraries, v. 26, n.3, mai-jun 1972. Disponível em: <https://cdn.ifla.org/wp-content/uploads/files/assets/public-libraries/documents/unesco-public-library-manifesto-1972.pdf>. Acesso em: 08 set. 2023.
- UNESCO. Five Laws of Media and Information Literacy. 2023a. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/media-information-literacy/five-laws>. Acesso em: 21 fev. 2024.
- UNESCO. What you need to know about literacy. 2023b. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/literacy/need-know#:~:text=Literacy%20is%20a%20continuum%20of,well%20as%20job%2Dspecific%20skills>. Acesso em: 21 set. 2023.
- VITORINO, Elizete Vieira. A competência em informação e a vulnerabilidade: construindo sentidos à temática da “vulnerabilidade em informação”. *Ciência da Informação*, v. 47, n. 2, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/99215>. Acesso em: 26 set. 2022.
- WHITESIDE, Naomi; COOPER, Vanessa; VO-TRAN, Huan; et al. Digital Literacy Programs in Support of Diverse Communities – An Australian Public Library Approach. *Journal of the Australian Library and Information Association*, v. 71, n. 4, p. 388–407, 2022. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/24750158.2022.2115573>>. Acesso em: 14 jun. 2023.
- WILSON, Carolyn et al. Alfabetização midiática e informacional: currículo para formação de professores. Brasília: UNESCO, UFTM, 2013.
- YUE, Audrey; NEKMAT, Elmie; BETA, Annisa R. Digital Literacy Through Digital Citizenship: Online Civic Participation and Public Opinion Evaluation of Youth Minorities in Southeast Asia. *Media and Communication*, v. 7, n. 2, p. 100–114, 2019. Disponível em: <https://www.cogitatiopress.com/mediaandcommunication/article/view/1899>>. Acesso em: 9 jun. 2023.
- ZHANG, Yongqi. Measuring and applying digital literacy: Implications for access for the elderly in rural China. *Education and Information Technologies*, 2022. Disponível em: <https://link.springer.com/10.1007/s10639-022-11448-z>>. Acesso em: 11 jun. 2023.

APÊNDICE A - LINHA DO TEMPO DOS PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS CITADOS

